

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

KAMILA DELFINO SANTOS CORGOZINHO

A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO NO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA: REINVENÇÃO DAS TRADIÇÕES?

UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE

NITERÓI, RJ
2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

KAMILA DELFINO SANTOS CORGOZINHO

**A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
REINVENÇÃO DAS TRADIÇÕES?**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS

NITERÓI

2014

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C797 Corgozinho, Kamila Delfino Santos.

A feminização do cuidado no Programa Bolsa Família: reinvenção das tradições? / Kamila Delfino Santos Corgozinho. – 2014.

128 f. ; il.

Orientador: Rita de Cássia Santos Freitas.

Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2014.

Bibliografia: f. 117-123.

1. Feminismo. 2. Tradição. 3. Cuidado. 4. Gênero. 5. Mulher.
6. Programa Bolsa Família. I. Freitas, Rita de Cássia Santos.
II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social.
III. Título.

KAMILA DELFINO SANTOS CORGOZINHO

**A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
REINVENÇÃO DAS TRADIÇÕES?**

Banca examinadora

**Profa. Dra. Rita de Cássia Santos Freitas (UFF)
(Orientadora)**

Profa. Dra. Nivia Valença Barros (UFF)

Profa. Dra. Inez Terezinha Stampa (PUC- Rio)

Profa. Dra. Sheila Backx (UFRJ – Suplente)

Niterói, 2014

Com licença poética

*Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora assim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
(dor não é amargura).
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida, é maldição pra
homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.*

Adélia Prado

Dedicatória

A minha amada avó Maria e a
minha querida e eterna sogra Tita,
que trouxeram luz e ensinamentos à
minha vida.

(in Memoriam)

AGRADECIMENTOS

Chegou o grande momento, ufa! Momento de agradecer a todos que fizeram e fazem parte desta caminhada. Por isso, agradeço, primeiramente, a Deus, pela proteção e por iluminar sempre o meu caminho. A Nossa Senhora Aparecida pelas bênçãos derramadas em mim.

Agradeço também, aos meus pais, Tânia e José Antônio, pelo amor e dedicação dado a mim; é difícil expressar aqui todo o meu carinho e gratidão a vocês. Ao meu irmão Fred, amor incondicional, amigo, que esteve comigo em todos os momentos tristes e alegres da minha vida. Amo profundamente vocês!

Não posso deixar de agradecer ao meu marido Daniel, que não mede esforços para a realização dos meus sonhos. Companheiro, amigo e parceiro de vida! *Pra você eu faço tudo acontecer!!!* Obrigada por estar sempre ao meu lado e me dar forças para seguir o caminho que tracei. Te amo!

Também gostaria de agradecer a Lulu, querida estagiária de Serviço Social e amiga, que me acompanhou no GEPAR e no Núcleo de Benefícios. Sou grata pela sua contribuição nas gravações das entrevistas desta pesquisa.

Agradeço ainda a equipe do Núcleo de Benefícios de Niterói. Gosto de um jeito especial de cada um de vocês! À coordenadora e amiga Bianca (Bia), obrigada pela compreensão e paciência comigo. Agradeço também a Flávia e Gleice, pelas contribuições durante a pesquisa. Não posso deixar de lembrar da Ingrid, uma pessoa muito querida e amiga!

Registro também o meu agradecimento a todos do GEPAR e da Creche Comunitária Meimei, em especial a Daclê, Tais, Erica e Bebeta. Fui muito feliz durante o tempo em que atuei lá como assistente social e como pesquisadora. Agradeço também a todos os entrevistados que, gentilmente, cederam um pouquinho do seu tempo para as entrevistas. Sem vocês nada disso seria possível!

Bom, agradeço a todos os meus familiares, principalmente à Tia Angela, Tia Aélida e Tio Roberto, por se fazerem sempre presentes na minha vida. À minha prima Mariana, pela amizade. Tenho que agradecer ainda a Dinha Nina, pelo carinho, pela atenção e pela boa vontade em transmitir os seus ensinamentos. À Juju, minha cunhada e irmã que sempre esteve ao meu lado! E também à Renata, minha cunhada e amiga!

Às minhas amigas de Divinópolis e Belo Horizonte, que estiveram presentes em todas as circunstâncias da minha vida. Divido esse momento com vocês também,

queridas! Obrigada também à professora Pilar, a sua contribuição foi fundamental para a minha formação. Com certeza o que aprendi com você, carrego para a minha vida profissional! Na certeza de uma sociedade mais justa e igualitária, a luta continua!

Agradeço também as amigas da UFF, de colegas de sala do curso de mestrado para a vida! Andreia, Bel, Patrícia e Joice, o mestrado foi mais leve e florido com vocês por perto! Às queridas Bel e Andreia, obrigada por não ter medido esforços em me ver bem! Não poderia ter recebido um presente melhor do que a amizade de vocês! Amo vocês!

Por fim, agradeço a todos os professores da Pós-Graduação em Política Social da UFF, certamente todos fizeram diferença na minha formação. À professora Suely, deixo o meu agradecimento por todas as suas colaborações na construção desse trabalho. Destaco ainda as professoras Nivia e Monica, muito obrigada por tudo! E é claro que não poderia deixar de registrar o meu profundo agradecimento e gratidão à professora e orientadora Rita. Serei eternamente grata por ter me acolhido tão amável e gentilmente como sua orientanda. Os seus ensinamentos serviram de norte para essa pesquisa e também servirão para estudos futuros! Agradeço também às professoras que compuseram a banca examinadora deste trabalho. Obrigada pela disponibilidade e por todas as contribuições feitas por vocês!

Finalizando (mesmo), gostaria de mais uma vez lembrar a memória da minha sogra Tita. Ela foi primordial neste meu processo de inserção no mestrado. Quando contei a ela sobre o processo seletivo, ela disse: Kamila, você não pode perder essa oportunidade. Orientou prestativamente na proposta de projeto, o que foi decisivo para o êxito final. Agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de conviver com você esses dez anos!

A todos vocês, muito obrigada!

RESUMO

O Programa Bolsa Família (PBF) define as mulheres como receptoras preferenciais e responsáveis pelo cumprimento de exigências decorrentes da recepção do benefício. Essa definição parece reforçar o senso comum que trata os cuidados com a família como uma obrigação das mulheres. Nesse sentido, podemos entender que o PBF vem atuando como um dispositivo legal de feminização das tarefas nele estabelecido. Deste modo, analisando alguns de nossos costumes no âmbito dos cuidados, localizamos a noção de invenção das tradições como presente nessa experiência. O presente trabalho buscou analisar o processo de responsabilização das mulheres beneficiárias do PBF no que tange às condicionalidades impostas pelo Programa, as tradições de cuidado na família e a difícil tarefa de conciliação do trabalho doméstico com o trabalho remunerado. O estudo teve como campo de pesquisa a instituição Grupo Espírita Paz, Amor e Renovação – GEPAR, localizado no bairro Cafubá em Niterói/RJ. A metodologia utilizada foi a História Oral, por meio de entrevistadas estruturadas, nas quais foi possível buscar uma aproximação com as histórias de vida dos entrevistados e sua relação com o PBF, no sentido de verificar as repercussões nas relações de gênero. Os resultados da pesquisa apontaram alguns elementos interessantes que sugeriram a recorrente ausência do homem no âmbito doméstico e no cumprimento das condicionalidades do PBF; a percepção das mulheres centrada nos maternalismos clássicos; o entendimento do uso do benefício voltado para as necessidades das crianças e a inexpressiva alteração na divisão sexual das atividades domésticas.

Palavras-chave: Feminização; Tradição; Cuidado; Gênero; Mulher; Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

The Bolsa Familia Program - PBF defines women as, preferentially, responsible for receiving the benefit and for compliance with requirements of the program. This concept seems to reinforce the common sense that sets family care as an obligation of women. In this sense, we can understand that the PBF has served as a legal device of feminization of the tasks it set. Thus, analyzing some of our care customs, we locate the notion of invention of traditions at this experience. The present study sought to analyze the process of empowerment of PBF's women beneficiaries in regard to the conditions imposed by the program, the traditions of care in the family and the difficult task of reconciling the housework with paid work. The study's field of research was the institution called Spiritist Group Peace, Love and Renewal - GEPAR located in Cafubá neighborhood in Niterói, Rio de Janeiro. The methodology used was the Oral History through structured interviews in which we could seek to approach the life histories of respondents and their relationship to the PBF in order to verify its impact on gender relations. The survey results showed some interesting elements that suggested the recurrent absence of men in the domestic sphere and in compliance with the PBF's conditionalities; the women's perceptions centered on classic maternalism; the understanding of the use of the benefit geared towards the needs of children and the deadpan change in the gender division of household activities.

Key Words: Feminization; Tradition; Care, Gender, Women, Bolsa Família Program.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cadastrados no CadÚnico de Niterói

Figura 2 – Via Chico Xavier, Cafubá

Figura 3 – Lagoa de Piratiniga. Localizada na Via Chico Xavier, Cafubá.

Figura 4 – Lagoa de Piratiniga. Localizada na Via Chico Xavier, Cafubá.

Figura 5 – Quadra de esporte da sede do GEPAR. Localizada na Via Chico Xavier, Cafubá.

Figura 6 – Fachada do GEPAR. Localizada na Via Chico Xavier, Cafubá.

Figura 7 - Fachada da Creche Comunitária Meimei. Próxima ao GEPAR e localizada na Via Chico Xavier, Cafubá.

Figura 8 - Área de lazer para as crianças da Creche Meimei. Localizada no espaço interno da Creche Meimei, na Via Chico Xavier, Cafubá.

LISTA DE SIGLAS

PBF – Programa Bolsa Família

GEPAR – Grupo Espírita, Paz, Amor e Renovação

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONG – Organização não governamental

UFF – Universidade Federal Fluminense

SMASDE – Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

FUNEDI – Fundação Educacional de Divinópolis

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais

PSDB – Partido Social a Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PGRM – Programa de Garantia de Renda Mínima

BPC – Benefício de Prestação Continuada

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

SCFV – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico

CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Federais do Governo Federal

DIESSE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IDH – índice de Desenvolvimento Humano

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica / Sistema Único da Assistência Social

RF – Responsável Familiar

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
A chegada ao tema e sua justificativa	16
Estado atual das questões ligadas ao tema/Aproximações teóricas	18
Orientações metodológicas	21
CAPÍTULO I: A POLÍTICA SOCIAL E OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL COMO ESTRATÉGIAS PARA A REDUÇÃO DA POBREZA: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS	23
O Sistema de Proteção social e a dimensão da pobreza	23
Pobreza e Mulheres	27
Os Programas de Transferência de Renda no Brasil como estratégia para a redução da pobreza	30
O Programa Bolsa Família	34
As condicionalidades do PBF	36
Os desafios do Programa	39
CAPÍTULO II: TRADIÇÕES DE CUIDADOS: MATERNALISMOS, CUIDADOS E O TRABALHO DOMÉSTICO	48
Maternalismos e as tradições de cuidados: um percurso histórico	48
Tradições de cuidados: proteção e dependências	54
Entre o mundo do trabalho e o mundo doméstico	60
CAPÍTULO III: CONTEXTUALIZANDO O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE DE NITERÓI E O LÓCUS DE PESQUISA	70
A cidade de Niterói	70
O Programa Bolsa Família em Niterói	71
Núcleo de Benefícios e Renda de Cidadania de Niterói	71
O lócus de pesquisa – GEPAR.	73
A aproximação com as mulheres beneficiárias	80
CAPÍTULO IV: A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: REINVENÇÃO DAS TRADIÇÕES?	82
Estudos exploratórios: entrevistas preliminares	83
O perfil das famílias beneficiárias do PBF e usuárias do GEPAR	85
Os critérios de inclusão na pesquisa	89
Resultados da pesquisa	91
O perfil dos beneficiários sorteados para a pesquisa	91
Entrevistada 1 – Família nuclear	93
Entrevista 2 – Família Nuclear	94
Entrevistada 3 – Família Nuclear	94
Entrevistado 4 – Família estendida	94
Entrevistada 5 – Família estendida	95
Atividades domésticas: a quem cabe?	95
A rede de proteção primária acessada pelos entrevistados: rede feminina?	100
O Programa Bolsa Família e o cumprimento das condicionalidades: feminização do cuidado?	101
O uso do valor monetário do PBF – gasta com o que e quem gerencia?	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
APÊNDICES	

- 1- Termo de consentimento para a pesquisa de campo – GEPAR
- 2 - Termo de consentimento para a pesquisa de campo – BENEFICIÁRIOS
- 3 - Termo de consentimento para a pesquisa nos sistemas do Cadúnico, Cead e Sibec –
COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE BENEFÍCIO
- 4 – Roteiro de entrevista

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa é resultado de observações e estudos realizados com mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF, moradoras do bairro Cafubá / Região de Piratininga, na cidade de Niterói/RJ¹. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com o uso da História Oral que se definiu no contato estabelecido com essas mulheres durante a minha atuação como assistente social no GEPAR².

A questão seguinte direcionou a minha pesquisa: os modos de vida³ no Brasil, examinados na longa duração histórica, permitem observar o quanto tradições de cuidados são, regularmente, atribuídas às mulheres. Apoiadas em usos e costumes, essas tradições têm reiterado práticas e representações femininas que associam as mulheres a atividades de proteção de suas famílias, o que, em geral, desobriga os homens de partilhá-las.

O Programa Bolsa Família, ao nomear a mulher como responsável pelo cumprimento das condicionalidades, na maioria dos casos, a valoriza e reconhece sua importância na organização familiar. No entanto, concomitantemente, apoiado nessas mesmas tradições, pode contribuir, uma vez mais, para a geração de uma desigualdade de gênero (FREITAS *et al.* 2012), considerando que as normas desse programa preceituam o cuidado como atribuição materna. Nesse sentido, ele restringe e enfraquece, em consequência, a atuação do homem neste papel. Deste modo, analisando alguns de nossos costumes no âmbito dos cuidados, localizamos a noção de invenção das tradições (HOBSBAWM e RANGER, 1997) como presente nessa experiência.

O PBF prevê uma ação feminina repetida na qual é possível distinguir continuidades de valores presentes em ações diversas ligadas aos cuidados, numa

¹ O Cafubá é um bairro localizado na região de Piratininga em Niterói/RJ. Trata-se de um lugar caracterizado por ter uma ocupação predominantemente de população de baixa renda, de um lado da Lagoa e, de outro, de ocupação mais recente e com predominância da população de classe média. Informações mais esclarecedoras do bairro serão demonstradas no Capítulo III.

² O GEPAR – Grupo Espírita Paz, Amor e Renovação, é uma instituição do Terceiro Setor, onde atuei como assistente social há 10 meses e, concomitante, como pesquisadora. A instituição está localizada ao redor da lagoa de Piratininga/Cafubá. Além de oferecer cursos e oficinas profissionalizantes, o GEPAR oferece à comunidade uma Creche Comunitária denominada Meimei. Sua caracterização se encontra no terceiro capítulo deste estudo.

³ A noção de modos de vida trabalhada neste estudo é encontrada em Marx e Engels, na obra *A Ideologia Alemã* (2009). Modos de vida ou formas de organização dos indivíduos, indicam eles, não se restringem somente à produção da vida material para o suprimento das necessidades (comer, habitar, vestir). Eles se concretizam também na cultura, pois, os modos de produzir as coisas exigem cultura. O modo como os homens produzem os seus meios de sobrevivência depende da natureza dos próprios meios de subsistência encontrados e a reproduzir. Essa é a forma dos homens exteriorizarem um determinado modo de vida. Deste modo, “como exteriorizam a sua vida, assim os indivíduos os são” (p.25).

recorrente invenção de tradições, como indicam Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997). O presente estudo, com base nesse recorte teórico, parte de indícios que sugerem o PBF como um programa que acentua o cuidado como atribuição feminina.

Arriscamos a dizer que esses velhos usos redefinem significados de nossas tradições de cuidado e, por isso, persistem na vida em comum, recompondo práticas e representações sociais consoantes às experiências do tempo presente. Em se tratando do PBF, regularidades históricas parecem presentes, quando o programa estabelece a responsabilidade do cumprimento das condicionalidades e da atualização dos dados cadastrais às mulheres, não envolvendo o homem nesta função. As questões que se colocam são: o PBF, ao responsabilizar as mulheres por ações que as fixam em tarefas de âmbito privado, sem partilhar com seus maridos ou companheiros, intensifica a feminização dos cuidados pela ampliação de seus encargos, aprofundando as desigualdades de gênero? Em consequência, essa situação as impedem de deslocamentos para empregos e outras atividades do espaço público? Essas são, pois, as questões a serem respondidas no âmbito conceitual deste trabalho, pretendendo contribuir com estudos qualitativos dessa política social.

O uso do tempo feminino e a partilha de cuidados de âmbito doméstico tem sido revisados no Brasil. Como registrado em iniciativas de extensão da licença de maternidade ao pai, numa nítida decisão de igual partilha de responsabilidades, no caso, de cuidados com os bebês. Assim, pensar as tradições de cuidados mantidas nos dias atuais parece-nos acentuar tradições que naturalizam uma divisão sexual de papéis. Isso se agrava quando tais responsabilidades incidem sobre mulheres pobres, ampliando encargos e impedindo-as de contribuir com a melhoria de renda e/ou afirmando uma possível transferência de maternidade (COSTA, 2002) para outras mulheres.

Embora as mulheres tenham conquistado o seu espaço no mercado de trabalho – e, isso é inquestionável, principalmente porque as mulheres têm tido mais acesso à educação –, uma grande parte delas ainda não consegue remunerações equivalentes a de muitos homens. Na falta dos serviços de creche e de escolas de ensino fundamental em tempo integral, normalmente, é a mulher que deixa o trabalho para ficar com a criança. Nas camadas mais empobrecidas essa ocorrência é muito comum, dada a inexpressiva cobertura de proteção social secundária⁴. Deste modo, essa tradição inventada sugere a

⁴ Entende-se por *proteção social secundária* aquela definida por Castel (1998): a institucionalização da proteção social através da presença do Estado, que surge na medida em que as sociedades demandam ações à população pobre, de forma especializada. Para o autor, a proteção social se baseia também na

continuidade da experiência que acentua encargos femininos na esfera dos cuidados e desestimula/impede a chegada das mulheres aos espaços públicos. E o PBF, parece criar condições para que essa tradição de diferenciação de gênero seja recriada no tempo presente, acentuando a feminização do cuidado.

Como objetivo geral deste estudo, pretendeu-se examinar os dispositivos legais e regulamentares do PBF e suas repercussões sobre os modos de vida de mulheres beneficiárias e moradoras do Cafubá. Verificou-se também, se as ações do programa, nos termos que o instituem, acentuam tradições de feminização dos cuidados, a medida que o compromisso das condicionalidades são imputadas às mulheres. O estudo examinou ainda as repercussões dessas responsabilidades na partilha de cuidados domésticos entre as mulheres e seus maridos/companheiros.

A chegada ao tema e sua justificativa

O interesse pelo tema consolidou-se com as experiências em trabalhos sociais que realizei na minha cidade de origem, Divinópolis/MG⁵, com famílias, sobretudo, mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Essa experiência ocorreu nos campos de estágios, em experiências profissionais, tais como, de Assistente Social na Delegacia de Crimes Contra a Mulher e Proteção ao Idoso; em ONG's, principalmente, na Casa Samaritana, onde foi desenvolvido o Projeto Mães Revitalizadas e Grupo de Apoio à Mulher Reconstruindo Histórias e na docência de ensino superior na Fundação Educacional de Divinópolis/FUNEDI/UEMG, mantenedora do Instituto de Ensino Superior e Pesquisa que oferece o Curso de Serviço Social. Tudo isso contribuiu, decisivamente, para que me fosse despertado o interesse pelo referido universo.

Após entrar no Mestrado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, iniciei-me como pesquisadora no GEPAR. Depois de alguns meses recebi o convite da direção para atuar também como assistente social⁶. Atuar na mesma instituição em que realizei a pesquisa foi muito estimulante. O contato direto com as mulheres pesquisadas passou a me proporcionar

primária, ou seja, aquela na qual os vínculos estão estabelecidos na relação de pertencimento, proximidade e interdependência.

⁵ Apesar dessa inserção proveitosa no mercado de trabalho na cidade de Divinópolis/MG, a partir de julho/2012, passei a residir na cidade de Niterói/RJ. Nesta mesma época participei do processo de seleção no qual consegui uma vaga no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF.

⁶ Atuei como assistente social no GEPAR de março a dezembro de 2013.

um novo olhar voltado para suas histórias e modos de vida que, em conjunto, expõem instigantes aspectos de sobrevivência. Tratam-se de mulheres marcadas por histórias de vida difíceis, nem sempre cobertas por ações do Estado. E isso potencializou ainda mais o meu interesse pelo referido tema.

Há nove meses, comecei a atuar também na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SMASDH de Niterói. Em função do meu objeto de pesquisa, fui selecionada para atuar no Núcleo do Programa Bolsa Família. O que contribuiu ainda mais com o meu entendimento acerca do Programa.

Busquei um recorte mais preciso desse tema tão amplo. Foi possível constatar ao longo da minha atuação como assistente social e, através do contato estabelecido com as mulheres moradoras da Região de Cafubá, que os homens estão distantes deste programa, o que os torna invisíveis no atendimento da Assistência Social (FREITAS *et al.*, 2012). E isso delimitou as minhas preocupações de pesquisa.

O caminho que percorri até o momento, para o recorte e aprofundamento do meu objeto foi permeado por construções, indagações e desconstruções. O PBF ocupa uma significativa centralidade no Sistema de Proteção Social Brasileiro, todavia, problematizar a feminização desse Programa, poderia contribuir com seu aperfeiçoamento. Por isso, acredito essa pesquisa poderá ampliar o entendimento de seu feito, principalmente, em relação ao alcance e resultados desse programa para as famílias atendidas, em especial, para as mulheres. Poderá ainda contribuir com lutas por igualdade de gênero ao conferir maior visibilidade aos significados civilizatórios desse Programa.

A indagação central definiu o meu estudo: de que modo o PBF, conceitualmente, acentua responsabilidades femininas em ações que devem ser igualmente partilhadas com seus maridos, companheiros e, mesmo, outros familiares do sexo masculino?

A partir dessas indagações, escrevi alguns trabalhos em congressos, todos eles publicados em anais. Considero aqui importante destacar minha participação no IV Seminário de Política Social no Mercosul, realizado em junho de 2013 na cidade de Pelotas/RS, cuja temática *Crise Mundial e Impactos Sociais no Sul da América Latina*, contribuiu com o desenvolvimento desta pesquisa por intermédio de acesso a outros trabalhos. Ao participar da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, realizada na cidade de São Luis/MA em agosto de 2013, com a temática foi *O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação*, tive mais acesso a diversos trabalhos e experiências internacionais.

Particpei de rodas de conversa muito significativas para o amadurecimento da minha pesquisa. Neste percurso, embora tenha me deparado com produções que contribuíram para o despertar desta problemática, percebi a ausência de trabalhos sobre o tema dessa dissertação. Isso me impulsionou ainda mais a cursar este caminho. Assim, este trabalho pretende contribuir com indagações sobre rumos e aperfeiçoamentos do PBF e de outras Políticas Sociais.

O estado atual das questões ligadas ao tema

Aproximações teóricas

No primeiro momento do curso de mestrado aproximei-me de leituras que me permitiram pensar no recorte da pesquisa. Integram-se à bibliografia estudada, matérias como questão de gênero, políticas sociais e proteção social, oralidade que, adensaram minhas aproximações com o meu objeto de estudo.

A leitura do livro *O Dilema da Maternidade* de Gilda de Castro Rodrigues, fez-me enxergar a maternidade como um paradoxo, pois a autora a coloca como sendo o grande triunfo e, ao mesmo tempo, o ponto mais vulnerável das mulheres ao desencadear problemas de difícil operacionalização entre os compromissos da maternagem e o trabalho distante de casa. As contribuições do livro *Um amor conquistado – o mito do amor materno*, de Elisabeth Badinter mostrou que nem toda mulher tem o desejo de ser mãe. Ela desconstrói aquele entendimento de o amor materno estar associado naturalmente à mulher, afirmando ser um sentimento que se adquire.

O livro *Mulheres, mães e médicos* de Maria Martha de Luna Freire tratou do discurso maternalista no Brasil. A leitura ampliou-me o entendimento do significado da maternidade e maternalismo científico e sua importância na configuração atual das relações de gênero. O debate de Montenegro (2003) no seu artigo *Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres* foi de grande contribuição. A autora discute as diferentes concepções do termo cuidado; o que me ajudou pensar sobre essas tradições que carregamos no tempo presente. Busquei ainda contribuições em Saffioti (1976) em seu livro *A mulher na sociedade de classes – Mito e realidade*. Esta obra orientou-me no desenvolvimento do primeiro capítulo desta dissertação, quando trato do mundo do

trabalho. Sobre esse assunto, o livro *A mulher brasileira nos espaços público e privado* (2009), foi também muito valioso, pois lá, concentraram-se debates de Rago, Saffioti, Sorj e outros.

A identificação com a maternidade e com a esfera privada reinou na vida das mulheres por longos tempos. O desejo de ser mãe, do cuidado, da casa, esteve presente como a única possibilidade das mulheres. Porém, a vontade e o desejo de emancipar-se, de circular em outros espaços que não sejam unicamente o privado, também faz parte do desejo delas, conforme vimos nos relatos das entrevistadas. Outro aspecto é o fato da possibilidade de saída dessas mulheres para o espaço público. Nos dias de hoje, revela-se uma crescente presença de mulheres nos espaços públicos e em trabalhos diversos, denunciando uma ruptura em relação ao passado. Rago (2004) afirma que as mulheres de todas as classes, etnias e gerações invadiram o mundo público, mesmo que na maior parte das vezes não ocupem postos de comando. A autora chama a atenção para as conquistas sociais. Ela afirma que as conquistas sociais e sexuais são sempre instáveis e dependem da continuidade, da firmeza e da intensidade da pressão dos grupos envolvidos. Saffioti ressalta que “a igualdade só pode ser obtida por meio da conquista da autonomia por parte das mulheres” (SAFFIOTI, 2004:50). Tomando esse caminho analítico como referência, o Programa Bolsa Família poderia ser um possível caminho para a conquista de autonomia das mulheres. Porém, é preciso rever os papéis e relações de gênero das famílias beneficiárias.

Importante também foi a utilização do conceito “sair”, da historiadora Michelle Perrot, indicativo de tensões vividas por mulheres em seus deslocamentos do mundo privado para o público, demonstrados no livro *História das Mulheres no Ocidente* (1999).

Vale destacar também o livro *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* de Sônia Rocha (2006). Contribuições significativas acerca do fenômeno pobreza, conceitos, os tipos de pobreza e sua repercussão no Brasil, encontrei-as neste estudo. Busquei os antecedentes dos chamados Programas de Transferência de Renda em Silva *et al.* (2012), o qual parte de uma análise histórica da instituição de mínimos sociais no âmbito do Estado brasileiro que “tem sua iniciativa primeira com a instituição do salário mínimo, em 1934, ou, mais precisamente, em 1940, com sua implantação”. (SILVA *et al* 2012:33).

A trajetória do PBF é marcada por várias críticas e questionamentos. Uma grande discussão é sobre as condicionalidades ou as contrapartidas impostas às famílias

beneficiárias. Sobre o processo de implantação do PBF, Cunha (s/d), em seu artigo *A garantia do direito à renda no Brasil: a experiência do programa Bolsa Família* contribui apresentando o processo de implantação dos programas de transferência de renda no Brasil. Destaco ainda a obra *Avaliando o Bolsa Família*, de Silva e Lima (2010), que contribui para o aprofundamento do debate sobre os programas de transferência de renda, o processo de unificação e a criação do PBF. Apresenta questões polêmicas sobre as condicionalidades e a focalização do programa.

Outra leitura bastante significativa foi a do livro *A Política Social Brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*, de Silva, Yazbek e Giovanni (2004). O livro traz para o debate a discussão sobre a trajetória da Política Social Brasileira, destacando a inserção dos programas que antecederam o PBF. Chega à conclusão de que os programas desta natureza só serão efetivamente eficazes, se houver uma Política Nacional de Transferência de Renda articulada, todavia, reconhece a relevância desses programas para as famílias beneficiárias, por serem, de fato, possibilidades concretas de melhoria de vida.

No tocante às condicionalidades, busquei contribuições no artigo *Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família*, de Monnerat *et al.* (2007). Este trabalho analisa os desafios em torno da exigência de contrapartidas do PBF e aponta argumentos favoráveis e contrários a essa obrigatoriedade. As condicionalidades se tornam relevantes ao fomentar o acesso às políticas de saúde, educação e assistência. Porém, dentre vários aspectos problemáticos existentes, esbarramos com a questão de gênero, embutida na essência do programa. É o que a pesquisa em questão tentará analisar.

Os estudos de Carloto e Mariano acerca da pobreza feminina, gênero, política de assistência e Bolsa Família, vieram ao encontro da minha hipótese a respeito do PBF e sua feminização do cuidado⁷. Desse modo, o contato com diferentes pesquisas, livros e artigos – com diferentes olhares e pontos de vista – despertou-me ainda mais o desejo de continuar no caminho de pesquisa que havia estabelecido.

Destaco aqui também as disciplinas cursadas ao longo do mestrado, que contribuíram significativamente para o meu processo de reflexão. O contato com marcos teóricos de pesquisas e teses ampliaram o meu entendimento sobre as questões referentes ao tema, tanto obras mais antigas quanto as mais recentes.

⁷ As duas autoras desenvolvem vários estudos acerca do tema. Um exemplo é o artigo *Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família*.

A disciplina **Política Social no Brasil** fez-me atualizar um debate importante acerca da política social mundial e brasileira e as condições do desenvolvimento capitalista que passaram a ser determinantes para o aparecimento das questões sociais que impõem essas políticas. Pude compreender, com melhor clareza, o processo de construção do sistema de proteção social brasileiro, bem como os seus períodos e ciclos históricos. Outra disciplina marcante foi a de **Violência Doméstica / Intrafamiliar e Questões Intergeracionais, de Gênero e Étnico-raciais**, na qual foi possível ter acesso a uma bibliografia relacionada ao assunto e ter um melhor entendimento sobre as relações de gênero.

Para a compreensão do processo da construção de identidade, a disciplina **Sujeitos Sociais e Proteção Social** teve significativa contribuição: os debates e apresentações de trabalhos em sala de aula e leituras de teóricos como Thompson, Perrot, Freud, dentre outros. Foi em Bock (1991) que compreendi a ascensão dos Estados-providência contemporânea e a relação com os direitos das mulheres e da maternidade. Destaco também as contribuições de Vianna (2002) que me permitiu refletir sobre a gestão das políticas que conformam o conjunto da seguridade social brasileira, subsidiando meu entendimento da vida social na região de Cafubá ao verificar formas solidárias e informais de proteção social, antes dos dispositivos legais inaugurados pela política de Vargas.

Minha aproximação com pesquisas qualitativas e quantitativas sobre Políticas Sociais e, principalmente, sobre o Programa Bolsa Família se intensificou na disciplina **Avaliação de Política Social**. Nesta disciplina pude entender que certas circunstâncias num dado momento ganhem visibilidade e sejam colocadas na agenda social. Permitiu-me um novo olhar – mais crítico – sobre o desenho e operacionalização das políticas sociais.

Por fim, a experiência do Estágio Docente juntamente com a supervisora e Profa. Dra. Nivia Valença Barros conduziu-me a uma nova vivência acadêmica. Tive a oportunidade de realizar o estágio na disciplina **Relações de Gênero e Questão Social** oferecida ao curso de graduação em Serviço Social. O contato com a bibliografia, com os alunos, os nossos debates durante as aulas e a oportunidade de lecionar, em alguns momentos, certamente contribuíram muito para o meu amadurecimento profissional e acadêmico

Orientações metodológicas

O presente estudo utilizou o método qualitativo e compreendeu uma revisão bibliográfica sobre os estudos de gênero e neles os maternalismos e tradições de cuidado e o Programa Bolsa Família, priorizando a discussão de seus principais conceitos e marcos teóricos, bem como a sua evolução histórica. A coleta de dados se realizou por meio do método da história oral. É bom salientar que a entrevista sempre traduz a história narrada pelo entrevistado sobre a sua experiência. É resultado de uma memória que também censura e enaltece os acontecimentos, esses que foram vividos pelos indivíduos de forma única.

O uso da história oral possibilita ao pesquisador que seu objeto de estudo seja recriado por intermédio da memória dos informantes, norteados as reflexões históricas⁸. A história é vida, por isso, trabalhar com depoimentos requer tanto cuidado. Os testemunhos e relatos dos entrevistados possibilitaram desvendamentos teóricos com base em histórias de vidas e trajetórias capazes de contribuir com o avanço e a ampliação de estudos sobre a feminização dos cuidados de interesse das lutas contemporâneas sobre a igualdade de gênero.

Todavia, não podemos deixar de nos atentar ao que Bourdieu (2006) adverte:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações e deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado (BOURDIEU, 2006:189,190).

Neste mesmo sentido, o autor ainda acrescenta:

O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construídos os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU, 2006: 190).

⁸ Bourdieu (2006).

Desse modo, para refletir a esse respeito e, ainda, compreender esse processo de trajetória não sendo constituído de etapas lineares ou de sucessões de acontecimentos históricos (BOURDIEU, 2006), entendo que a história oral, como uma narração dialógica que surge de um encontro de um sujeito narrador e de outro sujeito pesquisador (PORTELLI, 2010), poderá ser útil neste processo.

Tratando de uma abordagem metodológica de investigação, foram examinadas nas histórias de vidas as relações familiares, a percepção dos entrevistados acerca do cumprimento das condicionalidades do PBF, sobre o mundo do trabalho e o mundo doméstico, usos do tempo em atividades domésticas e fora do lar, divisão de tarefas domésticas e estratégias de sobrevivência verificáveis no Cafubá, impondo a mim investigar as redes primárias de cuidados.

As reflexões de Hobsbawm e Ranger sobre as tradições inventadas revelam que “é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por refletir-se no passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição” (HOBSBAWM e RANGER 2002:12); e isso foi de muita utilidade para a compreensão acerca das tradições de cuidados.

A dissertação

No primeiro capítulo desta dissertação, denominado **A Política Social e os Programas de Transferência de Renda no Brasil como estratégias para a redução da pobreza: aproximações teóricas**, apresento uma breve reflexão sobre o processo das Políticas Sociais no Brasil apontando as primeiras preocupações com o bem estar das mães e proteções maternalistas no cenário mundial. Discutimos a temática pobreza e pobreza feminina, na qual expomos pesquisas e estudos a respeito dos Programas de Transferência de Renda até a implementação do Programa Bolsa Família - PBF.

No segundo capítulo **Tradições de cuidados: Maternalismos, Cuidados e o Trabalho Doméstico**, proponho em apresentar uma revisão bibliográfica sobre questões relacionadas aos estudos de gênero, voltada aos estudos dos maternalismos e trabalhos domésticos, examinando algumas das nossas tradições de cuidados e árdua tarefa das mulheres na conciliação das atividades do lar e cuidado da prole com o mundo do trabalho. Já o terceiro capítulo **Contextualizando o Programa Bolsa Família na cidade de Niterói e o lócus de pesquisa**, buscou apresentar dados do

Programa Bolsa Família no município de Niterói, por meio de acesso ao portal Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Núcleo de Benefícios e Rende de Cidadania de Niterói. Além disso, foi explanado o local da pesquisa de campo, o GEPAR, e apresentado brevemente a história do Cafubá por meio de um entrevista realizada a uma moradora da região.

No quarto e último capítulo, por sua vez, intitulado **A Feminização do cuidado do Programa Bolsa Família – reinvenção das tradições?**, foi demonstrado o caminho e a orientação metodológica, o perfil das 28 famílias beneficiárias do PBF e usuárias do GEPAR bem como os critérios de inclusão dos beneficiários em potencial na pesquisa. Ao final do capítulo, os resultados do estudo foram apresentados levando em consideração a hipótese e os objetivos propostos inicialmente.

É importante destacar a escolha acertada do método utilizado neste estudo, ou seja, a História Oral. Foi possível uma aproximação proveitosa às histórias de vida e relatos dos entrevistados, o que seria impossível por meio de um estudo quantitativo. Entendemos os sujeitos sociais – neste no caso, as mulheres – como protagonistas de suas histórias, mas histórias marcadas pela vulnerabilidade. Empoderá-las, portanto, consiste em uma estratégia capaz de mudar suas vidas e gerar transformações em suas estruturas familiares/gênero e sociais. Além disso, entende-se que as políticas sociais, em especial, o PBF, poderiam desempenhar um papel desencadeador para o exercício da cidadania das mulheres, permitindo reflexões acerca de planos e projetos de vida. Podemos pensar ainda que o Serviço Social se insere neste contexto, pois, numa perspectiva de efetivação de direitos, luta também por uma sociedade mais justa com igualdade de gênero.

CAPÍTULO I

A Política Social e os Programas de Transferência de Renda no Brasil como estratégias para a redução da pobreza: aproximações teóricas

É com respaldo na contradição que se pode perceber a política social em suas potencialidades e limites para enfrentar a desigualdade e responder à diversidade e singularidade das condições de vida da classe trabalhadora, sem incorrer no conformismo ou no abandono das lutas emancipatórias. Somente nessa perspectiva é possível conceber a política social, no conjunto das políticas públicas, como resultado de correlações de forças que podem atribuir aos direitos que elas implementam diferentes significados. (BOSCHETTI *et al* 2009:9).

Esse capítulo faz uma breve reflexão sobre o processo das Políticas Sociais no Brasil apontando as primeiras preocupações com o bem estar das mães e proteções maternalistas no cenário mundial. Traz à tona a temática pobreza e pobreza feminina, apresentando pesquisas e estudos a respeito e examinando os Programas de Transferência de Renda até a implementação do Programa Bolsa Família – PBF.

Acredito na relevância do entendimento deste percurso histórico para analisar as repercussões do PBF no contexto das mulheres beneficiárias, no caso, sujeitos deste estudo.

O Sistema de Proteção social e a dimensão da pobreza

Para falar do funcionamento e do processamento da política social brasileira é preciso pensar no processo histórico do país. O Brasil é um país que conheceu períodos alternados de ditaduras e democracias e, a partir da década de 1990, as políticas brasileiras de transferência de renda condicionada passaram a fazer parte da agenda governamental como estratégia de redução da pobreza. Embora o país tenha conquistado um aparato legal, uma das maiores lacunas do nosso Sistema de Proteção Social é a sua desvinculação das políticas econômicas, fazendo perpetuar, portanto, a orientação de políticas compensatórias⁹.

O Brasil apresenta elevados níveis de pobreza e uma enorme desigualdade na distribuição de renda e, o combate a este fenômeno, tem feito parte da agenda dos últimos governos federais, iniciando com os governos do PSDB e culminando com os

⁹ Sobre esse assunto, ver Silva e Lima (2010).

governos liderados pelo PT que trataram com maior intensidade este problema a partir da criação de programas sociais, em especial, o Programa Bolsa Família. Há mais a pensar considerando que são as mulheres, preferencialmente, as representantes de suas famílias frente ao programa. Isso coloca em cena as relações de gênero.

De acordo com Bock (1991) a noção de gênero surge no cenário mundial, mais precisamente europeu e americano, no final do século XX. Com ela, assumiu relevância a preocupação com a pobreza feminina e a propagação de seguidas lutas de mulheres por direitos sociais¹⁰. A preocupação feminina com o bem estar das mães foi marcada por reivindicações por parte de diferentes movimentos de mulheres em luta por um Estado-providência. Nos seus estudos, a autora aponta algumas propostas feministas em relação a uma cobertura ou proteção social às mulheres na sua condição de mães, tais como, salário maternidade, remuneração do trabalho doméstico, contracepção, dentre outros. Na França, essas propostas ganharam corpo no sentido de sua efetivação. Mas é importante ressaltar que daí, resultaram, muitas vezes, propostas extensivas à família, reafirmando o papel das mulheres como mães. O que foi destacado por algumas feministas da época, como Marianne Weber. Isso aponta que contradições e diferenças perpassaram também o discurso das feministas¹¹.

A proteção estatal e a cobertura social até a Primeira Guerra Mundial deixaram de lado alguns grupos de mulheres, empregadas ou não. No entanto, ainda que nem todas as mulheres fossem contempladas, a escassa cobertura possibilitou rumos para se pensar em direitos sociais universais e de maior alcance para os futuros Estados-providência. Um evento marcante para as leis maternalistas foi o sufrágio, pois possibilitou às mulheres utilizarem os seus votos para uma atuação que assegurasse a melhoria da situação das mães. Como exemplos, a Lei de Proteção da Maternidade da Alemanha e a Convenção de Washington¹².

O Relatório Beveridge sobre o Seguro Social e Serviços Afins revisou o sistema de proteção social existente na Grã-Bretanha e inovou por ter incorporado o eixo distributivo ao lado do contributivo¹³. E o pós 1945 instalou em alguns países a chamada “época dourada” do Estado de Bem Estar Social: ofertas de serviços, acessos facilitados, quando se estabeleceu um padrão de solidariedade entre a população - nota-se que no Brasil esse padrão nunca foi totalmente implantado. Isso permitiu que a

¹⁰ Ver Bock (1991).

¹¹ Cf. Bock (1991) e Lefaucheur (1991).

¹² Igualmente sobre esse assunto, cf. Bock (1991).

¹³ Sobre esse assunto ver: Pereira (2011).

mulher fosse para o mercado de trabalho, produzindo uma certa igualdade de gênero. No Brasil não foi diferente, a inserção das mulheres brasileiras no mundo público é um dos aspectos mais marcantes das mudanças na sociedade brasileira na segunda metade do século XX (GODINHO, 2009)¹⁴.

Finalmente, crises com características variadas abrigaram-se em diferentes países e, nesses contextos, buscaram-se novos caminhos¹⁵. A redução e a desregulamentação do Estado foi um deles, estabelecendo um novo projeto: o neoliberal. Com efeito, o mercado passou a ser regulador dos serviços, os impostos foram reduzidos junto com a oferta de benefícios e programas sociais. Nesse panorama, programas sociais voltados para famílias pobres foram paulatinamente sendo cortados, diminuindo cada vez mais sua cobertura.

O ajuste econômico como escolha no Brasil, que não viveu esse modelo em sua plenitude, gerou inúmeras consequências negativas para o país, como a precarização e instabilidade do trabalho, o desemprego e o aprofundamento da pobreza que se estende, inclusive, para os setores médios da sociedade¹⁶. É importante lembrar que o projeto neoliberal esbarrou em um grande acontecimento no país na década de 1980: a ideia de construção de um projeto democrático com a criação de direitos. Tendo em vista os acontecimentos, essa década foi marcada, contraditoriamente, pela expansão de uma cultura de direitos e pela expansão da cultura neoliberal.

Um dos fatores fundamentais para a criação de políticas públicas passou a ser a mobilização da população, ou seja, falar de um problema social de um modo legítimo, através de agentes vocalizadores. Pensar em como se processam os direitos no Brasil é pensar também em sua história e, neste sentido, surge esse conceito fundamental cunhado por Santos (1994): *cidadania regulada* – ou seja, são considerados cidadãos todos os membros da comunidade que se encontram inseridos em qualquer uma das ocupações definidas e reconhecidas por lei. Vale lembrar as considerações do autor em seu livro *Cidadania e Justiça – a política social na ordem brasileira*. Esse contrato entre o Estado e a *cidadania regulada* reafirma padrões de desigualdades e aloca a cidadania no lugar embutido das profissões regulamentadas. Para os demais membros da comunidade que não estavam inseridos no processo produtivo regulamentado por lei, resta contar com a formação e execução de práticas assistenciais que garantam uma

¹⁴ É importante considerar que as mulheres pobres, principalmente as negras, sempre estiveram no mundo público, mesmo que em trabalhos que reafirmem uma posição de gênero.

¹⁵ Sobre esse assunto, ver Boschetti *et al.* (2012)

¹⁶ Ver Silva *et al.* (2012:26).

cobertura com base na filantropia e na benemerência. Esses *pré-cidadãos* a lei desconhece, já que suas ocupações não são reconhecidas. É bom ressaltar que esse contingente de *pré-cidadãos* tem a mulher como sua maioria.

Ainda que a Constituição de 1988 tenha preconizado o estabelecimento da Seguridade Social e mudado o significado de cidadania, os programas sociais não tiveram a expansão necessária para atender conjunturas de crise diante do crescimento da população empobrecida. Tendo em vista esse panorama, Fleury (1994) destaca que tivemos uma deformidade na construção do direito e da proteção social; pois, do ponto de vista da assistência social, persistem enormes obstáculos à efetivação dessa política e à mobilização em torno dela devido a sua fragilidade institucional e seu viés clientelista. Soma-se a isso o advento do Terceiro Setor que, na perspectiva de Silva *et al.* (2012), está tornando “a sociedade responsável pela solução dos problemas sociais mediante práticas de parcerias e de solidariedade”. (SILVA *et al.*, 2012:29).

Faz-se necessário destacar também que, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, iniciou-se o processo de construção de uma nova matriz para a Assistência Social brasileira, incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993). Sobre esse assunto, Boschetti problematiza e ressalta que:

“embora o sistema de seguridade social, instituído legalmente pela Constituição de 1988, constitua um conjunto formado pelas políticas de previdência, assistência e saúde, não existindo enquanto complexo e se assim não for implementada, raramente a seguridade social é tratada e analisada na sua totalidade (...) o que se percebe é um duplo movimento: ou se restringe a seguridade social à sua dimensão previdenciária, ou se considera cada uma das políticas que a compõe isolada e autonomamente” (BOSCHETTI, 2003:59,60)

Este arcabouço legal regulamenta e estabelece normas para a organização da assistência social, bem como da Política Nacional de Assistência Social – PNAS em 2004 e tem a finalidade de construir coletivamente o redesenho da política, na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS¹⁷. A assistência social promovida aos pobres do Cafubá, lócus de nossa pesquisa, ressentese das imprecisões que ainda pairam sobre a organização da própria PNAS.

De acordo com a LOAS, o SUAS – que está sendo implantando no interior dos estados brasileiros desde 2005 – é um mecanismo que deveria permitir:

¹⁷ Ver Corgozinho (2013).

Interromper a fragmentação que até então marcou os programas do setor e instituir, efetivamente, as políticas públicas da área e a transformação efetiva da assistência em direito. (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 1993:4).

A PNAS, ao preconizar a matricialidade sociofamiliar, traz à tona o debate acerca de família que por muito tempo ficou esquecida nos espaços políticos. Mas traz, ainda, como consequência de transferir às mulheres as responsabilidades de regularidade e o compromisso de atualizações de dados dos programas sociais. A Política estabelece que:

A matricialidade sociofamiliar passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização no âmbito da política de Assistência Social repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos. (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004:35).

Neste contexto, corre-se o risco das mulheres tornarem-se representantes do seu arranjo familiar frente a esta política, desresponsabilizando o homem ou outro membro da família que também deveria assumir esta função. Freitas *et al.* (2012) analisa essa situação e constata essa contradição: “o fato é que as mulheres, por conta de um cotidiano de gênero, terminam por serem responsabilizadas pelo sucesso ou não dessas políticas e sobre elas recaem um grande peso”. Segundo a análise das autoras, ao abster o homem desta responsabilidade, corre-se o risco de torná-los invisíveis no atendimento da assistência social¹⁸. Pode-se dizer que essa intencionalidade também faz parte dos preceitos legais do PBF, quando nomeia as mulheres como responsáveis pela titularidade do benefício e pelo cumprimento das condicionalidades.

Pobreza e Mulheres

Para analisar o PBF em um contexto de relações de gênero, é necessário, primeiramente, entender e adotar um conceito de pobreza. Parto da concepção de

¹⁸ Barbosa (2013).

pobreza à luz de Yazbek (2012), como fenômeno complexo, multidimensional e expressão de relações vigentes na sociedade. Este fenômeno vai além da dimensão de insuficiência de renda; esbarra também na falta de acesso a bens e serviços, dentre outros aspectos. Com as transformações ocorridas nas formas de produção capitalista, geraram-se riquezas e acumulação industrial de um lado, e, de outro, um enorme contingente de pessoas em situação de miserabilidade. Existem várias discussões acerca deste fenômeno, várias definições e conceitos. Os primeiros debates acerca do tema iniciaram-se na reconstrução do pós-guerra¹⁹.

Rocha, ao estudar a pobreza no Brasil, chama a atenção para a pobreza absoluta e relativa, assinalando que “as discussões passam a gravitar em torno da natureza do fenômeno da pobreza em país apresentando diferentes níveis de desenvolvimento social e produtivo, o que remete às noções de pobreza absoluta *versus* relativa” (2006:11). A mesma autora ressalta que a primeira noção está vinculada às questões de sobrevivência física, ou seja, à ausência de atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo social. A segunda noção define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão. Essa última denota a superação das desigualdades como objetivo social.

É importante ressaltar o fenômeno pobreza feminina: uma parcela significativa das vítimas da pobreza é composta por mulheres. De acordo com uma pesquisa feita pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2005), no Brasil, há uma carência de estudos sobre o tema²⁰. Destacamos aqui os estudos de Melo (2005), que enriquecem a análise sobre o fenômeno da pobreza feminina.

O mais difundido método para relacionar pobreza e gênero tem sido o indicador das mulheres chefes de família; este é habitualmente utilizado como medida da feminilização da pobreza. Uma das razões para essa associação relaciona-se aos menores rendimentos femininos no mercado de trabalho: assim, as famílias chefiadas por mulheres deveriam ser as mais pobres entre os mais pobres (MELO, 2005:9).

A autora lembra que as mulheres, no século XX, fizeram extraordinários avanços na sua escolaridade e na sua participação no mercado de trabalho, porém, ainda permanecem muitas diferenças salariais em relação aos homens. A proporção de

¹⁹ Um estudo sobre a pobreza o qual destaca as questões teórico-conceituais encontra-se em Rocha (2006).

²⁰ Relatório completo disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf. Acesso em 02 de fevereiro de 2014.

mulheres chefes de família e de famílias monoparentais chefiadas por mulheres tem crescido no Brasil e, isso, provavelmente tem um impacto no aumento da pobreza e da exclusão social. Na região estudada, uma situação muito comum e presente nas famílias é o fato de muitas mulheres trabalharem com carteira assinada como empregadas domésticas e, seus companheiros, em trabalhos precários, sem nenhuma cobertura, como serventes de pedreiro ou desenvolvendo um outro tipo de “bico”. A pobreza também atinge esses homens. Com isso, queremos dizer que existe uma grande parcela de homens que não teve oportunidade de se desenvolver intelectualmente ou de estudar, como percebemos na região examinada. Neste sentido, Barbosa (2013) traz para o debate a questão da invisibilidade do homem nas políticas públicas e chama a atenção para a associação entre a feminização da pobreza com as famílias pobres:

Vários elementos contribuem para a invisibilidade masculina no âmbito da assistência social como, por exemplo, a questão da ‘estética feminina’(...). Tal estética feminina dos CRAS torna inviável que esse espaço seja em alguma medida a extensão da ‘casa dos homens’, e tão pouco lugar onde se encontra a companhia de outros homens. Também não se pode negar que a existência de cursos artesanais voltados para uma demanda socialmente construída como feminina, determinada também por um viés de gênero, não é chamariz para o público feminino. A questão dos horários femininos versus tempos masculinos limita muito a inserção dos homens em qualquer atividade nos equipamentos, assim como de mulheres trabalhadoras. Isso acaba por reforçar uma perspectiva de gênero, na medida em que as instituições e profissionais naturalmente entendem esses espaços como espaços de mulheres (BARBOSA, 2013:61).

Carloto (2012), baseado no Censo IBGE (2010), relata que as mulheres representam a maior parte da população em situação de extrema pobreza, ou seja, apresentam renda de até R\$70,00 mensais, e totalizam 8,2 milhões de mulheres em todo o Brasil. Neste sentido, e pensando nos preceitos do PBF, até faria sentido a escolha de mulheres como titulares para receber o benefício. Segundo dados do Portal Brasil, atualmente, 93% dos titulares do programa são mulheres, sendo destas 68% negras²¹, o que torna necessário nessa discussão incluir mais uma variável, a questão étnico-racial - até porque não se pode esquecer que gênero é um conceito relacional. As intersecções são necessárias.

²¹ Ver portal http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/mulheres-representarm-93-da-titularidade-do-bolsa-familia/@nitf_galleria Acesso em 02 de fevereiro de 2014.

Os Programas de Transferência de Renda no Brasil como estratégia para a redução da pobreza

Não resta dúvida de que o processo de desenvolvimento histórico da Política Social brasileira rumo à construção de uma Política Pública de Transferência de Renda evidencia que os programas de transferência monetária direta a indivíduos ou famílias representam elemento central na constituição atual do Sistema Brasileiro de Proteção Social, mormente da Política de Assistência Social. Todavia, algumas questões precisam ser colocadas: quais as reais possibilidades desses programas para elevar o nível de escolaridade da população brasileira? E qual sua efetividade enquanto política pública de enfrentamento da pobreza no país? (SILVA, 2012:106).

Ao discutir a feminização do cuidado no Programa Bolsa Família é necessária a consideração às perguntas da citação acima. Para tanto, é importante resgatar o processo histórico e de implantação da política de renda mínima brasileira.

A redução da desigualdade social e a erradicação da pobreza são metas de difíceis alcances sem a implementação de ações de redistribuição de renda, a médio e a longo prazo. Nos últimos anos, o governo brasileiro vem adotando políticas de transferência de renda com o intuito de combater a pobreza e reduzir a desigualdade de renda. Esses programas, que, para Silva (2010) são considerados uma nova tendência de política social no Brasil, são entendidos como mecanismos para o enfrentamento do fenômeno pobreza, pois ocupam, na atualidade, centralidade no Sistema Brasileiro de Proteção Social.

No Brasil, a primeira discussão sobre uma política de renda mínima data de 1975²². A diminuição da pobreza exigia uma intervenção governamental, ou seja, uma proposta de transferência monetária por meio de programas sociais direcionados para os mais pobres. Os programas de garantia de uma renda mínima têm sido desenvolvidos em vários países europeus e nos Estados Unidos a partir da década de 1930. Silva e Lima (2010) ressaltam que o debate internacional vem destacando, a partir dos anos 1980, os programas de transferência de renda como possibilidades de enfrentamento do desemprego e da pobreza.

Todavia, no Brasil, apesar de alguns avanços, ainda são políticas que demonstram ser incapazes de combater sozinhas esse crescente fenômeno (SILVA, 2010). A principal causa da pobreza no Brasil é a desigualdade na distribuição de renda e a concentração da riqueza socialmente produzida. A mesma autora adverte, portanto,

²² Silva *et al.* (2012: 97).

que qualquer política de combate à pobreza deve ser vinculada com a política econômica, com investimento social a médio e a longo prazo. Podemos pensar também, como essencial para a efetividade dos programas de transferência de renda no país, a articulação com políticas de trabalho e geração de renda, as quais representam uma grande lacuna no Sistema Brasileiro de Proteção Social.

Um outro aspecto que é muito debatido no cenário brasileiro, e uma crítica aos programas de transferência de renda por alguns cientistas sociais, é a variável renda como único critério de pobreza. Nas sociedades capitalistas e modernas é apropriado pensar o atendimento às necessidades, operacionalizado via renda. Como foi dito anteriormente, a pobreza no Brasil é decorrente, em grande parte, de um quadro de extrema desigualdade devido à concentração de renda. É preciso compreendê-la também como o não acesso a bens e serviços básicos, ao trabalho e a uma renda digna²³.

Numa perspectiva marxista, o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história é que os homens – e também as mulheres, podemos acrescentar – devem estar em condições de viver para fazer história. Mas para viver é preciso antes comer e beber. Quando o Senador Eduardo Suplicy, em 1991, propõe instituir um Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM²⁴, os seus argumentos se baseiam no histórico de pobreza e disparidades socioeconômicas que o país vem passando. Desse modo, o seu projeto de lei visava à garantia de uma renda mínima a pessoas adultas com rendimentos insuficientes para a sua subsistência. Essa proposta foi considerada um marco para os programas de transferência de renda e uma possibilidade de solução para o enfrentamento da pobreza e a crise do desemprego.

Desse modo, inaugurou-se na década de 1990 um debate sobre esses programas. No Brasil, essa iniciativa foi instituída através de municípios e estados. Destacam-se aqui as experiências de Campinas, Distrito Federal, Ribeirão Preto e Belo Horizonte iniciadas a partir de 1995²⁵. É importante lembrar que na América Latina as primeiras experiências aconteceram no México, Colômbia, República Dominicana, Chile e Panamá²⁶.

O estudo de Lavinias e Varsano (1997) mostra que

²³Sobre esse assunto, ver Silva (s/d) disponível em <http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/165/1/OS%20PROGRAMAS%20DE%20TRANSFERENCIA%20DE%20RENDAS%20E%20A%20POBREZA%20NO%20BRASIL.pdf> acesso em 31 de dezembro de 2013.

²⁴ Ver Projeto de Lei 2561/1992 http://www.senado.gov.br/senadores/Senador/esuplicy/Programa/projeto_lei.asp

²⁵ Sobre esse assunto ver Cunha s/d.

²⁶ Colares (s/d).

As modalidades de adoção de um programa de renda mínima garantida são as mais variadas de um país para outro, quer seja do ponto de vista das restrições à população alvo, através das condições de acesso (idade, tempo de residência, contrapartidas explícitas, como procura de trabalho, ou não), quer se fale em termos de montante de benefício e da sua fórmula de cálculo, do tipo de cobertura (individual ou familiar), do prazo do recebimento do benefício (ilimitado na maioria dos casos, podendo também não ultrapassar seis meses), da forma de financiamento (integralmente coberto pelo Estado ou parcial/globalmente financiado pelos municípios ou outras esferas subnacionais); ou ainda do seu perfil exclusivo ou complementar a outras prestações sociais. (LAVINAS e VARSANO, 1997:3).

As experiências de transferência de renda implantadas pelo Governo Federal tiveram suas origens vinculadas a segmentos populacionais específicos e a políticas setoriais, com maior peso para a área de educação; mas também experiências nas áreas de segurança alimentar e assistência social. A transferência de renda assume relevância na sociedade brasileira como estratégia de enfrentamento da pobreza, tendo como eixo central o repasse monetário às famílias, articulado à possibilidade de acesso e inserção a demais serviços sociais nas áreas de educação, saúde, trabalho, na perspectiva da autonomização das famílias beneficiárias²⁷.

A instituição deste programa significou no país uma possibilidade de discussão e debate acerca do tema, dado que “a temática da renda mínima/bolsa escola, aqui considerada como Programas de Transferência de Renda, ocupou, até o início dos anos 90, um espaço marginal do debate brasileiro sobre as questões sociais”. (SILVA *et al.*, 2012:32). Vale lembrar ainda o caráter compensatório em que as nossas políticas sociais tem sido desenhadas e a desarticulação com as políticas de cunho econômicas.

Nessa mesma linha de raciocínio, Silva *et al.* (2012), buscando os antecedentes dos chamados Programas de Transferência de Renda, parte de uma análise histórica da instituição de mínimos sociais no âmbito do Estado brasileiro, que “tem sua iniciativa primeira com a instituição do salário mínimo, em 1934, ou, mais precisamente, em 1940, com sua implantação”. (SILVA *et al.* 2012:33). É importante ressaltar que esse benefício só teve significado de uma renda mínima para os trabalhadores legalmente inseridos no mercado de trabalho. Tivemos outras experiências significativas também, como o seguro-desemprego e o abono salarial. A mesma autora resgata a instituição da Renda Mensal Vitalícia, vinculada à Previdência Social e atribuída à pessoa com mais de 70 anos de idade sem condições de suprir os meios de subsistência. Em 1988, a

²⁷ Igualmente sobre esse assunto, cf Colares (s/d).

Constituição Federal instituiu o Benefício de Prestação Continuada – BPC, o que veio a ser regulamentado somente pela LOAS em 1993 e, posteriormente, pelas Leis n. 12.435 de 06/07/2011 e 12.470 de 31/08/2011, garantindo a transferência monetária de um salário mínimo ao idoso com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho, cuja renda per capita familiar seja inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo²⁸.

Os programas de transferência de renda têm motivações e orientações político-ideológicas diferenciadas, contendo, de um lado, cunho compensatório - já que podem servir de resposta ao projeto neoliberal - e, por outro lado, podem apresentar uma perspectiva de redistribuição da riqueza socialmente produzida. No Brasil, de acordo com Silva *et al.* (2012), esses fundamentos colocam a possibilidade de duas orientações para os programas em questão que vêm inspirando o debate e as experiências no país:

Transferência de Renda enquanto programas compensatórios e residuais cujos fundamentos são os pressupostos liberais / neoliberais, mantenedores dos interesses do mercado, orientado pelo entendimento de que o desemprego e a exclusão social são inevitáveis. Têm como objetivos garantir a autonomia do indivíduo como consumidor, atenuar os efeitos mais perversos da pobreza e da desigualdade social, sem considerar o crescimento do desemprego e a distribuição de renda, tendo como orientação a focalização na extrema pobreza, para que não ocorra desestímulo ao trabalho. O impacto é, necessariamente, a reprodução de uma classe de pobres, com garantia de sobrevivência no limiar de uma determinada Linha de Pobreza.

Transferência de Renda enquanto programas de redistribuição de renda, orientados pelo critério da Cidadania Universal, tendo como fundamentos pressupostos redistributivos. Nesse caso, o objetivo é alcançar a autonomia do cidadão e a orientação é a focalização positiva capaz de incluir todos que necessitam do benefício ou os cidadãos em geral, visando à garantia de uma vida digna para todos. O impacto desejado é a inclusão social (SILVA *et al.* 2012:43 página).

Segundo o raciocínio dos mesmos autores, as primeiras iniciativas municipais originaram-se de propostas do Partido dos Trabalhadores - PT, trazendo orientações de um entendimento de redistribuição da riqueza socialmente produzida. No entanto, atualmente, existe um consenso entre políticos de diferentes orientações metodológicas que “vem direcionando as experiências para uma perspectiva orientada por pressupostos liberais / neoliberais”. (Silva, 2012:43). Embora alguns estudos indiquem uma redução

²⁸ Outras informações, ver o portal <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/beneficio-de-prestacao-continuada-bpc> acesso em 19 de julho de 2014 e Lei n. 8.742 (LOAS), disponível em <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/legislacao/legislacao-federal/LOAS.pdf> acesso em 19 de julho de 2014.

da desigualdade social e pobreza no Brasil, já que uma das prioridades do atual Governo Federal é o combate destes fenômenos por meio de um *Plano Brasil sem Miséria*, a manutenção destas questões sociais ainda persiste no país²⁹. Os programas de transferência de renda não constituem uma solução ou garantia única para a erradicação ou diminuição dos problemas sociais em qualquer país; contudo, é inegável que propostas de programas desta natureza sejam fundamentais para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Programa Bolsa Família

O Bolsa Família, enquanto o maior programa brasileiro de transferência de renda, foi considerado no contexto da Política de Assistência Social por considerarem-se estes programas como mecanismos centrais para intervenção da Política de Assistência Social, situando-se no contexto da proteção social básica (...). (SILVA e LIMA, 2010:23).

O PBF é considerado o principal programa condicionado de transferência de renda do Governo Federal e é entendido como uma ação de bem estar social, sendo um dos maiores programas de transferência direta de renda do mundo³⁰. Sua implantação não ignorou a existência dos outros programas de transferência de renda. A Lei que o criou, 10.836 de 9 de janeiro de 2004, determinou a unificação dos programas não constitucionais de transferência de renda (alguns com condicionalidades, outros não) então existentes: “Bolsa-Escola”, “Bolsa-Alimentação”, “Auxílio Gás” e “Cartão Alimentação” (implantados na época de governo do Fernando Henrique Cardoso).

Dentro de uma perspectiva de integração, pode-se afirmar que tais programas não são iniciativas de um único governo; desse modo, demandam compromisso continuado. Neste contexto, Colares (sd, p.7) ressalta que, ao propor a integração, buscou-se estabelecer um novo marco para a política social do país que se distinguisse da tradição assistencialista. O objetivo era integrar e direcionar as políticas para adquirir

²⁹ Lançado em junho de 2011 por meio do Decreto 7.492, o Plano Brasil Sem Miséria tem o objetivo de superar a extrema pobreza até o final de 2014. O Governo Federal reforça o compromisso de incentivar o crescimento com distribuição de renda, com o intuito de reduzir as desigualdades e promover a inclusão social. Trata-se de uma ação intersetorial do Estado considerando a insuficiência de renda, insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, à energia elétrica, à saúde e à moradia dos cidadãos brasileiros. Fonte: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/apresentacao> acesso em 12 de maio de 2014.

³⁰ Ver também Corgozinho (2013)

avanços sem paralisar o pagamento dos benefícios para as famílias que realmente precisassem.

O programa, que contempla famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, de acordo com o portal do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS integra o Plano Brasil Sem Miséria e tem como foco de atuação pessoas com renda familiar per capita inferior a R\$77,00 mensais. O PBF visa garantir renda de inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos. Constituem os principais eixos: a transferência de renda para o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades como forma de acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares, que objetivam o desenvolvimento das famílias, a fim das mesmas superarem a situação de vulnerabilidade³¹. Desse modo, “distribuir renda monetária aos indivíduos visa precisamente emancipá-los não somente da miséria ou da pobreza, mas também de um ambiente social que pode ser causa ulterior de sofrimento” (REGO e PINZANI, 2013:71).

Em 05 de maio foi publicado o Decreto n. 8.232 de 30 de abril de 2014 que tratou do reajuste de 10% dos valores monetários repassados às famílias beneficiárias. Segundo o Decreto, este aumento acompanha a definição das linhas de extrema pobreza e pobreza, que se efetivará a partir de 1 de junho deste mesmo ano. De acordo com o Bolsa Família Informa, n. 411 de 02 de maio de 2014, os novos limites para a concessão do benefício são:

- O valor da renda por pessoa que define se a família se encontra em situação de extrema pobreza passa de R\$70,00 para R\$77,00; e
- O valor da renda por pessoa que define se a família se encontra em situação de pobreza passa de R\$140,00 para R\$154,00.

Sobre o reajuste, as famílias passam a receber:

- Benefício Básico: pago às famílias extremamente pobres, de R\$70,00 para R\$77,00, com renda per capita de até R\$77,00;
- Benefício Variável: pago às famílias pobres e extremamente pobres, que tenham crianças de 0 a 15 anos, gestantes ou nutrizes, de R\$32,00 para R\$ 35,00, com renda per capita de até R\$154,00;

³¹ Fonte: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> acesso em 25 de maio de 2014.

- Benefício Variável Jovem (BVJ): pago às famílias pobres e extremamente pobres que tenham adolescentes de 16 a 17 anos, de R\$38,00 para R\$42,00, com renda per capita de até R\$154,00³².

Além das famílias estarem dentro do perfil do programa, elas devem cumprir com as condicionalidades de saúde e educação.

As condicionalidades do PBF

No que tange aos principais dilemas da implementação das condicionalidades, pode-se dizer que se, por um lado, tais exigências têm potencial para facilitar o acesso de camadas da população que dificilmente conseguiriam chegar aos serviços, por outro, coloca a dúvida sobre capacidade de os serviços de educação e saúde absorverem adequadamente o aumento de demanda resultante implementação do programa. (MONNERAT *et al.*, 2007:9).

As condicionalidades ou contrapartidas exigidas pelo PBF trazem uma discussão polêmica, já que “o benefício é um direito social e deve ter caráter incondicional” (MONNERAT *et al.*, 2007: 9). A autora chama a atenção ainda para as fragilidades do programa e das políticas sociais públicas, no caso da educação e saúde.

Além de perceber a importância do compromisso das famílias – que é o ponto central do desenho do programa - para o bom desenvolvimento de seus filhos, o objetivo das condicionalidades é também contribuir para que as mesmas tenham acesso às políticas sociais, que lhes são de direito, podendo, a médio prazo, superar a situação de pobreza em que se encontram. Silva (2010) ressalta que no campo do trabalho ainda não foi superada a articulação insatisfatória com programas estruturantes que poderiam visar à inserção social. Mas percebe-se também que a articulação com as políticas de saúde e educação, embora componham o leque das condicionalidades, ainda carece de uma atenção para obter resultados mais eficazes.

Todavia, parece que as condicionalidades exigidas pelo PBF podem acentuar as responsabilidades das mulheres, aumentando o tempo de cuidado para com os filhos. No caso da condicionalidade de educação, ou seja, a garantia de que as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos estejam matriculados, cumprindo no mínimo 85% da

³² Fonte: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=02/05/2014> e <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/informes/informe-gestores/Informe.P20411.P20Reajuste.P20Bolsa.pdf.pagespeed.ce.mVVYjLSYKj.pdf> acesso em 30 de maio de 2014.

frequência e, os adolescentes de dezesseis e dezessete anos, uma frequência de no mínimo 75%, não é uma tarefa tão simples. No Cafubá, é muito comum a evasão escolar de adolescentes de doze ou treze anos que se envolvem com o tráfico e abandonam os estudos. Há, também, casos de conflitos na escola, como brigas de alunos; neste caso, o aluno pode ser suspenso da escola.

Já a condicionalidade de saúde, as famílias beneficiárias - ou melhor, as mulheres - assumem o compromisso de acompanharem o cartão de vacinação e o desenvolvimento das crianças menores de sete anos e, se gestantes ou nutrizes, devem realizar o pré-natal. As mulheres com idade entre 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento na saúde. Na área da assistência social, crianças e adolescentes em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do PETI e obter frequência mínima de 85% de carga horária mensal³³.

Essas famílias, por se encontrarem em situação de vulnerabilidade, muitas vezes não conseguem cumprir essas contrapartidas, pois “são famílias cujo vínculo com a formalidade e a institucionalidade é mais frágil” (CARLOTO, 2012:4). E, no caso de descumprimento desta responsabilidade, os filhos e a própria mãe são penalizados. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, os efeitos são³⁴:

- 1º descumprimento – a família receberá apenas uma advertência, que não afeta ou altera o recebimento do benefício;
- 2º descumprimento – a família terá seu benefício bloqueado por 30 dias, mas receberá acumulado no mês seguinte;
- 3º descumprimento – o benefício da família será suspenso por 60 dias;
- 4º descumprimento – o benefício da família será novamente suspenso por 60 dias. Nesses dois períodos de suspensão, a família ficará sem receber o benefício;
- 5º descumprimento – a família terá o benefício cancelado.

Já nos casos de famílias com adolescentes de 16 e 17 anos matriculados na escola e que não atinjam a frequência mínima exigida de 75% de frequência, os efeitos incidirão exclusivamente no benefício destes:

³³ Fonte: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>. Acesso em 30 de janeiro de 2014.

³⁴ Igualmente sobre esse assunto, cf. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>. Acesso em 30 de janeiro de 2014.

- 1º descumprimento – há advertência;
- 2º descumprimento – o benefício será suspenso por 60 dias;
- 3º descumprimento – o benefício referente ao jovem é cancelado.

É importante citar situações que fogem ao controle das beneficiárias do programa e que contribuem para o descumprimento das condicionalidades. No caso da saúde, por exemplo, o horário de funcionamento das unidades de atendimento muitas vezes é incompatível com o horário das beneficiárias que exercem atividades fora do lar. Também, não é incomum a existência de equipamentos precários e a ausência de profissionais (na maioria, médicos) nessas unidades. No caso da educação, é notório a dificuldade das mães em acompanhar os seus filhos no desempenho escolar e nos deveres de casa, já que a maioria delas possui baixa escolaridade ou até mesmo não a possui. Esses indícios apresentados foram relatados por mulheres beneficiárias durante o desempenho de minhas atividades no GEPAR e no Núcleo de Benefícios de Niterói.

Observa-se que a legitimidade das condicionalidades é questionada por alguns autores, já que “inaugura um sentido paradoxal do direito social” (MONNERAT, 2009) quando “este benefício é um direito social e deve ter caráter incondicional” (MONNERAT *et al.* 2007:1461) e são alvos de uma série de questionamentos sobre sua efetividade em relação à inclusão social. Diante do exposto, cabe enfatizar alguns aspectos contraditórios das condicionalidades. Mesmo reconhecendo a precariedade dos serviços públicos de saúde e de ensino, considero ser um começo o fato de as famílias estarem acessando e conhecendo os seus direitos dentro da comunidade. No âmbito da educação, mesmo que em passos curtos, o PBF tem diminuído a evasão escolar. No campo da saúde, tem se observado uma maior responsabilização das mães em relação aos seus filhos, junto às unidades de saúde³⁵.

Destacamos aqui também a importância das exigências de contrapartidas para o controle social, uma vez que através das condicionalidades é possível perceber o grau de qualidade desses serviços sociais, buscando assim melhorias e eficácia dos mesmos.

³⁵ Sobre esse assunto, ver Carlotto (2012).

Os desafios do Programa

Decerto, é bastante provável que o Bolsa Família provoque efeitos positivos do ponto de vista da ampliação do acesso à educação e saúde, notadamente de uma fração da população que historicamente apresenta baixo poder de utilização destes serviços. É possível até que um contingente não desprezível de pessoas que nunca frequentou os serviços de educação e saúde seja incluído, via o Bolsa Família, pela primeira vez neste circuito, mesmo que ainda limitado, de cidadania social. (MONNERAT, G.L. *et al.* 2007:1460).

Nove anos depois da implantação do PBF, em 2013, Tereza Campello, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), afirmou que “o programa chega aos quatro cantos do país, beneficiando cinquenta milhões de pessoas a um custo de 0,46% do PIB”³⁶. Embora o programa consiga atingir uma população significativa, ainda temos no país inúmeras famílias elegíveis que não foram contempladas pelo mesmo.

No campo da literatura sobre a temática, existem algumas críticas que apontam que as transferências de renda desestimulam o trabalho. Estas críticas se baseiam na ideia de que os beneficiários têm o incentivo de deixar de trabalhar ou trabalhar menos, à medida que atingem certo nível de renda. Embora a importância do programa para a melhoria das condições de vida destas famílias seja inegável, o valor monetário repassado parece ser insuficiente para que elas deixem de praticar atividades laborativas. Neste mesmo raciocínio, Medeiros *et al.* (2007) aponta que “o fato é que tomar as transferências como um desestímulo ao trabalho é uma ideia que pode ser fundamentada em preconceitos, mas não se apoia em evidências empíricas” (MEDEIROS *et al.* 2007:15). Os autores, apresentando dados do IBGE, afirmam que pessoas de domicílios onde há beneficiários do PBF trabalham tanto ou mais que as outras pessoas com renda *per capita* similar.

Sobre a temática da feminização dos cuidados, no caso do PBF, ainda é pouco examinada. Destaco aqui o artigo *Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no Programa Bolsa Família*, de Carloto e Mariano (2012). Neste estudo, as autoras problematizam a conciliação de mulheres beneficiárias da esfera dos cuidados com o trabalho remunerado e também localizam as condicionalidades como exigências que acentuam o cuidado como atribuição feminina. Outro estudo de destaque é o da Barros (2012) que investigou os significados do PBF na vida das mulheres beneficiárias em

³⁶Ver http://www.pt.org.br/artigos/view/artigo_bolsa_familia_nove_anos_depois_por_tereza_campello acesso em 04 de junho de 2013.

uma região de Niterói / RJ. Este estudo contribui para o debate acerca desta feminização de cuidados e invisibilidade do homem no programa, o que apresenta em seus resultados.

Note-se que, apesar da diminuição da desigualdade de gênero verificada no mercado de trabalho, na década de 1990 os obstáculos ao acesso de mulheres a cargos de chefia ainda não foram superados, permanecendo diferenças de rendimentos entre os dois sexos³⁷. Neste sentido, pelo fato de as famílias chefiadas por mulheres – ou monoparentais femininas - incorporarem um universo muito variado de situações, verifica-se que elas ainda sofrem as consequências da pobreza de forma mais aguda. As mulheres, de um modo geral e principalmente as pobres, são mais submetidas a trabalhos precários ou ocupam-se de atividades sem remuneração, ficando mais expostas ao desemprego. E uma das questões que se coloca como lacunar no PBF é a centralidade desta mulher no cumprimento das condicionalidades, uma vez que o programa parece incorporar as condições desiguais das relações de gênero e dos estigmas que as mulheres acumularam no tempo.

Um estudo, realizado no período de 2006 a 2011 por uma pesquisadora e professora da Unicamp juntamente a um sociólogo italiano, tratou de avaliar os impactos do PBF através de relatos de 150 mulheres beneficiadas pelo programa, moradoras do Vale do Jequitinhonha e outras cidades do interior de Maranhão e Piauí³⁸. Segundo os pesquisadores, o recebimento do dinheiro proporcionou a liberdade de escolha, dando chances das beneficiárias de experimentarem outros tipos de alimentos, por exemplo. Eles argumentam que essa “autonomia” antes não era vivenciada por essas famílias, podendo essas, minimamente, trocar o arroz pelo macarrão. Afirmam que o ser humano é desejante, ele quer mais vida como qualquer pessoa e esse “preconceito” contra o Programa Bolsa Família é fruto de uma cultura de desprezo.

Como é possível notar, os argumentos dos pesquisadores do estudo acima citado são contrários à ideia de que o programa pode acomodar a população beneficiária. Julgo importante considerar esse raciocínio, já que é um dado significativo; todavia, é necessário também ampliar o olhar a respeito dos efeitos do PBF. Na minha atuação enquanto Assistente Social, principalmente com as mulheres que estabeleci contato no decorrer da pesquisa, deparei-me com histórias diversas. Há mulheres que veem a

³⁷ Ver Melo (2005).

³⁸ Ver <http://blogs.estadao.com.br/roldao-arruda/bolsa-familia-deu-mais-liberdade-aos-pobres-diz-pesquisadora/> acesso em 05 de janeiro de 2014.

transferência monetária como um complemento da renda familiar e, desse modo, continuam com as suas atividades no mundo do trabalho; como há também outras que, por motivos variados, encontram-se desestimuladas e não procuram estabelecer-se no mercado de trabalho – é comum essa “acomodação”, dada a ausência de creches, ou seja, essas mulheres não podem contar com nenhuma proteção social aos seus filhos. Portanto, é bom lembrar que essa é uma realidade brasileira (antiga) e vivenciada por várias mulheres pobres. Neste sentido, o fato de serem beneficiárias pelo PBF não as garante acessar uma rede de proteção social voltada para suas crianças na educação infantil.

Nesses dez anos de existência, acumularam-se várias polêmicas ao redor do programa. Uma grande tensão é sobre a focalização que, de acordo com Silva (2010), “é entendida como o direcionamento de recursos e programas para determinados grupos populacionais, considerados vulneráveis no conjunto da sociedade” (SILVA, 2010:13). Parece não haver um consenso nos debates acerca das políticas sociais no país, pois podemos verificar uma certa polarização entre dois eixos de orientação, a universal e a focalizada. Silva (2010), ao examinar o PBF, aponta que a concepção acima contrapõe-se ao entendimento de focalização que orientou as reformas dos programas sociais na América Latina, compreendidos nos anos de 1980 e 1990, pautados no ideário neoliberal. O projeto neoliberal parece ter conferido ao Brasil uma orientação de políticas sociais voltadas para a focalização, fazendo desconstruir, portanto, o pensamento da universalização³⁹. Essa ideia de focalização, tão presente nas políticas sociais brasileiras, direciona a uma concepção de ações compensatórias e residuais, marcadamente como discriminatórias e estigmatizantes.

O Programa Bolsa Família não é diferente, pois trata-se de um programa permeado de paradoxos e contradições; entretanto não pode ser desconsiderado por nós, Assistentes Sociais. Vários estudiosos argumentam que esse tipo de política “focalizada” pode tender a tratar somente uma parte do problema e deixar de lado medidas mais abrangentes e inclusivas⁴⁰. E exatamente por focalizar, pode trazer consigo um caráter seletivo. Contudo, considero ser necessária a focalização nas políticas sociais, desde que estas sejam planejadas através de estratégias que contemplem os mais pobres em programas sociais, que incluam a transferência de renda

³⁹ Adotamos aqui o conceito de universalização utilizado por Silva (2010), entendido como uma extensão de bens e serviços principalmente nos setores de saúde e educação, ao conjunto da população.

⁴⁰ Ver Fleury (2007).

e lhes propiciem o alcance de um novo patamar de qualidade de existência. Ou seja, às vezes, é necessário ser desigual para promover a igualdade. Trata-se da chamada “discriminação positiva”, tal como aquela proposta pela política de cotas.

Estudos qualitativos e avaliações de impacto do PBF têm mostrado que a transferência de renda contribui para o empoderamento das mulheres beneficiárias. Como exemplo, o relatório final da avaliação realizada pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR/UFMG, em outubro de 2007, revelou que a quantia monetária repassada tem um valor simbólico de barganha para as mulheres, já que há um aumento no poder de decisão quanto ao emprego do benefício⁴¹. Todavia, ainda carece-se de estudos sobre o programa no que se refere aos significados deste na vida das mulheres, já que lhes cabem todas as exigências do cumprimento das contrapartidas.

A avaliação de políticas sociais parece não ter ultrapassado o plano dos programas e projetos, já que os elementos da política acabam sendo avaliados no limite desses programas e projetos, deixando de lado a identificação do conteúdo inerente à política que é o de interferir e eventualmente transformar as relações sociais prevalentes (LOBATO, 2004). Existe, assim, um descompasso entre os resultados da avaliação e a capacidade explicativa desses resultados, pois tais condições parecem reduzir a possibilidade de serem usados como orientadores de mudança. A política social tem revelado a extensão de conflitos inerentes à desigualdade e à exclusão social. Segundo Lobato (2004), uma avaliação política da política social deve adotar o critério do bem estar. Ao gerar bem estar, a política social altera condições existentes de distribuição da riqueza social, entretanto, não altera necessariamente as relações sociais que sustentam as regras dessa distribuição, não sendo capaz de assegurar esse bem estar, seja pela instabilidade da oferta, seja pela relação de dependência que as políticas, em geral, têm estabelecido.

Ao citar Rico (2001), Lobato (2004:9) enfatiza a importância de identificar mais do que a eficácia na distribuição de produtos sociais: seus efeitos sobre a qualidade de vida. Esses elementos, pois, são relevantes para pensar os efeitos do PBF na vida das mulheres e de suas famílias, no sentido de avaliar como e quanto o programa contribui para o seu bem estar.

⁴¹Ver [relatório no portal http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/avaliacao_impacto_programa_bolsa_familia.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/avaliacao_impacto_programa_bolsa_familia.pdf)
Acesso em 16 de janeiro de 2014.

Figueiredo e Figueiredo (1986), por seu turno, também contribuem com o debate, informando que a avaliação de políticas é uma prática que começou a se desenvolver no Brasil entre especialistas das diferentes políticas sociais, a partir dos anos 1980, de forma desigual. A baixa tradição de avaliação no país, a falta de continuidade das políticas e o uso político das avaliações ainda fazem parte do cenário brasileiro. Como caminho, Lobato (2004) sugere a simplificação de metodologias utilizadas e o aprofundamento de conteúdos, com a identificação efetiva dos resultados das avaliações. Outro ponto importante seria chegar mais perto dos indivíduos que estão na ponta da linha, conhecer seus modos de vida e sua interação com as políticas.

Neste contexto, o estudo ora apresentado se alinha a essa perspectiva. Quando se aproxima das famílias beneficiárias do PBF, busca conhecer suas estratégias de sobrevivência e examina as repercussões do programa sobre modos de vida de seus beneficiários. A questão da partilha das atividades domésticas também se torna tema cada vez mais urgente a ser examinado. Desse modo, estudos sobre usos do tempo assumem relevância, pois são capazes de oferecer dados de utilidade para o desenho das políticas sociais preocupadas com a igualdade de gênero, caso deste trabalho. Reiteramos o argumento de Carloto (2012) quando diz:

O sistema de avaliação e monitoramento do PBF deveria considerar como indicador o uso do tempo das mulheres titulares para administrar o cumprimento das condicionalidades. Seria um importante indicador para aferir o aumento do trabalho doméstico e de cuidado, considerado não-trabalho, e para aferir como o uso deste tempo pode dificultar a inserção das mulheres no mercado remunerado, condição que obstaculiza a autonomia econômica. (CARLOTO, 2012:9).

Por outro lado, o PBF leva a pensar nas tradições “inventadas”, lembrando Hobsbawm:

“tradição inventada entende-se como conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição.” (HOBBSAWM, 2006:9).

As ideias do historiador Eric Hobsbawm (2002) podem conduzir a uma aproximação mais segura com as tradições de cuidados, principalmente como tradições inventadas ao longo da história brasileira e, por isso, redefinidas nas situações próprias ao tempo presente. Parece não ser necessário “recuperar nem inventar tradições quando os velhos usos ainda se conservam” (HOBBSAWM, 2002:16). Essa tradição inventada (assentada numa determinada leitura das relações de gênero) conceitua o trabalho

feminino como inferior ou de menor valor que o masculino e, também, sugere a continuidade da experiência que acentua encargos femininos na esfera dos cuidados, desestimulando a chegada das mulheres aos espaços públicos. E tudo indica que o PBF também cria condições para que essa tradição que marca a diferenciação de gênero seja recriada no tempo presente, acentuando a feminização do cuidado.

O argumento apresentado aqui sobre a possibilidade das exigências das condicionalidades recaírem às mulheres está pautado na legislação do Programa. É preconizado em seu parágrafo 14 do art. 2 que “o pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento” já que no Decreto regulamentador da lei de criação do programa, n. 5.209 de 17 de setembro de 2004, estabelece em seu Art. 23-A “o titular do benefício do Programa Bolsa Família será preferencialmente a mulher, devendo, quando possível, ser ela previamente indicada como responsável pela unidade familiar no ato do cadastramento” (incluído pelo Decreto n. 7.013, de 2009)⁴². As disposições legais do programa parecem recuperar antigas tradições; essa nomeação preferencial das mulheres reinventa tradições de cuidados quando indica e designa responsabilidades que têm o significado de obrigações femininas. Elas contraditoriamente reconhecem as mulheres e refundam conceitos do maternalismo clássico, aquele que as associa, primordialmente, a obrigações maternas de cuidados de família.

Ao nomear a mulher como mediadora entre o programa e sua família, o PBF a valoriza e contribui para sua autonomia; no entanto, afasta o homem da função do cuidado, podendo estimular assim a desigualdade de gênero. Esse paradoxo também pode ser notado no modelo de constituição da Política Nacional de Assistência Social – PNAS / 2004, quando preconiza a matricialidade familiar:

A Política Nacional de Assistência Social ao preconizar a matricialidade familiar traz à tona o debate acerca da família, que por muito tempo, ficou esquecida nos espaços políticos e acadêmicos, entretanto, transfere a responsabilidade para a mulher desta família a regularidade e o compromisso de atualizações de dados nos programas sociais (CORGOZINHO, 2013: 2).

⁴² No dia 22 de julho de 2014 foi publicado no Diário Oficial Lei n. 13.014 de 21 de julho de 2014 que altera o art. 1 da Lei n. 8.742 de 7 de dezembro de 2003 e os arts. 5 e 13 da Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011, determinando o repasse de todos os benefícios monetários preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar. Maiores informações, ver no portal <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13014-21-julho-2014-779097-publicacaooriginal-144639-pl.html> Acesso em 12 de agosto de 2014.

Ao exigir o cumprimento das condicionalidades à mulher, o PBF pode reforçar uma tradição de cuidado gerando inúmeras implicações à mesma. Afasta o homem do papel que também deveria ser de sua responsabilidade. Diante disso, a categoria gênero deveria ser incorporada nas ações do Estado via programas sociais. Os estudos de Carloto e Mariano (2009) realizados na cidade de Londrina confirmam esse entendimento. Segundo as autoras, o PBF neste município cria mecanismos que minimizam a responsabilidade dos homens, contribuindo para a cristalização dos papéis de gênero⁴³. Parece que esta realidade não é vivenciada somente pela população usuária de Londrina.

Pode-se perceber, por meio de contato com as mulheres beneficiárias, que muitas delas têm uma concepção errônea – talvez porque é essa a imagem que é transmitida – sobre a proposta de complementação de renda que o programa busca (ou pelo menos deveria buscar) oferecer. Muitas acham que, ao estarem inseridas em trabalhos formais, perdem o direito de receber o benefício. Esse indício é verificado tanto no Cafubá quanto no Núcleo do Bolsa Família, em Niterói. O PBF, desconsiderando prerrogativas conquistadas por lutas feministas no campo dos direitos, nem sugere e nem estabelece responsabilidades que deveriam ser necessariamente partilhadas com os homens. Essa orientação, assim, atua sobre modos de vida e inventa tradições que feminizam obrigações legais e regulamentares. Ou seja, o PBF parece naturalizar as relações de gênero (Barros, 2012).

O incidente recente (em meados de 2013) com a propagação da notícia de cancelamento do PBF parece revelar significados importantes desse programa sobre a vida das pessoas que nele estão incluídas. Sobre este acontecimento, a Caixa Econômica e o Governo Federal apresentaram versões diferentes na época: primeiro a Caixa admite ter antecipado o pagamento dos benefícios do programa no mês de maio (2013). Já o Governo Federal reconhece possível falha na operação bancária. Rumores como cancelamento do programa ou possível pagamento extra por coincidir com a data comemorativa do dia das mães apareceram após o evento. Especulação ou falha no sistema, o fato é que esse acontecimento deixou muitos beneficiários preocupados com o suposto fim do programa, conforme os diversos veículos de comunicação demonstraram⁴⁴.

⁴³ Ver estudo Carloto e Mariano (2009).

⁴⁴ Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/boatos-sobre-fim-do-bolsa-familia-caixa-volta-atras-e-admite-antecipacao-dos-pagamentos> Acesso em 05 de fevereiro de 2014.

O PBF parece adotar um perfil de mulher beneficiária dona do lar que não desenvolve atividades de trabalho fora do âmbito da casa. O Art. 4 do Decreto 5.209, que trata dos objetivos básicos do programa em relação aos seus usuários, coloca como uma das suas prioridades combater a fome e estimular a emancipação da família em situação de pobreza e extrema pobreza. Não podemos desconsiderar aqui as beneficiárias que desenvolvem e conseguem conciliar as atividades de cuidados domésticos com as atividades fora do lar.

Estamos em um processo de construção para a conquista de nossa autonomia. Vários são os desafios, porém não são impossíveis. Em se tratando das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, o valor monetário repassado, embora seja irrisório (para nós), pode ser um caminho para a busca de sua emancipação. Todavia, o programa deveria incorporar a questão de gênero e rever o papel dos homens e das mulheres frente às condicionalidades. Mas, para que isso aconteça, é preciso rever também as disposições legais do programa, que parecem estar apoiadas em tradições maternas.

Apesar das dificuldades e limitações, é importante considerar que o programa está cumprindo, em alguma medida, o seu propósito de uma cobertura significativa e chegando a populações mais pobres⁴⁵. Nos últimos anos, as políticas de combate à pobreza no Brasil ganharam centralidade nos debates e agendas políticas; como exemplo, a unificação dos programas de transferência de renda. A estrutura da política dos programas ampliou e, através de parcerias com os programas complementares e com as condicionalidades exigidas, o PBF facilita o acesso destas famílias beneficiárias a outros serviços sociais.

Como foi falado anteriormente, o programa assume atualmente centralidade no Sistema de Proteção Social e, de acordo com uma pesquisa realizada por Silva e Lima (2010:40), em dezembro de 2009 o programa já abrangia todos os 5.563 municípios brasileiros e o Distrito Federal e atendia 12.370.915 famílias pobres e extremamente pobres, com um orçamento de R\$10,9 bilhões para este mesmo ano. As autoras apontam ainda que essa cobertura atende hoje quase a totalidade de famílias pobres no país.

Muitos autores apontam a relevância dos programas de transferência de renda para a redução da desigualdade e para o acesso a outras políticas sociais. Lavinás (1999)

⁴⁵ Sobre esse assunto ver Mesquita e Freitas (2013).

argumenta que os programas de renda mínima deveriam atender não só a dimensão da insuficiência de renda – uma das múltiplas dimensões da pobreza – mas também ao déficit de acessibilidade a bens e serviços públicos ao qual está submetida a população mais carente, procurando funcionar como um mecanismo de inserção social. No entanto, para isso, faz-se necessária a articulação com outras políticas setoriais, sobretudo as políticas de geração de emprego e renda, as quais se mostram frágeis no escopo do programa.

É inquestionável a legitimidade política que o PBF adquiriu junto à sociedade brasileira, porém, vários são os desafios para que o programa se efetive e, de fato, atinja os seus objetivos. Ações de programas voltados para geração de trabalho devem ser pensadas de modo a integrar o leque das condicionalidades. Como a sociedade brasileira continua sendo muito desigual, excluindo sistematicamente determinadas categorias sociais, essas políticas de transferência de renda são extremamente relevantes para a redução do fenômeno pobreza.

Para não correr o risco de reforçar a desigualdade de gênero, é necessário que os homens também sejam chamados e responsabilizados no processo das políticas públicas sociais, políticas essas comprometidas com a igualdade de oportunidades e direitos, para que eles possam ser vistos e tratados como possíveis beneficiários, como seres que também podem ser vulneráveis.

Um grande desafio para a ampliação da cidadania da mulher beneficiária do PBF seria a perspectiva de gênero colocada à questão do programa, considerando as suas histórias de vida e necessidades, sem perder de vista o histórico marcado pela subalternidade e dominação. O PBF parece renovar o maternalismo clássico quando preceitua o cuidado feminino. Deste modo, na tentativa de compreender historicamente as nossas tradições de cuidados, o próximo capítulo examinará questões relacionadas aos estudos de gênero, voltadas para estudos dos maternalismos e trabalhos domésticos.

CAPÍTULO II

Tradições de cuidados: Maternalismos, Cuidados e o Trabalho Doméstico

As tradições de cuidados em cadeias geracionais não se alteram de um dia para o outro. Há tradições que prosseguem e outras que mudam. Nas práticas domésticas de mães e avós, familiares e amigas, há historicamente a formação de redes como a da prática de cuidados, de mulheres para outras mulheres, sobretudo, da mesma família ou para aquelas que a ela se agregam. Isso também fica evidente nas profissões, ainda hoje, consideradas femininas.

Há um longo processo de aprendizado de cuidados nos brinquedos de meninas com bonecas, com utensílios de uso nas “casinhas”, de bordados e de costuras, dentre outros. São condutas verificáveis em famílias de todas as classes e que têm marcado a nossa trajetória feminina. Falamos de automatismos sociais que irão conformar/confirmar o “nosso” lugar, as “nossas” responsabilidades na esfera dos cuidados. Todas essas tradições dão contornos ao maternalismo clássico que admite as tarefas do lar como de exclusiva responsabilidade feminina. O presente capítulo apresenta uma revisão bibliográfica sobre as questões relacionadas aos estudos de gênero, voltada para estudos dos maternalismos e trabalhos domésticos, examinando algumas das nossas tradições de cuidados.

Maternalismos e as tradições de cuidados: um percurso histórico

A historiografia internacional já indicou a priorização do chamado “binômio mãe-filho” como objeto de preocupação social em todo o mundo, sobretudo a partir de meados do século XIX, quando a maternidade foi alçada à dimensão de ordem pública, devendo ser amparada e protegida. (FREIRE, 2009:19).

O discurso maternalista brasileiro teve influência do exemplo francês, embora venha a ser moldado por costumes assentados na longa herança escravista⁴⁶. No cenário mundial, ainda no início do século XX, parece ter prevalecido uma unanimidade quanto à ideia de que a missão primordial da mulher seria a maternidade. Os estudos de Freire (2009), no livro *Mulheres, mães e médicos – discurso maternalista no Brasil*, nos proporcionam uma visão ampliada e aprofundada acerca do tema. De acordo com a

⁴⁶ Sobre um estudo aprofundado acerca do discurso maternalista, ver Freire (2009).

autora, a ideologia da maternidade como função mais importante da mulher, apesar de ter suas origens mais remotas, se fortaleceu na sociedade ocidental após a Primeira Guerra Mundial. Assim, discutir a questão de cuidados e maternalismos hoje significa não deixar de se aventurar na história das mulheres e compreender sua relação com as práticas de cuidados, entendidos durante muito tempo, como sendo exclusivas do feminino. Tais práticas estão assentadas em históricas relações de gênero.

Pedro (2005) contribui para o entendimento da categoria de análise gênero enquanto construção social:

A narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos, foram produtores de gênero (PEDRO, 2005:88).

Na perspectiva da autora, a construção da noção de gênero universaliza as relações entre o feminino e o masculino quando incorpora também aquelas apenas entre homens e, a outras, apenas entre mulheres, situando desigualdades entre homens e entre mulheres em muitas interseções relacionais, tais como as de classes, raças/etnias/cores de pele, gerações e orientação sexual. A categoria gênero é uma construção social determinada nas mais diversas formas de relações sociais. É importante lembrar que o conceito de gênero emerge de estudos desenvolvidos por militantes dos movimentos feministas, principalmente, por iniciativas de acadêmicas feministas entre as décadas de 1970 e 1980⁴⁷. Surgiu no sentido de analisar não só as clássicas relações entre mulheres e os homens, mas também as estabelecidas entre homens e as que as mulheres estabelecem entre si. Desse modo, a noção de gênero se constitui uma categoria relacional. Contudo, para Cisne (2012), apesar de as intenções do surgimento dos primeiros estudos de gênero serem importantes para as mulheres, o contexto foi marcado também por retrocessos para o movimento feminista⁴⁸.

Falar na categoria gênero implica, necessariamente, pensar as relações sociais dentro das famílias, estas, por sua vez, concebidas como estreitadas por laços de afetividade – o que nem sempre se verifica – independente de como elas se organizam. Em virtude das transformações do cenário econômico, político e social e com o avanço da modernidade, a família sofreu e tem sofrido adaptações em sua estrutura e

⁴⁷ Sobre esse assunto ver Cisne (2012).

⁴⁸ Ver também Louro (1996).

organização (CORGOZINHO, 2013). Este contexto de mudança contribuiu para a alteração de padrões de hierarquia no interior das famílias e ampliou a participação das mulheres no mercado de trabalho. É possível notar as tendências de redução do número de filhos nas famílias, de diminuição de matrimônios, de aumento de separações e do aumento de famílias chefiadas por mulheres.

Nesta perspectiva, o censo realizado pelo IBGE (2010) apontou que, em dez anos, houve um aumento de 22% para 37,3% do número de famílias que têm a mulher como responsável, inclusive de 19,5% para 46,4% com a presença de cônjuge. Os motivos podem ser atribuídos à mudança de valores relativos ao papel da mulher na sociedade e a fatores como o seu ingresso no mercado de trabalho⁴⁹. E as formas de mensuração também, podemos acrescentar.

No Cafubá, é muito comum a existência de situações de mulheres que, mesmo com a presença dos seus companheiros, são ou por algum momento já foram provedoras da família. Neste caso, seus companheiros, na maioria das vezes quando estão empregados, estão inseridos em trabalhos precários e, como tal, ficam à mercê de trabalhos temporários, colocando suas mulheres em situações momentâneas de provedoras do lar. Isso retrata a experiência de muitas mulheres que, por motivos de desemprego, insegurança e incertezas no mercado de trabalho informal, têm seus companheiros ausentes de responsabilidades com a manutenção da casa. É bom ressaltar ainda situações em que mulheres dividem com seus companheiros essas responsabilidades.

O imaginário sobre as mulheres, em geral, as fazem responsáveis pela harmonia e pelo zelo para com o marido, o provedor único da família, além de responsabilizá-la pelos cuidados da casa e dos filhos. Destacamos aqui o livro *Emílio ou da Educação* de Rousseau, do século XVIII, em que constrói a ideia da mulher submissa e dependente do homem, quando ele afirma que:

A mulher e o homem foram feitos um para o outro, mas sua mútua dependência não é igual; os homens dependem das mulheres por seus desejos, enquanto as mulheres dependem dos homens tanto por seus desejos quanto por suas necessidades; subsistiríamos melhor sem elas do que elas sem nós. Para que disponham do necessário, para que estejam bem, é preciso que o demos a elas, que queiramos dá-los a elas, que consideremos que são seus méritos, da importância que prestamos a seus encantos e suas virtudes (ROUSSEAU, 1999:501-502).

⁴⁹ Ver www.ibge.com.br acesso em 05 de abril de 2013.

Porque, naquela época, começava-se a construir um ideal de homem e mulher, a afirmação contida nesse texto parece ser condizente com o lugar – ou onde queriam as mulheres - e a situação socioeconômica delas naquele lugar e momento, ou seja, na Europa desse século. É importante grifar também os encargos que as mulheres viveram (e algumas vivem ainda) com suas proles numerosas⁵⁰. Na atualidade, embora esse lugar e condição tenham mudado, há situações de mulheres com um número considerável de filhos e estreita dependência de seus maridos/companheiros. No entanto, com o advento dos contraceptivos e inovações tecnológicas, foi possível introduzir novos valores e novos comportamentos cotidianos das pessoas. A descoberta e a difusão da pílula contraceptiva mudaram muito a demografia do mundo inteiro.

A sexualidade foi separada do amor e da procriação e isso alterou substantivamente a percepção da sexualidade e das relações de intimidade. Os meios contraceptivos provocaram uma mudança ainda mais significativa para as relações de homens e mulheres, que deixaram de ter suas vidas e sexualidade atadas à maternidade, recriando um mundo subjetivo feminino; isso, aliado à expansão do feminismo, amplia a possibilidade de atuação da mulher no mundo social (PETRINI, 2007).

Já a classe patronal pode ser que tenha se interessado pela criação de programas de planejamento familiar, visando a difusão da contracepção e da esterilização familiar que significa redução da prole e salários de menor valor. Essas observações parecem evidenciar que as mulheres teriam perdido sua autonomia em relação à maternidade e seu corpo para grupos distantes de seus interesses individuais. Mas, contraditoriamente, diante do largo uso de contraceptivos, as mulheres irão ampliar seu poder de decisão sobre seu corpo e o tamanho de suas proles. Isso também redefine sua vida sexual e a reprodutiva, agora por elas decididas.

Por outro lado, a “instabilidade conjugal” traz mudanças na estrutura familiar, principalmente, nos setores mais empobrecidos da população. Neste caso, as mulheres passam a acumular sozinhas as funções de provedoras e de responsáveis exclusivas dos filhos⁵¹. Tal fenômeno cresce, principalmente, entre as famílias mais pobres e pode estar relacionado à menor capacidade de ganho das mulheres provocada por diversas circunstâncias, dentre as quais a da condição de gênero articulada à de classe social, à de idade e à etnia. Para sustentar tais afirmações, cito o estudo de Carloto e Procópio (2004) que, numa pesquisa feita pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento

⁵⁰ Sobre esse assunto ver Costa (2002:304).

⁵¹ Ver Lavinias (1998)

Econômico – IPARDES, demonstram que 46% das famílias pobres do estado do Paraná são chefiadas por mulheres, jovens entre 10 e 25 anos.

Diante destas evidências, podemos dizer que a baixa escolaridade das mulheres pobres e sua baixa capacidade de remuneração, associadas ainda à inexpressiva rede de proteção social formal, as dificultam de sair dessa condição, podendo até reforçar a dependência em relação aos benefícios sociais. Pode-se observar que, nesta variedade de situações familiares, as mulheres se veem responsáveis pela manutenção da família, assumindo uma dupla (ou tripla) jornada de trabalho, na tentativa de suprir as necessidades do lar, visto que é comum o pai de seus filhos não contribuir com nenhum tipo de auxílio. E, no caso das mulheres beneficiárias do PBF, soma-se a isso a responsabilidade do cumprimento das contrapartidas impostas pelo programa.

É preciso também chamar a atenção para a perda de valor dos rendimentos, masculinos numa indicação de que tem aumentado efetivamente o número de domicílios que dependem do trabalho e da renda femininos⁵².

O PBF, ao pressupor as mães como responsáveis por funções de cuidados, as nomeia, preferencialmente, como responsáveis pela observância das condicionalidades impostas pelo programa e pela atualização cadastral no CadÚnico⁵³. Essa tarefa implica atualizar os dados no cadastro a cada dois anos e, se houver alguma mudança de endereço, composição familiar, renda, dentre outros, não deixar de comunicar ao gestor do programa. Além do cadastro atualizado, deverá estar em dia com as obrigações da saúde e da educação. Desse modo, amplia responsabilidades maternas quanto a essas obrigações, acentuando as tarefas de cuidados como atribuições femininas. Como assistente social, localizo indícios como esses no meu cotidiano profissional.

Pode a maternidade provocar distintas repercussões na vida das mulheres e em vários aspectos, já que tem uma dimensão ideológica, simbólica, religiosa, emocional, política nem sempre examinadas. Nos estudos de Rodrigues (2008) sobre as sociedades agrárias da Antiguidade, a conceituação da paternidade foi muito importante para a construção das redes de parentesco. A reprodução havia se tornado um problema masculino, destacando a figura paterna, permanecendo assim enquanto a economia foi predominantemente agrária. Já nas sociedades industriais, houve um surgimento de uma

⁵² Ver Brito (2007)

⁵³ O cadastro único para programas sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos. Trata-se de uma porta de entrada para os programas sociais. A atualização cadastral deverá ser de 2 em dois anos. Ver <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico> Acesso em 12 de janeiro de 2014.

contradição entre os papéis produtivo e reprodutivo das mulheres, “pois houve separação entre o *locus* da produção e o *locus* da reprodução” (RODRIGUES, 2008:45).

Como no imaginário social foi criado o ideário de que as mulheres desejam naturalmente ter filhos, a decisão de viver a maternidade seria também a elas atribuída.⁵⁴ Permite-se, portanto, a manutenção de uma divisão sexual do trabalho que reservava às mulheres das sociedades tradicionais apenas os encargos do espaço doméstico. E, dessa forma, a esfera pública tornou-se espaço exclusivo dos homens, o que lhes conferia a ascendência sobre a esposa. Neste contexto,

A maternidade tornou-se, então, instrumento político para imposição de interpretações historicamente determinadas, que sofrem influência da divisão sexual do trabalho, dos objetivos do grupo de parentesco, dos problemas econômicos para incorporar os novos membros ao consumo e à produção, das concepções religiosas, das metas demográficas do Estado e seus projetos políticos do momento (RODRIGUES, 2008:47).

Mesmo assim, as mulheres lutaram e foram fundamentais à formação dos Estados-Providência modernos, embora a maternidade tenha ocupado um papel central na passagem dos séculos XIX / XX e tenha estado sempre presente nos debates feministas. Diversos discursos maternalistas apontam a função social da maternidade e não apenas a fisiológica. Movimentos de mulheres e de feministas fizeram sua trajetória na luta por uma nova concepção das tarefas de cuidado doméstico e da maternidade, buscaram o reconhecimento da cidadania das mulheres, significando direitos iguais em relação aos homens. Experiências de proteção à maternidade durante as duas grandes guerras tiveram um papel fundamental para os movimentos feministas e para a construção dos Estados-providência modernos⁵⁵.

A chegada das mulheres no âmbito público no Brasil se intensifica ao longo da década de 40 quando se amplia a profissionalização feminina. Isso leva ao abandono de ideários de práticas e antigas tradições familiares. Para o melhor desenvolvimento e progresso da nação, iniciou-se uma preocupação com a educação das crianças, cabendo às mães essa responsabilidade, por isso tornou-se necessário intervir junto à educação das mulheres⁵⁶.

Sobre esse assunto, Freire (2009) aponta para o caso brasileiro da Primeira República

⁵⁴ Ver Rodrigues (2008) e Badinter (1985).

⁵⁵ Ver Bock (1991: 461).

⁵⁶ Ver Bock (1991: 461).

Associada ao projeto modernizador, a maternidade, ainda que intrinsecamente vinculada à natureza feminina, rompia as fronteiras da esfera doméstica e adquiria um novo caráter, de missão patriótica e função pública (FREIRE, 2009:20).

Cabia, então, à mulher-mãe a atribuição de proporcionar os cuidados qualificados aos seus filhos. Um outro consenso se sustentava no entendimento de que as mulheres deveriam antes ser instruídas para adquirirem condições de desempenho de seu papel civilizador. O pressuposto que fundamentava esse consenso era o de que as mulheres das mais variadas classes e grupos sociais, sem instrução, não estariam preparadas para um bom desempenho de suas funções de esposa e mãe (FREIRE, 2009). Desse modo, iniciaram-se escolas para mulheres com diferentes orientações, com o intuito de prepará-las no sentido de serem boas mães de família e para a profissionalização. A mesma autora assinala que “poucas eram as vozes que se levantavam para reivindicar uma educação para as mulheres igual à dos homens, ou que resultassem em benefício unicamente da cultura feminina” (2009:118).

Inúmeras foram as influências que estimularam mudanças em relação ao tema maternidade no Brasil. Assumem, ainda, o discurso médico, estabelecendo um novo modelo de maternidade. Ele se configura, “através da maternidade científica, um novo papel feminino: a mãe moderna”. (FREIRE, 2008: 154). A busca por modernidade trouxe, assim, uma ressignificação da maternidade, expandindo-a para os espaços públicos, fazendo surgir uma possibilidade de integração das mulheres à dinâmica da sociedade.

Tradições de cuidados: proteção e dependências

Se estudarmos a história das mulheres, podemos perceber que o cuidado, sempre um dever das mulheres na longa duração histórica, levou muitas mulheres a circularem noutros espaços, inclusive nos espaços públicos. Muitas dessas atividades de cuidar, em geral consideradas femininas, normalmente não eram remuneradas nem adquiriam valorização social. É comum que haja trocas de favores de significados análogos. Em sua análise sobre a história das mulheres no século XIX, Perrot (1999) contribui argumentando que a caridade – extensão das atividades domésticas - levou as mulheres

para fora de suas casas, como a visitar os pobres, os prisioneiros e os doentes, traçando “na cidade itinerários permitidos e abençoados”. (1999: 504). E isso também favoreceu o processo de transformação da filantropia em trabalho social.

Os papéis tradicionais de mãe e esposa são acentuados, em alguma medida, no século XVIII com a Revolução Francesa: a definição das esferas públicas e privadas, a valorização da família, a diferenciação dos papéis sexuais. Perrot (1987) aponta que se evidencia, nessa experiência, uma oposição entre homens políticos e mulheres domésticas. Opera-se uma ruptura entre o público e o privado. É importante ressaltar aqui um acontecimento marcante nessa época: a invasão do público no espaço privado. Um exemplo é dado pelo casamento civil com participação do Estado na formação da família. O poder dos chefes de família foi reforçado com o Código Civil: “(...) havia uma preocupação bem menor com a felicidade e autonomia dos cidadãos - sobretudo das mulheres - e aumentaria os poderes paternos”. (HUNT, 1987: 32). Conhecido como um fator importante para os direitos individuais, o divórcio, instituído na França no final do século XVIII, segundo Hunt (1987), na época, era a lei mais liberal do mundo. A autora afirma que os direitos da mulher foram, contudo, consideravelmente reduzidos. As mulheres estariam sujeitas a dois anos de prisão, no caso de que fosse reconhecida sua culpa de adultério. Já o homem não receberia nenhuma punição na mesma situação.

No campo do debate acerca do tema “cuidado” existem várias concepções e pontos de vista sobre o assunto. Quando se pensa nas ocupações de cuidado que são consideradas femininas – a Enfermagem, por exemplo - podemos nos remeter ao que Perrot (1999) resgata:

A filantropia constituiu para as mulheres uma experiência não negligenciável, que modificou a sua percepção do mundo, a ideia que tinham de si mesmas e, até certo ponto, a sua inserção pública. Iniciaram-se no movimento associativo, no quadro de agrupamentos mistos de direção masculina, e depois de agrupamentos femininos. (PERROT: 1999:505).

É inegável que a filantropia - junto ao crescimento dos problemas sociais: guerra, desemprego, tuberculose – tenha possibilitado a saída de mulheres para espaços até então não explorados por elas, o que mais tarde se transformou em uma profissionalização do trabalho social. É claro que surgem aí as resistências da sociedade, principalmente de grupos masculinos, já que “as mulheres não devem esperar qualquer retribuição, cuidar da cidade é tão gratuito como cuidar da casa” (PERROT, 1999: 504).

Embora a maternidade tida como natureza feminina tivesse cumprido um papel de reforçar a condição da mulher como cuidadora, protetora e como algo fisiológico, desempenhou um papel fundamental para pensar em uma função de caráter também social, permitindo a saída de muitas mulheres para outros espaços que não fossem apenas o do lar. A presença de mulheres nas áreas de atuação que envolve a função do cuidar é ainda significativa no Brasil, podendo os fatores que determinam a escolha variar de acordo com as motivações. Montenegro, ao debater o assunto, assinala duas abordagens encontradas em pesquisas sobre o tema cuidado:

É freqüente encontrarmos uma polarização entre cuidado e racionalidade, que se traduz, ora na valorização de aspectos ditos racionais – como a ênfase na necessidade de as mulheres se tornarem mais competitivas, ou mesmo de perderem o medo de assumir cargos de poder e comando a fim de melhor se adaptar ao mundo racional e competitivo masculino -, ora na valorização das qualidades tidas como femininas, ligadas à afetividade e à intimidade (MONTENEGRO, 2003:493).

A autora aponta a concepção de Folbre (1995 *apud* MONTENEGRO, 2003) sobre a existência de três possibilidades que levariam pessoas às profissões do cuidado: altruísmo, reciprocidade duradoura e realização de uma obrigação. Ela apresenta a ideia de Boe (1987 *apud* MONTENEGRO, 2003), que aponta a dedicação ao cuidado como um fator para a manutenção e perpetuação da posição de inferioridade das mulheres. Existem também posições e interpretações como sendo uma maneira de as mulheres buscarem sua realização profissional. Embora haja vários tipos de interpretações sobre o tema cuidado, parece-me que no Brasil esse conceito ainda é pouco estudado.

Na perspectiva de Boff (1999), o cuidado aparece como a chave da essência humana. O autor, em seu livro *Saber cuidar. Ética do Humano – Compaixão pela Terra* mostrou a importância de compreender o fenômeno do cuidado e, nesse processo, como o ser humano vai construindo a sua própria identidade. Para o autor, o modo de ser cuidado revela a dimensão do feminino no homem e na mulher e o desafio em combinar trabalho com cuidado. Ele chama atenção para o trabalho-dominação ter masculinizado as relações e aberto espaço para o patriarcalismo e o machismo, ferindo a essência de ternura do cuidado construído pelo feminino e difamando-o como feminização das práticas humanas.

Lyra (2007), no entanto, afirma que o cuidado é também uma habilidade que se aprende ao longo da vida. Neste sentido, adverte sobre a educação dos meninos, ressaltando a importância destes em vivenciar experiências de cuidado de si e de outros.

Partindo desta análise, pode-se perceber o quanto as práticas de cuidado são socialmente construídas, e isso remete ao processo de formação do indivíduo, ou seja, meninas ganham bonecas e meninos os brinquedos mais agressivos, como armas ou carrinhos. Lyra (2007) por sua vez chama a atenção para a mudança desse quadro. Ressalva que uma maior participação dos homens no cuidado das crianças pode fazer diferença no processo de educação de meninos e meninas.

Já a realidade das mulheres no Brasil e no mundo tem suas variações. Sabe-se que mulheres de níveis de maior instrução ou maior escolaridade se inserem no mercado de trabalho pela facilidade de delegar as atividades que lhes são atribuídas no âmbito familiar a creches ou a outras mulheres. E muitas destas delegam, por sua vez, a outras mulheres, por trocas de serviços ou de favores. Neste sentido, é comum a formação de uma teia de mulheres, conectadas por meio da atribuição de funções de cuidados domésticos. Essas mulheres que desempenham esse cuidar para liberar outras ao espaço público são as mais penalizadas: é o caso de várias mulheres do Cafubá e beneficiárias do PBF. Para elas, a conciliação do trabalho remunerado com as atividades de casa é permeada por tensões.

As nossas tradições de cuidados fazem parte de um processo de longa duração histórica e, apoiadas em obrigações domésticas, contam com redes primárias próximas – vizinhos, famílias, amigos – que, no Brasil, informam muito sobre a feminização dos cuidados. As atividades de cuidados constituem-se de trabalhos diversos, exercidos no âmbito doméstico e eles podem desfavorecer a circulação das mulheres no âmbito público, ainda que isso possa ocorrer. Essa experiência é muito comum na região do Cafubá. Observa-se que mães, sob certas circunstâncias, contam com outras mulheres no cuidados de sua prole, como tias, avós, cunhadas, irmãs, sogras ou vizinhas. Há também situações de crianças terem que cuidar de irmãos menores durante a ausência da mãe. Este exemplo diz muito também de crianças que preparam sua própria comida, cuidam da arrumação da casa e dos irmãos menores.

É importante entender o conceito de Proteção Social, considerando o leque de variedades existentes sobre o assunto. Costa (1995) se refere à proteção como:

Uma regularidade histórica de longa duração, de diferentes formações sociais, tempos e lugares diversos. Tal orientação permite verificar que diferentes grupos humanos, dentro de suas especificidades culturais, manifestem, nos mais variados modos de vidas, mecanismos de defesa grupal de seus membros, diante da ameaça ou de perda eventual ou permanente de sua autonomia quanto à sobrevivência. (COSTA, 1995:99).

Este entendimento alarga o conceito de proteção social, pois aponta a existência de outras formas de proteção existentes nas sociedades. Essa defesa grupal citada pela autora remete à contribuição de Castel (1998) que, ao analisar o assunto, definiu a proteção social como *primária*, que se refere às relações de interdependência; e *secundária*, aquela que é oferecida via ações especializadas. Pode-se perceber uma certa aproximação conceitual quando Costa (1995) analisa a temática trazendo a ideia de proteção em rede, em comunidade, que é o que Castel (1998) chama de proteção primária. Ou seja, antes da proteção estatal, secundária, considera-se um sistema existente de interdependência dentro das comunidades. Mesquita e Freitas (2011) enriquecem a discussão:

“Entendemos que é impossível pensar em proteção social sem incluirmos as formas como essa proteção foi historicamente construída pelas pessoas no desenvolvimento das diferentes sociedades. Essas configurações impactam diretamente nas formas como a institucionalização – ou não – dos Estados foram se configurando. Enfim, acreditamos que falar em proteção social sem levar em consideração a articulação das esferas pública e privada esconde a importância que a família teve e tem – e nela, a mulher -, bem como, não reconhece as práticas femininas que são constantemente recriadas diante das situações de vulnerabilidade”. (MESQUITA e FREITAS, 2011:3).

A ideia de proteção primária trazida pelas autoras pode nos remeter também nas formas e modos de proteção que as mulheres do Cafubá desvendam dentro de sua comunidade. Ainda que exista um conjunto de questões sociais, as mulheres que ali residem conseguem se organizar e criar uma rede de proteção para seus filhos, o que, normalmente, lhes permite desenvolver ocupações no lar e no trabalho. E esta rede é composta basicamente por mulheres: avós, tias, amigas, mães, vizinhas⁵⁷. É uma marca da feminização dos cuidados, também presente em algumas profissões ainda consideradas femininas, como o Serviço Social, a Enfermagem, a Nutrição e a Pedagogia, por exemplo, lembrando que saberes e práticas das mulheres sobre o cuidar e o assistir constituem a base destas profissões.

Na cultura em geral e, na brasileira, em particular, o imaginário sobre a figura feminina a vincula à emoção, à sensibilidade, à fragilidade e, ao mesmo tempo, ao plano dos cuidados. E essa ideia de maternalismo restrito ao controle da casa, geralmente,

⁵⁷ Em algumas situações, sobretudo a de pobreza, percebe-se que esse cuidado é praticado também por crianças, de ambos os sexos, o que pode trazer modificações futuramente nas relações de gênero.

está associada ao cuidado das crianças, dos adultos e dos doentes. Rodrigues (2005) assinala:

A divisão das tarefas domésticas e do cuidado de crianças e idosos entre homens e mulheres é um dos maiores desafios políticos. Não igualmente menor é o desafio de que o Estado promova políticas públicas que assumam estas responsabilidades. Esta situação é agravada no contexto do ajuste estrutural em decorrência da redução de gastos na área social que os países estão realizando. O fato é que as relações patriarcais e a ausência de políticas públicas produzem uma sobrecarga para as mulheres que passam a assumir, na maioria das vezes, sozinhas, o trabalho doméstico, ficando impedidas de usufruir tempo livre para desenvolver suas habilidades e capacidades. (RODRIGUES; 2005:25)

Essa realidade apontada pela autora é vivenciada por várias mulheres pobres. Mulheres que não têm tempo para cuidar de suas próprias questões como ir ao médico, realizar exames de saúde indispensáveis, como os de prevenção de várias doenças e até mesmo procurar trabalho. São mulheres que ficam aprisionadas nas tarefas domésticas, incluindo, também, aquelas em que o PBF potencializa esse aprisionamento. Pode-se localizar na região examinada situações semelhantes no caso de algumas mulheres cujos discursos expressam desejos de circular em outros espaços, de buscar outras coisas para a sua vida, como retomar os estudos interrompidos na adolescência, ir ao salão de beleza e ocupar-se do mundo do trabalho. Classificamos como um pesado encargo para as mulheres a ausência dos homens na partilha de responsabilidades e obrigações postas por políticas sociais. E aqui, no caso do PBF, é observável o tempo gasto por mães no cumprimento das condicionalidades e é notável o distanciamento dos homens com relação às obrigações do programa.

Em atendimentos realizados no GEPAR, depoimentos de algumas mulheres revelaram situações em que estas se sentem sobrecarregadas por todas as funções que lhe são atribuídas, pois não contam com a ajuda dos seus companheiros. Relatos - com tom de indignação -, registram o seu ponto de vista em relação ao cumprimento das condicionalidades na saúde, educação e na atualização dos dados no CadÚnico: “Às vezes, vou no Bolsa Família e fico lá horas”, indicou uma mulher. Algumas afirmam achar importante serem a titular do cartão, mas colocam a importância dos homens na participação do cumprimento das condicionalidades do programa.

Ainda que o programa reconheça a sua importância para a autonomia das mulheres, os mecanismos adotados sequer são compatíveis com a dimensão do desafio que está por ser enfrentado (CARLOTO, 2010). E, para que haja uma mudança nesse

sentido, é preciso ainda que a Política Nacional de Assistência Social – PNAS seja revista nas suas bases e conceitos no que se refere à matricialidade sociofamiliar. Isso porque ainda existe a tendência de atribuírem naturalmente às mulheres as tarefas de cuidados. Essa vinculação das mulheres aos cuidados vem de processos sociais de longa duração histórica, associadas à maternidade.

Entre o mundo do trabalho e o mundo doméstico

Os cuidados domésticos carregam tradições femininas que, na maioria dos casos, podem restringir os deslocamentos de mulheres para os espaços públicos. E isso está relacionado ao maternalismo clássico, conforme antes indicado. Esse desenho do mundo doméstico tem lá suas tradições. Elas estão nas práticas de cuidados e, muitas delas, são heranças da experiência escravista. Os cuidados são também uma regularidade histórica de longa duração e, no caso brasileiro, emergem nas relações escravistas. A casa, concebida como lugar do feminino, assenta-se nas funções de cuidados que, histórica e culturalmente, tem presença nas diversas sociedades.

Tendo em vista esse panorama, destaco aqui os aportes de Hannah Arendt que, na sua obra *A condição humana*, traz sua consideração sobre o público e o privado:

Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privados de uma relação ‘objetiva’ decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privatividade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse. (ARENDR, 1981:68).

Nessa referência teórica, a autora coloca a esfera da vida privada sendo como uma inexistência social, um lugar de invisibilidade. Mas será o mundo privado só isso? Lembramos aqui de Oliveira (2003), quando apresenta um debate sobre a vida doméstica das mulheres. Para a autora, a vida doméstica também envolve práticas de sobrevivência, como o organizar a casa e o educar os filhos:

A vida doméstica não é um bloco homogêneo de gestos cotidianos que se repetem, mas uma teia de situações de natureza diferente, às vezes antagônicas, que se tecem ao longo dos dias – e cada dia é diferente do outro

– envolvendo sentimentos e também hábitos mais banais e rotineiros, que garantem a sobrevivência (OLIVEIRA, 2003:40).

Neste raciocínio, o espaço doméstico não é apenas um espaço de reprodução social, mas um lugar de valorização social. No entanto, pode-se dizer que as sociedades consideram sem valor tudo aquilo que não tem preço. Oliveira mais uma vez contribui criticando a cultura difundida pela sociedade de mercado, que “atribui um preço a todas as coisas e torna invisível o que não anuncia seu preço” (OLIVEIRA, 2003:129). Desse modo, é necessário reavaliar o mundo do trabalho e as relações de gênero dentro das famílias e nas sociedades.

A sociedade burguesa manteve as mulheres aprisionadas dentro dos lares, mas também, contraditoriamente, criou as condições para que elas saíssem do mundo doméstico e trabalhassem, intensamente, no sistema fabril. Assim, tradições de cuidados chegam ao tempo atual, tendo as mulheres, ainda tantas vezes, responsáveis pelo mundo doméstico, mesmo estas estando envolvidas em trabalhos remunerados.

Estudos sobre o uso do tempo das mulheres estão cada vez mais valorizados no Brasil. Registre-se o estudo de Fontoura *et al.* (2010), que aponta algumas contribuições a esse respeito. Para os autores, o que temos de experiência empírica é confirmado por escassos dados estatísticos, fazendo urgente que essas informações sejam qualificadas para permitir uma compreensão sobre quais são as atividades realizadas por homens e mulheres, como de fato se dá a articulação entre o trabalho remunerado e o trabalho reprodutivo. É preciso também, dentro dessas observações, verificar como está a partilha dos homens e mulheres ao que se refere às atividades de cuidado.

Novamente destaca-se Oliveira (2003), quando esta propõe uma re-engenharia do tempo. Para a autora, trata-se de uma tentativa de repensar o cotidiano de homens e de mulheres, de uma flexibilização de tempo de trabalho, para assim, ser possível um maior investimento em atividades no âmbito doméstico e uma transformação das mentalidades nas relações de gênero. Quando se fala em partilha das atividades de cuidado no mundo doméstico, tanto para homens quanto para mulheres, pode-se então pensar em “reabrir a discussão sobre o sentido da vida, relembrar a importância dos atos gratuitos, dos laços de afeto e solidariedade” (OLIVEIRA, 2003:16).

Em vários tempos históricos, desde a antiguidade, registra-se como muito comum – e é ainda – mulheres ambulantes, comercializando verduras, legumes, frutas, ovos, pão, salgados, feitos e plantados nos seus quintais. Era uma alternativa de sobrevivência. Isso se verifica nas que desenvolviam o trabalho domiciliar considerado

um conjunto de atividades realizadas nas próprias residências para empresas ou oficinas, no regime de pagamento por peça ⁵⁸. Essas práticas ainda estão presentes nos dias que correm, principalmente em locais menos desenvolvidos.

Na região do Cafubá existem mulheres que lançam mão desta alternativa como forma de aumentar a renda familiar. É bastante comum encontrar costureiras, manicures, salgadeiras e vendedoras de quentinhas, desenvolvendo suas atividades em casa para atender a própria comunidade. O relato de uma mulher beneficiária, que não consegue trabalhar fora de casa dado ao fato de ser cuidadora dos seus filhos pequenos, chamou a atenção. O seu filho de quatro anos está matriculado e frequentando a Creche Comunitária Meimei, mas a filha de um ano ainda não alcançou a idade mínima para se matricular em creches. Desse modo, a beneficiária encontrou na fabricação de quentinhas uma forma de aumentar a renda familiar sem estar ausente o tempo todo. Ela mesma cozinha, embala e entrega aos moradores da comunidade. Segundo o seu relato, a maioria da clientela é de traficantes, já que para eles é conveniente permanecer nas “redondezas”.

O exemplo dessas mulheres reitera o argumento de Saffioti (1969) de que a grande maioria de mulheres das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços “nunca foi alheia ao trabalho” (1969:61). Em diferentes épocas, lugares e economias, têm elas contribuído para o sustento da sua família, barateando a subsistência da força de trabalho, uma vez que esse trabalho desenvolvido por elas não é reconhecido como tal.

Era o que Marx dizia ao afirmar o pressuposto daquilo que considerou tarefa de toda a existência humana: para o homem (e, claro, para a mulher também) ter condições de viver para fazer história, é preciso comer, beber, ter habitação e vestuário⁵⁹. E o primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades. A produção da própria vida material é condição fundamental de toda a história, que ainda hoje tem que ser realizada no dia-a-dia para que os seres humanos se mantenham vivos.

Ainda em Marx, destacamos também suas contribuições com seus estudos de casos no Capital I, sobre o trabalho de mulheres e crianças. Nestes, denuncia o processo de utilização da força de trabalho das mulheres inglesas nos chãos de fábricas pelo capital e a árdua e prolongada jornada. Eram mulheres – mães que dispunham de seis

⁵⁸ Ver Matos e Borelli (2012).

⁵⁹ Ver A Ideologia Alemã (2009).

horas diárias para dormir, cuidar da casa e filhos, dado que as outras dezoito utilizavam para trabalhar. Nos seus estudos e entrevistas com empregadores e com o proletariado, Marx desvenda altas taxas de mortalidade decorrente principalmente de trabalharem as mães fora de casa, tornando essas “estranhas a seus próprios filhos”. (MARX, 1988:454). É possível perceber a preocupação dos capitalistas da época de empregarem mulheres casadas, dado à sua capacidade de cuidado da sua família, revertendo assim todas as capacidades femininas em seu próprio prejuízo.

Esse modo de produção capitalista enseja uma nova concepção:

Ao recrutar para o capital camadas da classe trabalhadora que antes lhe eram inacessíveis e ao dispensar trabalhadores substituídos pelas máquinas, produz uma população trabalhadora excedente, compelida a submeter-se à lei do capital. Daí esse fenômeno da história da indústria moderna: a máquina põe abaixo todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico que torna o mais poderoso meio de encurtar o tempo de trabalho no meio mais infalível de transformar todo o tempo da vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho de que pode lançar mão ao capital para expandir seu valor. (MARX, 1988: 465).

A árdua conciliação entre as atividades domésticas e o mundo do trabalho é sempre um constante desafio. Nos dias atuais, as atividades domésticas ainda permanecem sendo predominantemente atribuídas às mulheres, estejam elas inseridas no mundo do trabalho ou não. Assistiu-se nos anos de 1970 a ampliação da presença das mulheres trabalhadoras nas lutas sindicais e sua participação em movimentos contrários ao discurso conservador que defendia o ideário da família como instituição universal, atribuindo à mulher a função de mãe e cuidadora. Neste sentido,

É nessa década que o combate à opressão contra a mulher se torna mais acentuado, onde era preciso mais do que nunca lutar pela sua emancipação econômica e social, pelo seu direito ao trabalho, com todas as especificidades que isso implica, como por exemplo, salários iguais para trabalhos iguais, além da reivindicação de uma divisão mais justa no trabalho doméstico, na esfera reprodutiva, libertando, ao menos parcialmente, a mulher da dupla jornada (NOGUEIRA, 2010:59).

Embora as mulheres tenham conquistado o seu espaço no âmbito público e a divisão das tarefas domésticas venha acontecendo, em muitos lares, o trabalho doméstico ainda é marcado pela presença feminina. A Síntese de Indicadores Sociais de 2012 pelo IBGE⁶⁰ aponta uma menor proporção de mulheres em cargos de direção e de

Ver

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015471711102013171529343967>.

gerência e a desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres. A mesma síntese de 2013 demonstra que, na categoria de “empregados sem carteira assinada”, há um aumento da desigualdade de gênero, dado que em 2002 as mulheres recebiam em média 92% do rendimento dos homens, enquanto que em 2012 essa relação era de 87%.⁶¹. Cabe lembrar que as desigualdades no mercado de trabalho se manifestam de diversas formas: desigualdade de gênero, cor ou raça, regional, educacional, entre outras.

No mesmo documento publicado pelo IBGE (2012), são revelados indicadores de jornada de homens e mulheres no mercado de trabalho e na realização de afazeres domésticos, evidenciando mudanças recentes no mercado de trabalho com a participação feminina. Em 2012, os homens tinham uma jornada semanal média de 42,1 horas e as mulheres 36,1 horas. No cuidado das atividades domésticas a jornada era de 10 e 20,8 horas, respectivamente. Ainda é presente a predominância feminina nas atividades domésticas e de cuidado, resultando, muitas vezes, em uma tripla jornada de trabalho para as mulheres.

No Cafubá, mulheres relatam a dificuldade em dividir as obrigações da casa com os seus companheiros. Isso é agravado com aquelas que não estão inseridas no mercado de trabalho. Essa ausência da divisão de tarefas em que é muito comum a mulher (mesmo aquela que está inserida no mercado de trabalho) ficar com todas as tarefas domésticas sob sua responsabilidade, como os cuidados dos filhos, da casa, da comida, da roupa. O tempo dedicado às atividades domésticas e de cuidados parece dificultar ainda mais o tempo dedicado ao trabalho remunerado. A construção ideológica da separação do público e do privado presente nas normas estabelecidas por esse Programa sugere uma contribuição a mais para inviabilizar a presença dos homens nos trabalhos domésticos realizados pelas mulheres⁶².

Embora as mulheres tenham conquistado sua participação no mercado de trabalho, elas ainda têm dificuldades de inserção em setores com remuneração maior. É claro que não podemos desprezar os estudos que comprovam a ocupação das mulheres em cargos bem sucedidos e de patamares elevados no mercado de trabalho, ainda que isso represente uma parcela pequena de mulheres na esfera produtiva. Todavia, é evidente que as relações capitalistas dominantes contribuem para o boicote do processo de emancipação da mulher, já que :

[pdf](#) Acesso em 05 de dezembro de 2013.

⁶¹ Ver ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2013/SIS_2013.pdf
Acesso em 05 de dezembro de 2013.

⁶² Carloto (2012)

“(...) ele necessita, para a preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo, preservando, em ambos os casos, os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher” (NOGUEIRA, 2010:61).

É importante destacar aqui o trabalho doméstico remunerado, do qual se ocupa uma parcela expressiva da força de trabalho feminino coberta pelo PBF. Tomando por base um estudo realizado pela Fundação Perseu Abramo em 2001 com mulheres empregadas no mercado de trabalho formal e informal, Sorj (2004) aponta que entre as mulheres que trabalhavam, 42% delas encontravam-se no setor formal, já no setor informal encontravam-se 57% das mulheres entrevistadas. De todas as mulheres, 55% disseram optar por ter uma profissão e dedicar-se menos às atividades domésticas e à família; 38% prefeririam dedicar-se mais às atividades domésticas e à família, deixando a profissão e o trabalho fora de casa em segundo plano⁶³.

Embora os homens ocupem funções de jardineiro, faxineiros, motoristas, a maioria das mulheres das camadas sociais mais pobres está fortemente representada no trabalho doméstico, conforme aponta Sanches (2011). Mais uma vez observa-se este fenômeno na região de Cafubá; o aumento da pobreza e desigualdade no país levou muitas mulheres e jovens a essa atividade remunerada. Há famílias que passam essa tradição de mãe a filhas, sempre distantes de rendimentos auferidos por atividades qualificadas profissionalmente. Sem muitas escolhas, essas mulheres acabam recorrendo ainda ao trabalho doméstico informal e se sujeitam a remunerações muito variadas, dependentes de um dado patamar de qualificação. Existe uma grande variedade de trabalhos domésticos, predominando profissões como as de cozinheiras, faxineiras, babás, cuidadoras de idosos, sob muitos regimes de trabalho, predominando os de diaristas. O trabalho doméstico no Brasil em 2008 correspondia 15,8% dos postos de trabalho ocupados pelas mulheres, sendo somente superado pelo setor de educação, saúde e serviços sociais, que reunia 16,8% das mulheres ocupadas, de acordo com estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2010).

Durante os atendimentos no GEPAR com algumas mulheres beneficiárias do PBF, foi possível perceber que um número expressivo delas também almeja o seu desenvolvimento profissional e, nos seus lares, a revisão na distribuição das

⁶³ Ver *A mulher brasileira nos espaços público e privado* (2004).

responsabilidades domésticas. É claro que essa percepção não segue um único padrão. Algumas mulheres ainda resistem à redistribuição de todas as funções, usando o argumento que os companheiros “não sabem fazer” o trabalho de casa bem feito, deixando, em algumas situações, os homens com a responsabilidade de levarem os filhos à praça nos finais de semana, de irem ao supermercado, ou seja, atividades fora do âmbito doméstico. É importante destacar que isso está associado também ao enorme poder feminino no âmbito da casa; as mulheres encontraram aí um espaço em que só elas mandam.

Parece que as mulheres suprem a ausência de investimentos públicos em estruturas de cuidados. Ainda é inexpressiva a rede pública de proteção aos seus filhos, tendo elas, por muitas vezes, que deixá-los sozinhos ou com outras crianças. A falta de creche (mesmo sendo esta um direito das crianças e não de suas mães) realmente é um entrave para a saída das mulheres de suas casas e para o exercício de qualquer ocupação no mercado de trabalho⁶⁴. É comum a experiência de mulheres que tiveram que abandonar os seus empregos por seus filhos (menores de dois anos) não terem acesso a essa ou a qualquer outra creche. Na região examinada, nem todas as mulheres podem recorrer à rede de proteção primária, por motivos diversos: não têm parentes residindo nas proximidades da região, não estabeleceram vínculos com a comunidade e vizinhos ou não desejam deixar os seus filhos sob cuidados de outrem.

O espaço doméstico ainda se afirma como um território feminino, mesmo que possa avançar a exigência de responsabilidades mútuas de homens e mulheres nos cuidados dos filhos (PERUCCHI E BEIRÃO, 2007). A experiência como assistente social permite indicar que, embora as mulheres estejam inseridas no mercado de trabalho, elas não estão livres das responsabilidades domésticas, como os homens. A distribuição desigual de tarefas, tanto nos espaços de trabalho quanto nos espaços domésticos, ainda persiste em muitas sociedades contemporâneas. Para Sorj (2004), isso se sustenta no princípio cultural de que as prioridades femininas residem na esfera doméstica e as masculinas nas atividades profissionais. Este princípio faz com que os homens e mulheres entrem no mercado de trabalho em posições qualitativamente diferentes, considerando que “os homens estão em uma situação privilegiada porque o contrato de casamento os libera das responsabilidades domésticas” (SORJ, 2004:112).

⁶⁴ Sobre esse assunto, ver <http://forumdemulheres.com/o-longo-caminho-rumo-a-igualdade-de-genero/> Acesso em 16 de fevereiro de 2014.

Essas indicações acabam revelando que as práticas cotidianas na família contam com a predominância de mulheres no papel de cuidadoras do lar e há fraca participação dos homens nas atividades dessa natureza. Por meio de contato com algumas mulheres do Cafubá, deparei-me com situações em que os homens se dedicam a algumas atividades domésticas como lavar louça e limpar a casa, mas numa “ajuda” pontual, sem nenhum compromisso ou responsabilidade cotidiana. E essa ajuda pode acontecer em finais de semana, ou seja, na realização de compras em supermercados e de passeios com os filhos. O depoimento de uma mulher retrata que “às vezes, o marido estende uma roupa, faz um arroz, mas só quando eu peço”.

Embora nos sejam atribuídas tantas tradições de cuidados, nós, mulheres, não podemos deixar de considerar cuidados também praticados pelos homens com sua prole, quando examinados usos e costumes de famílias pobres. Isso se verifica também nas experiências de crianças que cuidam de crianças. Neste caso, é possível encontrar crianças do sexo masculino cuidando de seus irmãos e irmãs, em situações diversas, mas, sobretudo, naquelas de mães mulheres chefes de família que se ausentam para trabalhar e assegurar a sobrevivência do grupo familiar.

Muitos desafios ainda persistem. Embora as mulheres tenham, nos últimos anos conquistado espaços até então ocupados por homens, chegando mesmo na política até à Presidência da República, aos cursos universitários e técnicos etc., ainda não alcançamos a tão almejada e sonhada igualdade de gênero. Os avanços, neste aspecto, como a luta contra a violência doméstica feminina, a luta pela legalização do aborto, ainda têm imensas dificuldades de efetivação.

Uma matéria publicada em jornal sobre o PBF apresentou uma pesquisa realizada por um antropólogo norte-americano no interior da Bahia (Vitória da Conquista). De acordo com a matéria, ele usa o argumento de que existe desigualdade entre os beneficiários, na maioria dos casos, em relação ao trabalho. Das famílias que examinou, as mais pobres (que não têm trabalho) acabam gastando todo o benefício com as necessidades mais básicas. No caso das famílias que possuem outra fonte de renda, o dinheiro é usado para compras de eletrodomésticos, como fogão, geladeira, dentre outros. Relatou que essas famílias assumem o compromisso em lojas de eletrodomésticos e móveis, pagando em prestações. Há um impacto também nas relações de gênero, segundo ele. Para os grupos familiares mais prósperos, o programa fortalece a posição de autonomia das mulheres. Acontece uma divisão de renda: o dinheiro do PBF vai para a mulher e o do trabalho do homem (normalmente em

plantações na roça) gera uma renda que vai para ele. E, no caso das mulheres que trabalham, o valor monetário continua sendo destinado a ela também. Nas famílias pobres por sua vez, o dinheiro é coletivo, sendo gasto com o provimento das necessidades básicas⁶⁵.

As tradições de cuidados estão sujeitas a mudanças tecnológicas que as modificam. Estas favorecem práticas simplificadas e alteram os usos do tempo das mulheres. Entretanto, o acesso às tecnologias domésticas depende dos níveis de renda. No caso brasileiro, as relações de mulheres pobres com as de médias e altas classes sociais – que as empregam como empregadas domésticas em suas casas – tem estabelecido um contraste permanente entre padrões de conforto desigualmente formatados. As camadas pobres da população foram inclusive recentemente estimuladas ao consumo de produtos da chamada “linha branca” (fogões, geladeira, máquina de lavar) como modos de reduzir a intensidade do trabalho feminino aplicado aos trabalhos domésticos, como é o caso da experiência contada acima. Resta saber se terão efetivamente reduzido, considerando modos de vida de extrema penúria.

Parece que essas experiências de acesso a equipamentos domésticos não foram ainda avaliados, mas têm oferecido vantagens às mulheres ocupadas com o trabalho doméstico pois que reduzem a intensidade de suas atividades domésticas nas casas dos outros. Afirma-se a importância do PBF na vida de algumas famílias brasileiras. O programa, em alguma medida, parece ter ampliado o acesso ao consumo com alimentos, material escolar, vestuário; o acesso às políticas de saúde e educação. Mas ainda é preciso pensar nas suas implicações sobre as mulheres beneficiárias, quando acentua papéis que destinam o tempo dessas às atividades domésticas não remuneradas, nelas, aos cuidados. Soma-se a isso a inexpressiva rede de proteção social secundária para as crianças, como creches e escolas de ensino fundamental em tempo integral. As mulheres nem sempre controlam seus usos de tempo. E isso dificulta ainda mais sua saída para o mundo do trabalho.

No próximo capítulo farei uma apresentação sobre o Município de Niterói, trazendo dados sobre o PBF e famílias beneficiárias bem como a caracterização do lócus de pesquisa.

⁶⁵ Ver entrevista completa no portal <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/10/1359120-bolsa-familia-so-da-autonomia-a-uma-parte-das-mulheres-inscritas-diz-pesquisador.shtml> acesso em 04 de fevereiro de 2014.

CAPÍTULO III

Contextualizando o Programa Bolsa Família na cidade de Niterói e o lócus de pesquisa

Serão apresentados neste capítulo alguns dados sobre o município de Niterói, sua população e o processo de implementação do Programa Bolsa Família no município. Por meio de pesquisas realizadas no portal MDS, exponho aspectos sobre a operacionalização do PBF e dados sobre a população beneficiária do Programa. Por fim, chego ao lócus de pesquisa, em que serão apresentados dados sobre o Cafubá, o GEPAR e a Creche Meimei.

A cidade de Niterói

Niterói é uma das cidades que compõe a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. De acordo com os dados de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Niterói possui uma população de estimada de 487.562 (quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos e sessenta e dois) habitantes⁶⁶. A cidade possui o maior índice de desenvolvimento humano – IDH do Estado e o terceiro do país, de acordo com o resultado de um estudo realizado pela FGV - Fundação Getúlio Vargas em 2011⁶⁷. Niterói é um dos principais centros financeiros e comerciais do estado do Rio de Janeiro, neste sentido, é considerada também uma das cidades mais ricas do Brasil.

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH da Prefeitura de Niterói é responsável, junto com a Coordenação de Proteção Básica, pelos 08 Centros de Referência da Assistência Social – CRAS espalhados em diferentes regiões do município. O setor responsável pela execução do Programa Bolsa Família está ligado diretamente à SMASDH.

⁶⁶Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=330330&search=rio-de-janeiro%7Cniteroi%7Cinfogr%E1ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio> acesso em 30 de maio de 2014.

⁶⁷ Fonte: <http://oglobo.globo.com/economia/niteroi-lidera-lista-da-riqueza-segundo-fgv-2757154>. Acesso em 22 de junho de 2014.

O Programa Bolsa Família em Niterói

O Núcleo de Benefícios e Renda de Cidadania de Niterói

O Programa Bolsa Família em Niterói foi implantado junto ao Núcleo de Benefícios, no dia 26 de outubro de 2005, batizado como Núcleo de Benefícios e Renda de Cidadania, sendo resultado da integração dos diversos programas de transferência de renda e benefícios, entre eles o PBF, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Benefício de Prestação Continuada – BPC e Passe Livre⁶⁸. Sua implantação foi norteada pela diretriz da Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

O Núcleo⁶⁹ ocupa, atualmente, centralidade no Sistema de Proteção Social do município e articula suas ações junto aos 08 Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Um grande desafio que se colocou à instituição deste programa foi o de se efetivar como uma política de assistência social, fazendo a interface com outras políticas e serviços intersetoriais, particularmente, com a saúde e educação. Neste sentido, o Núcleo visa ao monitoramento das condicionalidades, no sentido de articular as políticas e os técnicos que deverão ser facilitadores do fluxo da atenção e do atendimento das famílias nos respectivos serviços.

O objetivo do Núcleo é articular os programas de transferência de renda e benefícios da Secretaria Municipal da Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH, democratizando o acesso de toda a população usuária a esses programas e serviços. Os programas que compõem o Núcleo são operacionalizados de maneira unificada nos territórios, obedecendo aos critérios de seleção, elegibilidade e desligamento de cada um. Os dois principais instrumentos regulatórios do serviço são a PNAS e a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB-SUAS.

O Núcleo de Benefício opera com o Cadastro Único – CadÚnico. Uma vez por ano, ocorre o processo de revisão cadastral dos beneficiários do PBF inscritos neste cadastro, principalmente de beneficiários cujos cadastros estejam desatualizados há mais de dois anos. Atualmente, os serviços oferecidos pelo Núcleo são:

- Atualização cadastral;

⁶⁸ Informação concedida por uma funcionária que há nove anos trabalha no Núcleo de Benefícios de Niterói.

⁶⁹ O Núcleo encontra-se sediado na Rua Coronel Gomes Machado, n. 257, centro, Niterói.

- Cadastramento das famílias beneficiárias do Aluguel Social⁷⁰;
- Cadastramento das famílias beneficiárias pelo Programa Minha Casa Minha Vida⁷¹;
- Renda Melhor⁷²;
- Encaminhamentos e orientações quanto a benefícios como o Baixa Renda na tarifa de energia elétrica (AMPLA Energia e Serviços S.A)⁷³;
- Encaminhamentos e orientações quanto ao BPC;
- Isenção de taxa de inscrição para concurso público.

O local de funcionamento do Núcleo é composto de seis cômodos, sendo: uma sala de atendimento para recadastramento, duas salas do Serviço Social, uma sala de armazenamento de arquivos, uma sala para a digitação, uma sala da coordenação, cozinha e banheiro. Dos profissionais, fazem parte: 04 assistentes sociais, 06 digitadores, 04 atendentes, 01 responsável pelo arquivo, 02 telefonistas, 01 profissional de serviços gerais e 01 coordenador. A atuação do assistente social é voltada para o atendimento individualizado e o desbloqueio de benefícios de usuários que tiveram o benefício cancelado ou bloqueado. Nesta situação, o profissional, no acolhimento, escuta a (o) Responsável Familiar - RF e os motivos que levaram ao cancelamento do benefício. É comum, neste caso, o descumprimento de condicionalidade. Neste caso, o Serviço Social aciona a rede socioassistencial para acompanhamento familiar⁷⁴. Faz parte também das atribuições do Serviço Social encaminhamentos para a Ampla, INSS dentre outros.

De acordo com os dados do MDS, o município de Niterói possui 31.611 famílias cadastradas no CadÚnico, destas, 16.315 são beneficiárias do PBF, conforme a ilustra a figura 1⁷⁵.

⁷⁰ O aluguel social é um benefício assistencial, de caráter temporário destinado a atender às famílias domiciliadas em áreas de risco ou desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. Maiores informações, ver no portal <http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=1519686> Acesso em 19 de julho de 2014.

⁷¹ O Programa Minha Casa Minha Vida é um programa realizado em parceria com os estados e municípios, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa. Trata-se de um programa que visa à produção de unidades habitacionais as quais são vendidas às famílias que possuem renda familiar mensal até R\$1.600,00. Fonte: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/. Acesso em 19 de julho de 2014.

⁷² O Renda Melhor é um programa o qual integra o Plano de Erradicação da Pobreza Extrema no Rio de Janeiro e tem como objetivo assistir com benefício financeiro as famílias beneficiárias do Programa Bolsa família (PBF). Os benefícios podem variar de R\$30 a R\$300,00, de acordo com a condição familiar. Fonte: <http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=459324> Acesso em 19 de julho de 2014.

⁷³ Concessionária de distribuição de energia elétrica do estado do Rio de Janeiro.

⁷⁴ Além dos CRAS, o Serviço Social articula suas ações com o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CRAS, Conselhos Tutelares, Escolas, dentre outros.

⁷⁵ Ver http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/tabulador_cecad.php?p_forma=1#tabela_link Acesso em 04

Figura 1 – Cadastrados no CadÚnico de Niterói

Recebe pbf família	Cadastrados na base do CadÚnico		Total
Não	15.296 		15.296
Sim		16.315 	16.315
Total	15.296	16.315	31.611

Fonte: CECAD

Segundo o mesmo Ministério, no Cafubá existem 360 famílias cadastradas no CadÚnico, sendo destas 260 beneficiárias do Programa⁷⁶. Deste universo de 260 famílias, foram sorteados 05 – 04 mulheres e 01 homem titular do benefício.

O lócus de pesquisa – GEPAR

O GEPAR – Grupo Espírita Paz, Amor e Renovação constituiu-se como campo de observação desta pesquisa. É uma instituição assistencial localizada no bairro Cafubá, ao redor da Lagoa de Piratininga, na região oceânica de Niterói, RJ. Há mais de vinte anos desenvolve um trabalho de cunho assistencial junto à comunidade. Dentre suas atividades (todas gratuitas), oferece oficinas de geração de trabalho e renda, reforço escolar para adolescentes alunos do Projeto Escola⁷⁷, cursos de informática, capoeira,

de abril de 2014.

⁷⁶Ver <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/extratorDomilicio.php> e http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/extratorDomilicio.php#tabela_link Acesso em 04 de abril de 2014.

⁷⁷ Esse projeto é uma parceria com uma escola privada em um bairro da região oceânica. Atualmente o GEPAR beneficia 5 alunos custeando 50% da mensalidade de cada um. O restante da mensalidade a

judô e suporte espiritual, atendendo em média 55 famílias. Destas, 28 são beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que representa mais de 50% famílias atendidas pelo GEPAR. Seu projeto chamado *Obra do Berço* atende a mulheres grávidas: elas contam com orientações de saúde durante o período de gravidez, recebendo no final do curso um *kit* de enxoval.

O GEPAR mantém há quinze anos uma Creche Comunitária chamada Meimei para crianças da comunidade de dois a cinco anos; atualmente, tem cerca de 100 crianças matriculadas, sendo, em média, 40 de famílias beneficiárias do PBF. Todas as crianças estudam em período integral e fazem quatro refeições diárias no local (café da manhã, almoço, café da tarde e jantar).

A instituição está inserida numa comunidade pobre cuja prática de sobrevivência inicial foi a da pesca. Há mais de quinze anos, uma rede de tráfico de drogas atua na comunidade. Tive a oportunidade de aí atuar como assistente social durante nove meses, o que tornou possível observar e recolher informes aqui registrados. Durante este período, observei que nem todas as famílias atendidas pela instituição contam com a cobertura de uma rede secundária de proteção pública, mas, em sua maioria, dispõem da proteção primária (amigos, familiares, vizinhos). Encontrei apenas um homem como titular do PBF, havendo uma predominância de mulheres como mediadoras do programa. Como a Creche Comunitária Meimei não consegue contemplar todas as crianças e, diante da inexistência de outras na região, muitas mães se veem sem condições de trabalhar por não terem com quem deixar a sua prole. Esta falta de serviço assistencial para cuidados de crianças recém-nascidas ou com idades insuficientes para acesso à educação infantil é uma grande dificuldade e, talvez, uma das questões mais sérias do Cafubá.

De acordo informações da Prefeitura Municipal de Niterói e do IBGE (2002), a denominação Cafubá tem sua origem quando em uma fazenda da região criava-se o gado de nome Cafubá, de origem africana, há pelo menos um século. Parece haver uma incerteza em relação aos limites territoriais, visto que esses são confundidos com os do bairro vizinho, Piratininga. As origens dessa indefinição remontam à época da criação do bairro, desmembrando de Piratininga em 1986. A divisão desta região se dá em duas áreas: a primeira, caracterizada por ter uma ocupação predominantemente de população de baixa renda, e, a segunda, de ocupação mais recente e com predominância da

população de classe média. A população de baixa renda se instalou no bairro na década de 1970. Seus moradores estão empregados, sobretudo, no setor terciário, destacando-se as empregadas domésticas, jardineiros, pedreiros e carpinteiros. A área é considerada de posse, apresentando construções de padrão predominantemente precário, com casas e casebres ainda inacabados.

As ruas, principalmente as da região examinada (próximas à lagoa), são estreitas, não têm calçamento ou infraestrutura adequadas para atender aos moradores. Da população da classe média e alta residente em Piratininga, a maior parte se concentra no loteamento Mar Alegre. Nesta região, para as administradoras de imóveis e para o capital especulativo em geral, a denominação Piratininga é mais conhecida, e possui maior aceitação no mercado imobiliário⁷⁸. A Via Chico Xavier, onde está localizado o GEPAR e a Creche Meimei, é uma avenida que acompanha a Lagoa de Piratininga⁷⁹. As fotos a seguir evidenciam a dificuldade do acesso e precariedade do lugar. Denunciam também o descaso do Poder Público para com os moradores que ali estão. Um ponto importante a ser sinalizado são os problemas relacionados com alagamentos que, apesar de serem um problema antigo, ainda estão presente em épocas de chuvas.



Figura 2 - Via Chico Xavier, Cafubá

38 Fonte <http://culturaniteroi.com.br/blog/?id=343> Acesso em 22 de maio de 2014.

⁷⁹ As fotos apresentadas neste trabalho são de minha autoria e foram tiradas no dia 22 de maio de 2014.



Figura 3 - Lagoa de Piratiniga



Figura 4 - Lagoa de Piratiniga

A entrevista realizada⁸⁰ com uma moradora de 52 anos, que há 25 anos reside no Cafubá, trouxe alguns elementos interessantes sobre a região. Ao falar da sua chegada ao local, contou que sua mãe, que já havia se separado do marido, residia nesse lugar com um filho. Sabendo das dificuldades financeiras da filha, buscou-a em Campos de Goytacazes, cidade onde morava com seus dois filhos. Maria - vamos chamá-la assim -, havia acabado de se separar do marido. Desempregada e passando muitas dificuldades, aceitou o convite da mãe.

Maria contou que, nessa época, o Cafubá não oferecia nenhuma estrutura aos poucos moradores que ali residiam. “Era horrível, quando chovia, enchia tudo, as crianças viviam doentes, muitas dificuldades mesmo”, contou. Maria, que não trabalhava, cuidava dos seus filhos, na época, de 2 e 4 anos. Como não havia na comunidade nenhum serviço de assistência para crianças e diante da preocupação com as mães que tinham que sair para trabalhar, começou a cuidar de crianças na sua própria casa. Relatou que cobrava naquela época R\$15,00 por criança, mas para aquelas famílias que não tinham condições de pagar, não cobrava. “Tomei conta de 10 crianças lá em casa. Eu dava da minha comida, eu dava de tudo para as crianças que ficavam comigo”, relatou preocupada com as crianças que ficavam largadas na rua. Pode-se notar aqui uma maternidade socializada, ou seja, a confirmação de que o cuidar, como uma antiga prática feminina, foi e está presente na vida de muitas mulheres.

⁸⁰ Achamos relevante entrevistar uma moradora para buscarmos informações do local, a partir de seu relato, do Cafubá de 25 atrás e do tempo presente. Vale ressaltar que a entrevistada foi beneficiária do PBF, mas que, há quase um ano, o benefício foi cancelado devido à renda per capita familiar. O procedimento de entrevista ocorreu após um convite à moradora, não havendo sorteio como as demais entrevistas. Por motivos éticos, sua identidade foi preservada.

Como a lagoa de Piratininga ainda não era poluída, a maioria das famílias vivia da prática de pesca. Os pescadores levavam os seus peixes e pescados para vender no mercado São Pedro de Niterói: “isso aqui ficava cheio de barcos e muitos peixes”, contou. Sobre a infraestrutura, contou que não existia água encanada, rede de esgoto e energia elétrica, e informou: “a gente pegava a luz lá fora, era de gato, ‘panhava’ um fio para trazer para as casas. Todo mundo era assim”. Quando chovia, a comunidade ficava um caos: as casas eram inundadas e todas as famílias iam para abrigos municipais. Relatou sobre as dificuldades que passava nesta época; o que ganhava, cuidando das crianças, era muito pouco e todos das famílias contavam com o salário da sua mãe, que trabalhava como empregada doméstica: “essa época foi muito difícil, mas depois veio o GEPAR e as coisas melhoraram”.

Com o passar dos anos, o Cafubá foi agregando mais famílias e ficando mais povoado. A lagoa foi se tornando cada vez mais poluída e, aos poucos, os pescadores foram vendendo suas casas e se mudando do local. A mãe de Maria, que era evangélica, trabalhava na casa de uma família que desenvolvia um trabalho espírita na região oceânica. Ao saber da precariedade do lugar, sua patroa convidou um amigo para desenvolver um trabalho social e de evangelização com as famílias da região. Conhecendo o lugar e admitindo a pobreza e a carência de bens materiais das famílias, este amigo comprou uma casa e a transformou num lugar de acolhimento às pessoas da comunidade: “eles vieram num período de muita chuva, e viram a necessidade e pessoas muito pobres e foi onde implantou o GEPAR”. Podemos perceber, dessa forma, o modo como as redes atuam estabelecendo contatos inclusive interclasses.

Maria descreve as dependências iniciais do GEPAR: “Na casa, morava um pescador. Só existia um quartinho, onde é a sala de passe, né, que morava o pescador com dois filhos e eles viviam da pesca...Eram pessoas bem pobres, aí eles decidiram ir embora e resolveram vender”, lembrou. Por intermédio de sua mãe, o fundador da instituição resolveu então comprar a casa desse pescador.

Ela e sua família começaram como “assistidas”, recebendo cestas básicas e participando das evangelizações: “recebi muita ajuda, meus filhos eram pequenos e o GEPAR me deu uma oportunidade” – redes secundárias não estatais. Ela viu na instituição uma oportunidade de criar um espaço assistencial para as crianças que cuidava, já que as mães não tinham com quem contar para permitir-lhes trabalhar. Foi então que fez a proposta de criar uma creche onde ela mesma seria a cuidadora das crianças. Como o GEPAR já havia adquirido outro espaço físico e, este, ficava

desocupado, os diretores apoiaram sua ideia e, em seguida, inauguraram o projeto. Maria contou que havia abandonado os estudos na segunda série e, muito entusiasmada com a nova profissão, voltou a estudar e a concluir o ensino médio. Muito emocionada, relatou: “A creche começou sem estrutura nenhuma, tipo assim, aquilo lá parecia um depósito: as crianças só iam para comer e para ser cuidadas, né?”.

Os anos se passaram, o GEPAR e a Creche Meimei conseguiram conquistar o seu espaço na comunidade: por desenvolverem um trabalho sério, ganharam o respeito e, atualmente, contam com um repasse financeiro da prefeitura (por meio de convênio) e donativos de pessoas físicas. É importante destacar a importância dessas redes para as comunidades. Como o Estado não consegue oferecer a essas famílias o acesso (necessário) às políticas sociais, cada vez mais redes de solidariedade têm se formado e se fortalecido, mesclando ações da sociedade civil, governo e empresas privadas. No Cafubá, percebe-se uma articulação e mobilização dos moradores junto ao GEPAR, na qual forma-se uma teia agregadora e cooperativa preocupada em atender às necessidades da própria comunidade (creche, por exemplo) por meio de iniciativas que visam ao desenvolvimento, principalmente, das crianças. No entanto, a instituição não está isenta das dificuldades, pois o que é angariado quase não é suficiente para a manutenção da casa. Maria se aposentou e hoje é voluntária e evangelizadora da casa.



Figura 5 - Quadra de esporte da sede do GEPAR.



Figura 6 – Fachada do GEPAR

Atualmente o GEPAR conta com uma equipe de voluntários responsáveis pelo projeto da Obra do Berço, pela evangelização e pelos eventos beneficentes que realizam esporadicamente. A casa é composta por uma equipe (remunerada) de oficineiros, um

assistente social, um psicólogo, professores e pedagogos e, também, por uma diretoria voluntária, auxiliares gerais e administrativos. Todas as professoras da creche são formadas em pedagogia, o que revela uma preocupação por parte dos gestores em oferecer um trabalho de qualidade à comunidade.

Sobre a violência e o tráfico, Maria contou viver com muito medo. A tranquilidade do local de 25 anos atrás já não existe mais. As famílias vivem, hoje, a incerteza se vão continuar em suas casas. Além desta questão, atualmente, existe outra preocupação que está tirando o sono de muitos moradores. Um projeto para a construção de um túnel destinado a ligar o Cafubá ao bairro Charitas. E, para a realização deste projeto, muitas famílias terão que ser removidas de suas casas: o túnel previsto será construído no local em que elas estão instaladas. Como a maioria dessas casas é de posse, nada foi negociado ainda com a Prefeitura sobre a possibilidade de indenização. Fica claro que esse empreendimento é resposta da grande valorização da área de Piratininga e o descaso para com a área ocupada pelos pobres.

Prevê-se que, de um lado, essa medida removerá toda essa população pobre e destruirá suas casas e seus barracos; por outro, facilitará o acesso dos moradores da classe média alta aos outros bairros da região, bem como ao centro da cidade. Maria contou que todos estão apavorados: “Muitos fizeram suas casas e fizeram melhoria nelas. Agora a gente vai ser removido, né? Perder tudo”, disse aflita. A previsão, segundo ela, é de que as obras já comecem em julho. Durante a conversa, percebi a tristeza de seu olhar ao relatar esse fato. As pessoas que estão por trás disso, ou seja, os grandes investidores imobiliários, a prefeitura da cidade, os moradores que serão beneficiados, desconsideram o quanto dessas vidas está em jogo.

O Cafubá de 25 anos atrás parece não ter mudado muito. Ou melhor, os problemas antigos ainda persistem (como a precarização das ruas, o tempo passou e nada foi feito no sentido de pavimentá-las e urbanizá-las; situação de moradia, escolas etc.), e aos velhos problemas acrescentam-se os novos, como o tráfico de drogas, violência e o descaso do poder público.

As “saídas”, que tão brilhantemente apontou Perrot, modificam a vida das mulheres, mesmo a partir de práticas ligadas ao feminino e ao cuidado. No caso da entrevistada em questão, esta soube “sair fisicamente” e aproveitar o espaço que lhe foi confiado, modificando sua percepção de mundo e “reconciliando assim a vocação natural como a utilidade social” (PERROT, 1999:503).



Figura 7 - Fachada da Creche Comunitária Meimei.



Figura 8 - Área de lazer para as crianças da Creche Meimei.

A aproximação com as mulheres beneficiárias

Atuar na mesma instituição em que seria realizada a pesquisa foi muito estimulante. O contato direto com as mulheres pesquisadas passou a me proporcionar um novo olhar voltado para suas histórias e modos de vida que, em conjunto, expõem instigantes aspectos de sobrevivência. Trata-se de mulheres marcadas por histórias sofridas, nem sempre cobertas por ações do Estado. E isso potencializou ainda mais o meu interesse pelo referido tema.

Há dez meses, comecei a atuar também na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Niterói. Em função do meu objeto de pesquisa, fui selecionada para atuar no Núcleo do Programa Bolsa Família, o que contribuiu ainda mais para o meu entendimento acerca do Programa.

Nesta nova aproximação com mulheres beneficiárias do PBF, localizo meu objeto de estudo no campo de estudos e análises qualitativas do Programa. Agora, porém, concentrei-me na busca de um recorte mais preciso desse tema tão amplo. Foi possível constatar ao longo da minha atuação como assistente social e, através do contato estabelecido com as mulheres moradoras da Região de Cafubá, que os homens estão distantes deste programa, o que os torna invisíveis no atendimento da Assistência Social (FREITAS *et al.*, 2012). E isso vai delimitar minhas preocupações de pesquisa.

O caminho que percorri para o recorte e aprofundamento do meu objeto foi permeado por construções, indagações e desconstruções. O PBF ocupa uma significativa centralidade no Sistema de Proteção Social Brasileiro. Admiti que problematizar a feminização desse Programa poderia contribuir com seu

aperfeiçoamento. Por isso, acredito que o desenvolvimento da pesquisa poderá ampliar o entendimento de seu feitiço, principalmente em relação ao alcance e resultados desse Programa para as famílias atendidas, em especial, para as mulheres.

Essas observações podem indicar que a própria lógica da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, ao preconizar a família como núcleo central de sua operacionalização, atribuindo à mulher/mãe a responsabilidade tradicional dos cuidados, a torna a mediadora entre a política e sua família, estabelecendo um modelo de proteção familista⁸¹ que, tudo indica, acentua a tendência de transferir para as mulheres mais encargos. O conceito que o institui baseia-se no modelo tradicional de família quando reafirma o homem como provedor e a mulher como cuidadora. É nessa mesma perspectiva que as mulheres vêm sendo alvo da intervenção do Estado, reafirmando uma dada divisão sexual de cuidados, com responsabilidades assentadas num modelo de família ideal. Essa divisão de responsabilidades está no imaginário da sociedade burguesa sobre “a” família e as políticas sociais públicas. Isso tem me instigado a indagar como esse processo se constrói e que campo de tensões instala – diante dos papéis atribuídos às mulheres beneficiadas pelo PBF.

Prosseguindo com minhas observações, no próximo e último capítulo serão apresentados as análises dos dados e os resultados finais desta dissertação.

⁸¹ Sobre esse assunto, ver Sunkel (2006).

CAPÍTULO IV

A feminização do cuidado no Programa Bolsa Família: Reinvenção das Tradições?

Este capítulo apresenta os caminhos metodológicos que foram traçados no decorrer da pesquisa, apontando os resultados encontrados. Neste sentido, tentei analisar os dados numa perspectiva de resgatar a hipótese e o tema deste estudo.

Estudos exploratórios: entrevistas preliminares

O acolhimento que tive no GEPAR produziu um estímulo fundamental para a produção desta pesquisa. A experiência como assistente social nesta instituição permitiu-me categorizar algumas questões no sentido de que experiências humanas não são iguais, não são homogêneas.

O planejamento dessa fase da pesquisa teve também o objetivo de mapear fontes de informação sobre a história daquele lugar, como foi apresentado no capítulo anterior, e de levantar dados para conformar o perfil das entrevistadas em potencial⁸², já estabelecendo com elas um relacionamento amistoso, dado por minha condição de assistente social⁸³. Desse modo, o que importa conhecer é como o PBF atua e acentua a feminização do cuidado quando atribui a essas mulheres beneficiárias o cumprimento das condicionalidades da saúde, educação e atualização dos dados cadastrais. Após esse primeiro contato, mais confiante, encorajei-me a seguir em frente. Vi a necessidade também, no segundo momento da pesquisa, de conhecer moradores da região e ouvi-los, para registrar melhor a história do local.

Essa observação exploratória estimulou-me a buscar novos materiais teóricos – como os relacionados às mulheres na sociedade de classes, ou seja, às lutas contra a dominação e contra a exploração, como lembrados por Saffioti (1969). E, nesta perspectiva exploratória, conversei com algumas mulheres beneficiárias sobre suas

⁸² Os dados pesquisados sobre as famílias usuárias do GEPAR, inicialmente, se deram por meio de acesso às pastas e prontuários, permitidos e fornecidos pelo Serviço Social e direção da instituição.

⁸³ É importante ressaltar aqui a contradição dos meus papéis de assistente social e de pesquisadora do GEPAR. No início da pesquisa, eu ainda me encontrava na condição de assistente social, ou seja, atuava na perspectiva de atender às demandas sociais dos usuários e da instituição. O que fez gerar uma certa confusão para os colaboradores desta pesquisa. Foi difícil a dissociação de papéis (pesquisadora e assistente social), porém o vínculo de confiança foi estabelecido.

experiências de vidas, relações familiares, tradições de cuidados, divisão de tarefas domésticas e sobre o PBF.

Notei, nos relatos das mulheres o peso da dupla ou até mesmo da tripla jornada de trabalho vivenciada por elas. O PBF, ao nomear as mulheres como responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades, preceitua o cuidado como atribuição feminina, ampliando, assim, o tempo desta tarefa e reforçando a pedagogia da feminização do cuidado, como já indicado. Ao mesmo tempo, esse trabalho feminino, assim apropriado com tarefas de obediência/vigilância do cumprimento dos objetivos do programa, não só transfere para o mundo privado tarefas públicas, como atua eximindo o Estado de investimentos necessários em creches, pré-escolas, escolas de ensino fundamental em regime de tempo integral, que favoreçam a chegada das mulheres à esfera pública e a empregos diversos. Essas medidas “economizam” recursos públicos em investimentos postergados para um futuro não definido, à custa de milhares de mulheres em todo o país.

Novas abordagens do tema ampliaram essa perspectiva. Fizeram parte do roteiro de entrevista os seguintes dados: local, data e tempo de duração da entrevista; identificação da entrevistada (nome, data de nascimento, local do nascimento, sexo, idade) número de filhos; local de residência no Cafubá e valor recebido do PBF. Além de registros da entrevista, foi solicitada inicialmente aos entrevistados informações sobre seus modos de vida antes/depois da chegada ao Cafubá e de serem contemplados pelo Programa Bolsa Família, com indagações que expressem sua relação familiar (marido ou companheiro, relação de trabalho, frequência à escola das crianças/adolescentes e tempo aplicado ao controle das condicionalidades e suas repercussões sobre as tarefas que lhes cabem no lar e fora dele)⁸⁴.

Os critérios de inclusão na pesquisa

Para a inclusão dos colaboradores da pesquisa, foi realizado um sorteio seguindo os critérios que serão apontados ainda neste tópico e, posteriormente, o convite aos sorteados. As entrevistas realizadas tiveram duração de 30/40 minutos, sem contar sua

⁸⁴ Conforme o apêndice 4.

transcrição e análise, foram entrevistadas quatro mulheres e um homem⁸⁵, todos titulares do cartão do PBF, moradores da região de Cafubá.

Atentei para as variações de níveis de pobreza, raça/cor de pele, geração, diferentes religiões, número de filhos, grau de instrução, tempo de recebimento do benefício etc. Essas variações sugeriram alguns critérios para a seleção das mulheres examinadas:

- 1) Ser beneficiária do Programa Bolsa Família, no mínimo, há três anos;
- 2) Ter filhos ou ser responsável por crianças ou adolescentes (de 3 a 5 crianças) que compõem o mesmo grupo familiar;
- 3) Pertencer às várias configurações familiares (nuclear, estendida, monoparental feminina);
- 4) Na condição de usuária do GEPAR ou ter filhos alunos da Creche Comunitária Meimei.

Ao pretender o exame daquilo que pode acentuar a feminização dos cuidados das beneficiárias do PBF, pensei nas repercussões do cumprimento das condicionalidades no sentido de reforçar ou não o cuidado como atribuição feminina. Da forma pela qual determinadas situações vividas podem atuar regularmente na restrição de saídas delas do mundo da casa, foram examinados fatores que desestimulam essas saídas, como: salários femininos muito baixos em trabalhos precários; ausência de família ampliada/instituições que possam assegurar cuidados da casa e dos filhos; horários “pesados” de trabalho masculino com exaustão dos homens; instabilidade de relações de “casamentos/ajuntamentos” que podem implicar restrição de formação de redes de cuidados; ausência de creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental em tempo integral, dentre outros.

Como mostrado anteriormente, iniciei minha observação e estabeleci contato com algumas mulheres desde a minha inserção como Assistente Social no GEPAR⁸⁶. Isso me ajudou a pensar essas e algumas questões acerca da própria pesquisa. Fica perceptível nos estudos realizados no GEPAR a existência de redes femininas como estratégia de sobrevivência; elas atuam na região estudada e podem ampliar relações de proteção e dependências entre mulheres a serem conhecidas, como mais um resultado

⁸⁵ De todas as famílias beneficiárias do PBF e usuárias do GEPAR, chamou-me a atenção um homem titular do Programa. Desse modo, achei relevante entrevistá-lo também para examinar os aspectos de cuidados masculinos (ou não) intrafamiliares.

⁸⁶ O meu tempo de atuação como assistente social nesta instituição se limitou a nove meses.

da feminização dos cuidados. Apesar dos ganhos, o PBF, sem dúvida, acentua essa feminização.

O perfil das famílias beneficiárias do PBF e usuárias do GEPAR

Foi traçado um perfil das famílias usuárias do GEPAR e beneficiárias do PBF, para, posteriormente, realizar o sorteio de acordo com os critérios estabelecidos⁸⁷. No que se refere à configuração familiar, das 28 famílias do PBF, prevalecem as famílias nucleares, conforme apresenta o gráfico abaixo. É importante ressaltar que entendo por família nuclear aquela composta por pai, mãe e filhos⁸⁸. Dos outros tipos de famílias, identifiquei a extensa e a monoparental feminina⁸⁹, que representaram 07 famílias monoparentais femininas e 06 extensas. Já as idades variaram de 20 a 56 anos.

Esses dados revelam que as famílias nucleares ainda prevalecem em nossa sociedade. Percebi, durante as entrevistas, a preocupação das mulheres pertencentes a esse modelo de família em ter a presença do companheiro em suas residências. E é muito comum a “saída” ou o abandono destes, temporariamente, dos lares. Os motivos podem variar: trabalho em outros municípios ou estados, drogadicção, ou até mesmo o companheiro se envolver com outra mulher.

Das 27 mulheres apenas duas são casadas no civil e quinze em união estável. As outras dez, encontram-se solteiras, sendo que quatro são pertencentes à família estendida⁹⁰ e seis, monoparental feminina. É bom ressaltar que as 27 mulheres possuem filhos e/ou netos no grupo familiar⁹¹. Já o homem entrevistado encontra-se no bloco da família estendida.

⁸⁷ O perfil traçado foi apenas das 28 famílias beneficiárias do Programa e que foram atendidas pelo Serviço Social do GEPAR, sendo que, as famílias usuárias da instituição totalizam-se um número de 53. Lembrando que existem outras famílias, provavelmente beneficiárias do PBF, mas que até o momento da pesquisa não haviam passado pelo atendimento do Serviço Social.

⁸⁸ Um estudo sobre as várias configurações familiares, ver Alvares e José Filho (2008).

⁸⁹ Outro estudo sobre essa configuração familiar é encontrado em Corgozinho (2013).

⁹⁰ Das famílias estendidas apresentadas neste trabalho, todas são compostas por três gerações e, apenas duas têm a presença do cônjuge/companheiro.

⁹¹ Importante lembrar que os dados apresentados aqui foram analisados de acordo com o que estava registrado nos prontuários (pastas) das famílias.

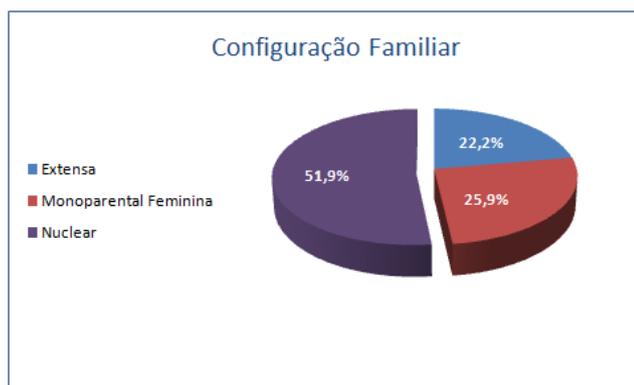


Gráfico 1

Sobre a relação de trabalho ou atividade desempenhada fora do lar, dez mulheres estavam desempregadas (no momento da pesquisa). Das outras que têm algum ofício, pode-se conferir no gráfico abaixo a variedade de funções desempenhadas por elas, de diarista ou aposentada a vendedora de roupas. Já o homem entrevistado informou fazer bicos em festas nos finais de semana. Se forem analisadas as atividades declaradas, pode-se perceber a predominância de atividades de cuidado ou domésticos, que historicamente acompanha a história das mulheres. Mas por outro lado, mesmo que timidamente, não se pode deixar de reconhecer a atuação de mulheres em áreas que pouco tempo atrás eram consideradas masculinas, como monitora de transporte e balconista. Das demais mulheres, apenas uma se declarou como do lar.

Já as que tinham maridos ou companheiros, constavam nos registros atividades informais como servente de pedreiro ou outro tipo de bico, representando um total de dez. Apenas quatro desenvolvem atividades com carteira assinada, variando as funções de porteiro a soldador. Apenas uma mulher declarou situação de desemprego.



Gráfico 2

Dessas mulheres que desenvolvem atividades, apenas duas possuem suas carteiras assinadas. As demais trabalham em condições precárias e não estão cobertas pelas leis trabalhistas e Previdência Social. Outro ponto necessário a ser destacado é a escolaridade dos entrevistados, que variou de ensino primário completo a médio completo. Não foi identificada nenhuma mulher analfabeta. Das duas mulheres que trabalham com carteira assinada, apenas uma concluiu o ensino médio (balconista).



Gráfico 3

Um outro dado interessante de se destacar é a categoria religião. Conforme mostra o gráfico abaixo, 59,3 % declararam nos prontuários não possuírem nenhuma religião, o que representa 16 mulheres – isso pode ser considerado uma mudança em termos de Brasil, principalmente se pensarmos a força que vêm ganhando as igrejas evangélicas. Os demais credos e crenças estão diversificados em católica, espírita e evangélica. O que chamou a atenção foi uma quantidade significativa dessas mulheres participarem, mesmo que esporadicamente, das evangelizações realizadas pelos voluntários do GEPAR, que são de cunho espírita.

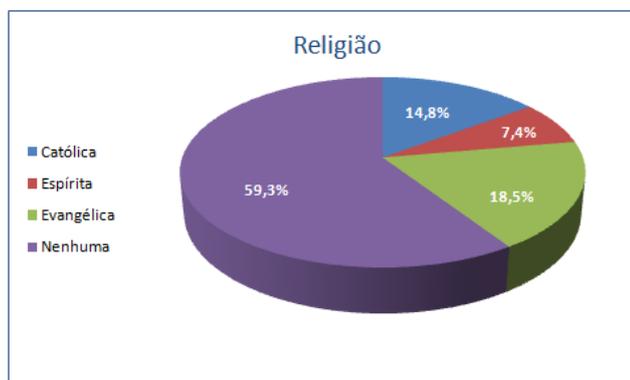


Gráfico 4

O número de filhos é bem diversificado, conforme apresenta a tabela a seguir. O tamanho da prole variou de zero a seis filhos sendo que, no caso de uma das famílias, não foi identificado filhos, mas sim quatro netos. As idades dos filhos também variaram entre 06 meses e 34 anos de idade. Foram identificados ainda outros agregados, como sobrinho e sobrinha.

Número de Filhos	Quant. Famílias	Percentual
0	1	4%
1	5	19%
2	10	37%
3	4	15%
4	5	19%
4 netos	1	4%
6	1	4%
Total	27	100%

Tabela 1

No que se refere a tempo de benefício, esse variou de um a nove anos. Os dados foram confirmados no Sistema de Benefícios ao Cidadão – SIBEC, da Caixa Econômica. Essa categoria tempo de benefício revela a existência de muitas famílias com pouco tempo de Programa, como o gráfico demonstra. De todas as famílias, apenas uma está há nove anos recebendo o benefício. Desse modo, parece prematuro uma análise mais profunda dos efeitos do Programa na vida dessas mulheres usuárias do GEPAR. Os valores monetários recebidos pelas famílias variaram de 98 a 352 reais⁹².

⁹² É importante ressaltar a dificuldade em mensurar a renda total familiar dos beneficiários, devido a desconhecimento da renda dos companheiros ou a limitação das mulheres em calcular os valores. Desse modo, sem precisar os valores, estes variaram de 200 a 1200 reais. Outra dimensão que podemos problematizar aqui é o fato de que talvez não se sentissem a vontade para falar disso com uma pesquisadora que tem vínculos muito fortes – seja com a instituição, onde já foi assistente social, seja com o próprio Núcleo de Benefícios.

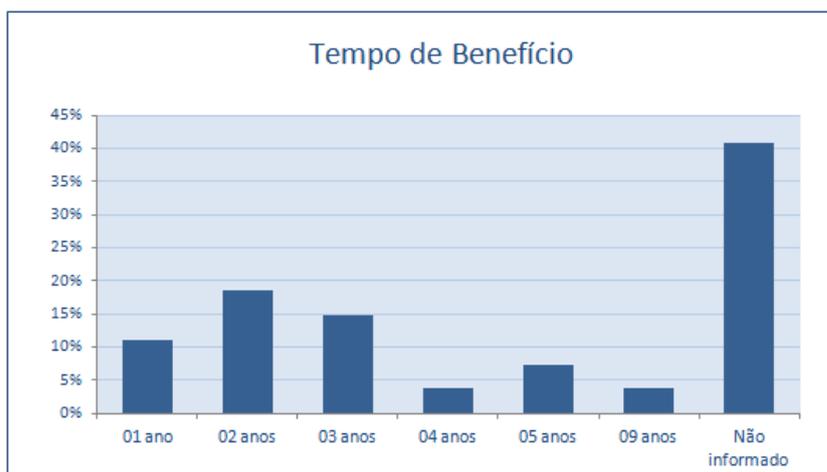


Gráfico 5

Enfim, pode-se notar, dentro da apresentação das famílias beneficiárias do PBF e usuárias do GEPAR, um perfil bastante diversificado, principalmente nas questões religiosas e configurações familiares. Porém, persiste a maior parte em união nuclear (seja no civil ou na relação estável). E vê-se também que a monoparentalidade continua sendo predominantemente feminina. De um modo geral, as mulheres em questão desenvolvem algum tipo de atividade ou ofício, entretanto, a maioria delas, sem nenhuma cobertura trabalhista. Em relação ao PBF, os valores também revelaram ser bastante variados, como o tempo de benefício.

Resultados da pesquisa

O perfil dos beneficiários sorteados para a pesquisa

Diante do perfil traçado das famílias beneficiárias do PBF e usuárias do GEPAR, levei em consideração para o sorteio os seguintes critérios:

- Maior tempo de benefício (de 5 a 9 anos)⁹³;
- Maior número de filhos (de 3 a 5 filhos) ou ser responsável / cuidadora de crianças, como netos⁹⁴.

⁹³ A pesquisa apontou que, das famílias usuárias do GEPAR e beneficiárias do PBF, o tempo máximo de programa é de 8 anos.

⁹⁴ Destas famílias, o número maior de filhos equivale a 5.

Dentro deste perfil estabelecido, e, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, achamos razoável uma amostragem de **05** entrevistados, compreendidos em: **03** famílias nucleares, **01** família estendida sendo a avó materna a cuidadora das crianças, **01** família estendida tendo o homem como o titular do programa. A escolha por diversificar a configuração familiar se deu pela possibilidade de riquezas de informações e relatos, trazendo um outro olhar, não só o da mãe cuidadora, mas também da avó e primo cuidadores e beneficiários do PBF⁹⁵.

Comecei a análise pela categoria tempo de benefício, que variou de 04 a 09 anos, revelando a recente experiência de algumas famílias beneficiárias do PBF. Uma dificuldade encontrada foi o fato de nem todas as famílias beneficiárias há mais de 05 ou 06 anos se enquadrar nos outros aspectos de perfis estabelecidos pela pesquisa.

Sobre a categoria número de filhos, variou de 03 a 06 filhos, esbarrando na mesma dificuldade acima. Já a cor/raça dos cinco entrevistados, três se declararam negras e os demais, brancos. No que se refere à configuração familiar, a escolha de dois tipos de famílias se deu, primeiramente, por entender que seria relevante ampliar o olhar do cuidado - desempenhado pela mulher ou não; desse modo, escolhi os seguintes tipos de famílias: nuclear, estendida e monoparental feminina⁹⁶.

Quanto à categoria idade, que variou de 25 a 45 anos, pode-se considerar um perfil relativamente jovem dos beneficiários entrevistados. Já a escolaridade, o homem e uma mulher entrevistada disseram ter o ensino médio completo; e as demais, ensino fundamental incompleto. Analisando as atividades exercidas pelos entrevistados, o homem entrevistado e duas mulheres relataram estar desempregados; uma entrevistada informou ser do lar e, a última, trabalhar como auxiliar de limpeza no GEPAR. Essa última informou ter carteira assinada e trabalhar no GEPAR há três anos. O homem entrevistado informou ter tido experiências em trabalhos na área da educação e, atualmente, trabalha como biscate em festas de finais de semana; as demais entrevistadas desempregadas relataram sempre ter trabalhado em casas de família, como empregada doméstica ou diarista. A mulher que se intitulou como do lar, informou que

⁹⁵ É importante destacar que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Plataforma Brasil, conforme o CAAE de número 31480913200005243 . Após a aprovação, foi estabelecido com as famílias selecionadas um acordo de entrevista e gravação de voz, por meio do termo de consentimento (vide apêndices).

⁹⁶ Nesse sentido, foi agendada uma entrevista com uma mulher chefe de família monoparental, mas a mesma não compareceu nas duas datas marcadas. Em uma outra tentativa, foi feito contato com uma segunda mulher, porém a mesma também não compareceu à entrevista agendada. Diante dessa dificuldade, achei pertinente entrevistar três mulheres pertencentes a famílias nucleares, um homem de família estendida e uma mulher de família estendida.

desenvolveu atividades como operadora de telemarketing e vendedora em uma loja, sendo apenas o primeiro trabalho com carteira assinada. A última, e empregada no mercado de trabalho, relatou que anteriormente ao GEPAR, trabalhou também em casas de família.

Pode-se perceber que dos entrevistados que conseguiram alcançar um nível maior de escolaridade, foram os que desenvolveram trabalhos que fogem de atividades domésticas ou ligadas ao cuidado. Das demais entrevistadas, todas estiveram e estão ligadas a atividades relacionadas ao cuidado de casa, ou seja, atividades que historicamente estão associados às mulheres. Das mulheres que estão desempregadas, uma informou estar à procura de trabalho, como “faxineira” ou empregada doméstica; a outra relatou ter saído do último trabalho como empregada doméstica porque engravidou e, após o nascimento do seu filho, encontrou dificuldades em conseguir creches para acolhê-lo. O seu filho está com cinco meses.

Em relação à renda familiar, esbarrei em uma dificuldade de precisar o valor, já que das que estão desempregadas, os maridos encontram-se em trabalhos precários, não possuindo uma garantia de renda mensal. Foi possível aproximar um valor apenas à renda da quinta entrevistada e funcionária do GEPAR, um salário mínimo do seu trabalho e aproximadamente setecentos reais mensais do seu companheiro. A entrevistada de número três, cujo companheiro está empregado formalmente, não soube precisar o valor ao certo, contou que se aproxima de mil e duzentos reais. As demais entrevistas não souberam estimar a renda dos companheiros (reafirmando o entendimento que o salário do marido não “é da conta” da mulher). O entrevistado de número quatro disse tirar valores diferenciados a cada mês; já a sua avó e irmã também não têm renda fixa.

Percebi então a importância do valor monetário do PBF recebido por essas famílias, já que se tratada única renda fixa mensal recebida por elas. O valor do benefício recebido é bem diversificado, variando de 94,00 a 230,00 reais mensais. Soma-se a esse valor o benefício concedido pelo Programa Renda Melhor⁹⁷. No entanto, se levasse em consideração os valores estimados pelos entrevistados, pode-se perceber que pelo menos as duas famílias que possuem a mulher como trabalhadora formal e o homem também como tal não se encontram no perfil de pobreza ou extrema pobreza

⁹⁷ Como apresentando anteriormente, o valor do benefício pode variar de R\$30 a R\$300,00, de acordo com a condição familiar.

estabelecido pelo Programa. E nem mesmo se encontram dentro do perfil de renda do próprio Programa.

Nesse sentido, pode-se observar a dificuldade de gestão do Programa ao contemplar famílias fora do perfil de renda, deixando de fora várias outras elegíveis. Essa injustiça ou incoerência acaba reforçando a crítica de que o Programa não consegue atingir a uma grande parcela da população brasileira que atende aos critérios do mesmo.

Na minha experiência como assistente social do Núcleo de Benefícios de Niterói, percebo que essa dificuldade das famílias em identificar o valor real da renda acaba fazendo com que o Programa incorpore beneficiários que, na realidade, não estão dentro do perfil de renda estabelecido, ou seja, até 154,00 reais per capita. É claro que essa dificuldade em estimar ao certo a renda por essas famílias está também ligada à insegurança que as mesmas estão expostas na relação com o trabalho, como foi relatado nos depoimentos de algumas entrevistadas. Outro aspecto é o fato de algumas famílias, ao se cadastrarem no CadÚnico, omitirem o valor real de sua renda, visto que para as pessoas que estão inseridas em trabalhos formais ou precários, não há comprovação de renda.

A seguir, mostrarei de forma sucinta alguns aspectos da caracterização dos entrevistados desta pesquisa.

Entrevistada 1- família nuclear

A primeira entrevistada tem 40 anos, mãe de quatro filhos e vive em uma união estável há dezesseis anos. Reside no Cafubá há mais de quatro anos. Não completou o ensino fundamental e sempre trabalhou em atividades de cuidado, como babá, diarista e empregada doméstica. Saiu do seu último trabalho como empregada doméstica – neste último trabalho, teve a sua carteira assinada, há cinco meses quando ganhou o seu último filho e se deparou com a inexistência de creches para crianças dessa idade. O seu marido trabalha como servente de pedreiro e não possui nenhuma garantia trabalhista. É beneficiária do PBF há cinco anos e atualmente recebe o valor de duzentos e trinta mensais

Entrevistada 2 – família nuclear

A segunda entrevistada tem 38 anos, é mãe de seis filhos, sendo que dois residem com o pai e a primogênita com o namorado. Vive com o seu atual companheiro

e pai dos três filhos mais novos há onze anos. Relata que sempre morou no Cafubá e atualmente está desempregada. Trabalhar desde cedo - mas nunca teve a sua carteira assinada, não tendo a oportunidade em concluir os estudos, parando no ensino fundamental. O seu último trabalho como diarista foi há seis meses – sempre trabalhou em “casas de família”, mas disse que está à procura de emprego. O seu companheiro que trabalha como pedreiro também está desprotegido da legislação trabalhista. A entrevistada é beneficiária do PBF há quatro anos e recebe o valor de duzentos e trinta mensais.

Entrevistada 3 – família nuclear

A entrevistada de número três tem 26 anos está em uma união estável há sete anos e possui dois filhos. Reside no Cafubá há quinze anos e não exerce atividade de trabalho fora do lar há alguns meses, sendo o seu último trabalho com carteira assinada como operadora de telemarketing. Informou ter trabalhado como vendedora em uma loja, mas nunca como empregada doméstica. Concluiu o ensino médio e disse que por enquanto está cuidando da casa e dos filhos. O seu companheiro trabalha em um estaleiro – com carteira assinada e, atualmente, está na fase final do supletivo para o primeiro grau. É beneficiária do PBF há seis anos, recebendo o valor de duzentos reais mensais.

Entrevistado 4 – família estendida

O quarto entrevistado tem 25 anos e encontra-se solteiro e sem filhos. Reside com a avó, a irmã, o tio e um primo. De acordo com o relato, o entrevistado também é responsável pelos cuidados do seu primo, aluno da Creche Meimei. Relatou que o pai da criança (seu tio materno) encontra-se recluso em um presídio no município e a mãe não possui vínculo familiar. Sempre morou com a avó, exceto durante dois anos que ficou com o pai. Tornou-se titular do cartão do PBF após a morte da sua mãe, em 2007, que também morava com a sua avó⁹⁸. Completou o ensino médio e teve dois empregos ligados à educação. Desempenhou a função de agente de inspetor escolar e serviços gerais, ambos sem carteira assinada. Disse que está estudando para tentar vestibular de pedagogia, já se inscreveu no ENEM. Concomitante a isso, trabalha com a sua irmã como “biscate” em festas nos finais de semana. Já sua avó, que nem sempre consegue

⁹⁸ Antes do falecimento, sua mãe era a titular do benefício.

trabalho, é diarista. O entrevistado recebe o benefício do PBF há nove anos, sendo que há sete é titular. Atualmente recebe o valor de cento e sessenta e quatro reais mensais do Programa.

Entrevistada 5 – família estendida

A quinta e última entrevistada reside no Cafubá há vinte e sete anos, há dois anos vive com o seu atual companheiro. Possui dois filhos, sendo que a filha encontra-se reclusa no presídio Bangu, na cidade do Rio de Janeiro, há cinco anos. Desse modo, cuida de dois netos menores de idade, filhos da menina em questão. Relatou sempre ter trabalhado em “casas de famílias”, como diarista ou empregada doméstica. Atualmente é funcionária do GEPAR – sua carteira foi assinada, é responsável pelos serviços de limpeza desta instituição. O seu companheiro trabalha com “consertos de carros” em uma oficina e seu filho como servente de pedreiro. Ambos estão descobertos pelas leis trabalhistas. A entrevistada é contemplada pelo PBF há sete anos e recebe o valor de cento e noventa e quatro reais.

As atividades domésticas: a quem cabe?

Apresentarei neste tópico as questões da entrevista referentes ao trabalho doméstico e sua divisão dentro das famílias. Como apontado nos capítulos anteriores, historicamente e por uma questão de gênero, coube à mulher a responsabilidade dos filhos e da casa; já aos homens, a atribuição do provimento familiar. No cenário atual, essa “sina” ou esse quadro sofreu algumas alterações, cabendo também ao homem o encargo doméstico, já que as mulheres cada vez mais vêm conquistando o seu espaço no âmbito público. Na realidade do Cafubá, ou melhor, dos entrevistados e beneficiários do PBF, parece que esse quadro pouco se alterou, prevalecendo ainda a atribuição feminina no espaço doméstico e de cuidados com os filhos (mesmo àquelas que desenvolvem algum tipo de trabalho fora do lar).

Ao perguntar sobre a possibilidade de divisão de tarefas nos seus lares, apenas o quarto entrevistado relatou experiências de trocas e compartilhamentos de cuidados no âmbito familiar. Como se trata de uma família estendida, ou seja, existe a presença de uma avó que a princípio é a responsável pela casa, há também adultos (netos e um filho) que colaboram e compartilham as atividades e responsabilidades domésticas. Além

dessas funções, os membros da casa ainda são co-responsáveis pela criança (neto da responsável e primo do entrevistado), no sentido de levá-lo e buscá-lo na Creche Meimei, dos cuidados com a alimentação, banho etc. A fala do entrevistado a seguir revela a divisão de tarefas existente no espaço doméstico:

Gosto mais de pegar na cozinha. Assim, conforme meu primo, ele é encarcerado, toda vez que tem visita pra ele, a gente tem que fazer aquela comida pra que minha tia possa levar, ou eu ou minha outra tia. (...) Aí eu vou pra cozinha com ela, faço o que tiver que fazer, cortar legume, descascar alguma coisa e as outras tarefas da casa: varrer, lavar, passar, estender roupa... porque assim, minha avó também... no sol quente não é certo ficar ali em cima da laje estendo roupa..minha irmã vai e estende.

Pode-se notar nesta família a cooperação entre os seus membros, no sentido de que todos estão cientes de suas atribuições e funções dentro do lar. O depoimento a seguir revela uma realidade um pouco diferente, vivenciada pela entrevista de número 1. Ela informa que o companheiro a ajuda esporadicamente, apenas nos finais de semana ou quando ele não está no trabalho:

Ah, ele contribui tipo, lava um arroz...Ah, não vai dar tempo de eu apanhar a filha na escola, ele chega e pega. Estende uma roupa. Eu boto a roupa na máquina, se vai estender a roupa ele vai lá e estende pra mim, entendeu? Se precisar fazer um arroz, ele faz, se precisar fazer uma comida, ele faz. Mas só quando não tá trabalhando ou no final de semana.

Nesta fala pode-se perceber uma ajuda pontual e muito tímida do homem nas atividades domésticas. É bom lembrar que essas funções estavam – ou estão, dependendo da localidade e do contexto da mulher – muito ligadas a um “dote” feminino que as mulheres ofereciam ao casamento em troca de seu sustento. Por essa razão, o trabalho doméstico ficou por muito tempo invisível (SORJ, 2009). Parece que não é o caso dessa mulher em questão, uma vez que ela relatou sempre ter trabalhado fora do espaço doméstico (desde os seus 14 anos, com o primeiro trabalho como babá), tendo que abandonar essa atividade após o nascimento do seu quarto filho. Mas parece que não basta trabalhar fora do lar, a representação da casa como espaço próprio das mulheres permanece e elas ainda se sentem responsáveis por ele.

A história da segunda entrevistada trouxe aspectos peculiares, mas muito comuns e vivenciados por várias outras mulheres. Trata-se de uma mulher que apresenta uma história de vida não muito fácil, com experiências de violências intrafamiliar e problemas com o uso abusivo de entorpecentes do companheiro. Desse modo, além de

ele não contribuir com nenhuma atividade doméstica, ele quase não provê o sustento familiar, já que a entrevistada em questão encontra-se desempregada. Quando foi perguntada a sua percepção sobre o espaço doméstico, ela respondeu:

Com certeza o homem tem que participar. Porque muitos homens (...) e os homens solteiros não faz? Então também tinha que participar. Mas eu acho assim, que tem que participar voluntariamente, saindo dele. Não a gente tem que ficar pedindo.

Ela contou com um tom de cansaço e sem expectativas. Relatou ainda que as poucas vezes que o pediu ele falou: “eu não, vai você”. Parece não haver nenhum consenso sobre as responsabilidades domésticas, ficando a cargo também da entrevistada ir ao mercado ou comprar algum mantimento para a família. Sobre a possibilidade de trabalho fora do lar, percebi que essas obrigações domésticas mais o cuidado com os 3 filhos que moram com ela impõem limites às oportunidades de trabalho remunerado. Essa realidade também é verificada em contextos de várias outras mulheres, cujos empregos se caracterizam por atividades descontínuas, salários precários e dupla ou tripla jornada de trabalho.

Muitos autores demonstram que a participação masculina nas rotinas domésticas vem aumentando. Porém, Sorj (2009) argumenta que o ritmo da mudança é extremamente lento. A autora chama a atenção para a importância do desenvolvimento de pesquisas neste aspecto, para entender as razões que explicam por que a esfera doméstica é uma das mais resistentes à igualdade de gênero. Com a entrevistada de número três não é diferente. Ela, que teve duas experiências com trabalhos remunerados, se deparou com a dificuldade em conciliar as atividades domésticas e fora do lar. Quando foi perguntado sobre a divisão de tarefas e se ela reserva um tempo para os seus próprios cuidados, ela relatou:

É... um pouco porque o meu filho, ele é doentinho, ele tem alergia à um monte de coisa, então tá fazendo um tratamento agora e ele tem bronquite, as crises dele são muito frequentes, então eu me preocupo mais com ele. Depois que eu virei mãe eu dedico mais o meu tempo a eles. Arrumo casa, levo no médico, levo no banco, faço as coisas assim, de casa, de dona de casa mesmo, não tem assim um tempo pra mim. Eu não... não saio, não... não tem assim o meu momento. É... só as crianças, né. Meu marido trabalha muito. Ele trabalha em estaleiro, tá sempre fazendo hora extra pra ganhar mais, trabalha sábado, às vezes pega domingo também, então é aquela coisa... é... mais eu assim, ele faz a parte dele e eu faço a minha que é cuidar das crianças, levar no médico, quando ele tá doente eu levo na emergência, aí tem aquele período de nebulização de duas em duas horas, aí é eu que acordo, ele é só mesmo a parte de trabalhar, de prover a casa, no caso.

Ela falou ainda:

Eu queria ter um tempinho pra mim porque às vezes eu quero sair, mas aí eu tenho que levar as crianças. Aí é aquilo... criança mexe, criança grita, criança (...) você fala, às vezes ele não te obedece, então eu acabo saindo e me aborrecendo mais do que se tivesse em casa. Então às vezes eu prefiro ficar em casa pra não me aborrecer.

Questionada sobre a questão de saúde, de exames ginecológicos e preventivos:

Não. Aí sempre. Uma vez por ano eu marco consulta pra mim, para as crianças, que aí a gente faz tudo junto. Exame de sangue, eu faço preventivo. Eu agora (...) vai ser em junho agora. Pra marcar aqui no Posto, você sabe né, demora muito. Mas sempre me cuidando porque eu penso na saúde por causa deles também, né?

A entrevistada em pauta demonstrou ter muito zelo pelos seus filhos e sua família, mas informou estar cansada de tantas obrigações: “acho que eu ficaria menos sobrecarregada se ele ajudasse um pouquinho porque tudo eu assim, acho que é meio pesado”. Contou da vontade de conseguir um trabalho qualificado, uma vez que concluiu o ensino médio na tentativa de conseguir algo mais seguro. Ela traz em seu discurso relatos interessantes para pensarmos o significado das tarefas domésticas. Ao dizer “o meu marido faz a parte dele e eu faço a minha parte”, notei que ela reafirma a divisão sexual dos trabalhos e espaços, além de que não percebe a sua atividade doméstica e de cuidados da prole como sendo também um trabalho. Parece valorizar a atuação do marido como o provedor do lar e menosprezar a sua perante a sua família. Volto aqui ao debate de Oliveira (2003), sobre a reengenharia do tempo, quando esta sugere um novo sentido à vida, nos âmbitos doméstico e público.

À quinta entrevistada, apesar de desenvolver um trabalho remunerado com oito horas diárias, cabe também quase toda a responsabilidade do lar. Pelo fato do seu companheiro trabalhar com biscates, nem sempre o mesmo consegue trabalho, ficando as maiores despesas e gastos por conta da entrevistada. Sobre as funções domésticas, o companheiro também não comparece e não compartilha destas responsabilidades: “só quando algum neto tem que ir no médico cedo, e eu tenho que ir trabalhar, aí ele vai e leva”. Ela diz:

Eu cuido de tudo sozinha, da casa, da comida. Os cuidados com os netos ele ajuda muito, gosta muito. Mas é mais no final de semana, ai ele ajuda também com uma comida, na casa.

Diante dos relatos e depoimentos dos cinco entrevistados, percebe-se que ainda continua o espaço doméstico sendo do feminino. Pode-se notar nas relações de gênero que a esfera doméstica impõe o valor cultural de que a principal atribuição das mulheres é com o cuidado da família. E parece que os homens – no caso, os companheiros das entrevistadas - não têm interesse algum em mudar sua posição nesta esfera, já que estariam numa posição confortável. No entanto, embora as quatro mulheres tenham demonstrado um certo senso de igualdade de gênero ou de justiça no âmbito da casa, ainda persiste também por parte delas a tradicional divisão sexual no espaço doméstico.

Dentro das mais variadas situações socioeconômicas e familiares, como foi apresentado neste tópico, pareceu-me que no caso de famílias pobres, ou seja, aquelas que não conseguiram trabalhos mais qualificados, que ficam à mercê de empregos precários e somado a isso se deparam com a ausência de creches para os filhos menores de dois anos, a saída dessas mulheres é ficar em casa cuidando dos afazeres domésticos enquanto os homens saem à procura de emprego. Ou quando essas mulheres se inserem em trabalhos precários, sua posição na distribuição das funções domésticas é menos vantajosa.

A rede de proteção primária acessada pelos entrevistados – redes femininas?

Neste tópico, serão expostas as redes de proteção identificadas e acessadas pelos entrevistados e beneficiários do PBF na família e na comunidade. Lembrando que está sendo trabalhado o conceito de proteção social, como indica Castel (2008), na dimensão primária e a secundária. Como foi dito no segundo capítulo, a proteção primária se refere às relações de interdependência, àquelas que se concretizam por meio de laços; e a proteção secundária é oferecida via ações especializadas, ou seja, quando o Estado passa a intervir nas questões sociais da sociedade. As tradições de cuidados são apoiadas em obrigações domésticas e contam com redes primárias próximas – vizinhos, famílias – que informam muito sobre a feminização dos cuidados. As atividades de cuidados constituem-se de trabalhos diversos, exercidos no âmbito doméstico e eles podem desfavorecer a circulação das mulheres no âmbito público.

Assim, quando perguntado aos entrevistados sobre a existência de situações de ajuda mútua na família ou na comunidade, todos confirmaram ter vivenciado essa prática durante a infância, em suas famílias. As duas entrevistadas (de número um e dois) que têm filhos na faixa etária de 10 anos relataram ser muito comum esses filhos – meninas – cuidarem dos menores. Essa informação é interessante para pensar no cuidado. Parece que nas famílias pobres essa prática de cuidado é recorrente, visto que as mães, em sua maioria, saem para trabalhar e não têm com quem deixar os seus filhos. Neste sentido, a primeira entrevistada disse poder contar ainda com a ajuda de seu companheiro em alguns momentos. Já a segunda informou que não, o seu companheiro não contribui neste aspecto.

A situação da entrevistada de número três é um pouco diferente. Ela reside próximo à moradia de seus pais, dessa forma, está “amparada” neste sentido:

O cuidado na minha família sempre teve. Minha mãe já ajudou minhas tias, quando minhas primas eram pequenininhas minha mãe ajudava porque minha mãe ficou um tempo desempregada aí tomava conta pra ajudar. Minha mãe também me ajuda quando eu preciso...

O depoimento acima revela a persistência de uma rede de proteção feminina nesta família, na qual a mulher desempenha esse cuidar para liberar a filha e a irmã para o espaço público. Como se pode ver, as mulheres são as mais penalizadas: é o caso de várias mulheres do Cafubá e beneficiárias do PBF. Para elas, a conciliação do trabalho remunerado com as atividades de casa é permeada por tensões.

O quarto entrevistado contou que na sua família sempre houve cooperação e divisão de tarefas no que tange os cuidados. Revelou participar destas atividades desde muito cedo, pois sua mãe e avó saíam para trabalhar e, muitas vezes, cabia a ele a responsabilidade de cuidar da irmã.

A quinta entrevistada, por sua vez, ressaltou a dificuldade em deixar os netos aos cuidados de outra pessoa, a não ser com o seu companheiro, quando o mesmo está disponível. Como o Cafubá é um bairro marcado pela violência e tráfico, ela demonstrou não confiar a segurança dos netos para outrem. E isso é revelado à medida que a avó insere os seus netos nas atividades do GEPAR (pela manhã) para que eles possam ficar à sua vista. Neste sentido, a violência pode ser um elemento a influir nas redes, tornando-as mais privadas ou intimistas, como o caso desta família.

Na maioria dos casos, o senso comum reforça algo que já existe na realidade sobre a figura feminina, que a vincula ao plano dos cuidados. E essa ideia de maternalismo restrito ao controle da casa, geralmente, está muito associada ao cuidado das crianças, como foi mostrado. Claro que existem variações, como é o caso da primeira entrevistada, que situações raras, deixa os filhos sob os cuidados do companheiro. Fazendo um paralelo com o PBF, vê-se que este associa e coloca a mulher no patamar de responsável do lar. E os papéis e atribuições das mulheres beneficiárias ainda estão entrelaçados aos dos cuidados com os filhos e domésticos.

O Programa Bolsa Família e o cumprimento das condicionalidades: feminização do cuidado?

Nesta fase da pesquisa apresentarei os resultados no que tange à percepção dos entrevistados acerca da responsabilização do cumprimento das condicionalidades do Programa. Dessa forma, me remeti à questão central do estudo: o PBF, nos termos que o instituem, acentua tradições de feminização do cuidado?

Assim, quando questionada a percepção da primeira entrevistada acerca do cumprimento das contrapartidas e ainda, se essa responsabilização cabia apenas à mulher, ela disse:

Não faz diferença porque eu mesma... tiro por mim, tipo, se eu depender dele pra alguma coisa em relação a isso eu vou perder o benefício porque ele não vai. Ele não vai. Tipo assim: “ah, preciso de você ir lá no Bolsa Família pra assinar alguma coisa...”. Ele perde. A gente perde, mas ele não vai.

A entrevistada em questão contou que no caso de sua família, o cumprimento das condicionalidades cabia apenas a ela, tanto na educação quanto na saúde. Ela relatou ao final da entrevista que os homens deveriam ser responsabilizados, já que eles também são membros da família. A sua fala aponta algumas questões interessantes que dizem muito da invisibilidade do homem (Barros, 2012) nas políticas sociais.

Ao perguntar à segunda entrevistada, a mesma argumentou:

Com certeza. É a mulher que é responsável por tudo. Eu cansei de pedir o meu marido, ele também não tem paciência com isso, então eu vou. Ele sempre fala, ‘ah, leva você’ (imitando a voz do companheiro).

Esses depoimentos levam a pensar que o PBF, de acordo com Mariano e Carloto (2009), acaba reforçando a tradicional associação da mulher com a maternidade e com as tarefas voltadas à esfera produtiva, ou seja, à doméstica. Como é o caso da terceira entrevistada, ao dizer da não responsabilização do companheiro no cumprimento das condicionalidades:

Não. Não ajuda. Tudo sou eu. Tudo isso. Os aspectos da casa, da saúde e da escola sou eu. Não tem nada que ele ajude não. Acho que eu ficaria menos sobrecarregada se ele ajudasse um pouquinho porque tudo eu assim, acho que é meio pesado.

No entanto, acredita na relevância das exigências impostas pelo Programa:

Porque eu acho que nem toda mãe tem responsabilidade de fazer por si. Eu acho que ela sabendo que se ela não fizer, ela pode perder o benefício, eu acho que isso estimula a ela a cuidar, levar num médico pra pesar, pra medir, pra dar as vacinas. Eu acho que nem toda mãe tem a consciência de que tem que fazer isso por si, eu acho que é uma coisa boa.

Por fim a entrevistada argumenta que o Programa deixa claro que é a mulher a responsável pelo cumprimento das condicionalidades de educação e saúde. Não se pode desconsiderar que o fato de as mulheres serem as titulares do cartão e, logo, serem as responsáveis pelas exigências do cumprimento das contrapartidas, pode gerar uma certa autonomia frente aos seus companheiros e no poder de decisões do valor monetário recebido, já que o PBF as coloca como administradora do mesmo. Esse é um paradoxo do Programa: de um lado, ele valoriza a mulher e, de outro, ele pode contribuir para a geração da desigualdade de gênero.

No caso do entrevistado de número quatro, a responsabilização do cumprimento das condicionalidades - a atualização de cadastro (de dois em dois anos) e o cartão de vacina do primo de três anos – cabe a ele. O beneficiário revela não acreditar que essa responsabilidade é somente da mulher e traz ainda no seu discurso uma valorização da mesma:

Olha, ele não... reforçar assim que é da mulher, nem tanto. Ele (O PBF) informa que o cuidado é específico, mas nem tanto ele prioriza a mulher como responsável.... Todo comercial de Saúde é sempre priorizando o lado da mulher que significa o lado mais prático da sociedade, só que hoje em dia, pensando melhor, tá tendo mais espaço do que o lado masculino (a mulher).

Em sua análise sobre o Programa, argumenta:

Não, assim, no geral, o Bolsa Família, ele é... eu acho assim... tem o que é devido à mulher, sendo que também tem alguns homens que precisa desse benefício, que não tem a presença familiar do lado, que a esposa já faleceu, que tem cinco, seis filhos pra criar e acho assim, o Programa Bolsa Família não é definido assim: ah, é só pra homem, só pra mulher, e sim numa classificação que pessoas carentes, que precisam de ajuda...

Pode-se perceber nas duas falas que sua percepção em relação a quem cabe o cumprimento das condicionalidades não é somente à mulher. Embora ele valorize a atuação da mulher no mercado de trabalho, na família e no PBF, talvez pelo fato de ser titular do Programa e, como ele mesmo disse - com o tom de obrigação – ele não acha justo a avó ter mais trabalho e se sente responsável pelos compromissos impostos pelo mesmo. Já a quinta e última entrevistada traz um discurso diferente ao do entrevistado acima:

Ir no Posto ou levar os netos na escola não toma o meu tempo. Acho que o Programa, assim, está voltado para a mulher, ele reforça sim a responsabilidade..mas tá me ajudando muito né o Bolsa Família, com muitas coisas.

Foi percebido durante a conversa que, apesar da entrevistada em questão afirmar que o Programa reforça o cuidado ou a responsabilidade do cumprimento das exigências ser da mulher, ela conta com uma ajuda pontual do seu companheiro, como ela disse anteriormente, na questão da saúde dos netos. Já a parte burocrática do Programa, como a atualização de cadastro, cabe somente a ela.

De fato, constata-se que o cumprimento das exigências do Programa cabe à mãe-mulher titular. Neste sentido, a feminização do cuidado tanto debatida nos capítulos anteriores parece estar presente não só nos preceitos legais do PBF, mas também no cotidiano dessas mulheres beneficiárias que acabam sendo nomeadas para executar a parte que seria de responsabilidade da família e não apenas delas. Carlotto (2012), ao discutir sobre a autonomia das mulheres beneficiárias do Programa, argumenta:

As críticas em relação à exigência de condicionalidades nos programas de transferência de renda são associadas à penalização da família, da Escola, e dos professores e, subjacente se encontra uma reflexão quanto às questões estruturais na política de educação no país, como falta de condições técnicas e operativas destas instituições em fornecer uma educação com qualidade. (CARLOTO, 2012: 124).

O argumento da autora faz ampliar o olhar da questão das condicionalidades. Como foi dito no capítulo anterior, essas mulheres beneficiárias esbarram em vários aspectos: sua baixa escolaridade dificulta a atenção para os filhos durante o desenvolvimento das tarefas escolares; geralmente as famílias moram em locais mais distantes – e nem sempre o poder público disponibiliza o transporte para os estudantes; os Postos ou Unidades de Saúde, em sua maioria, encontram-se sem estrutura física e dispõe de baixo recuso humano. Enfim, a problemática destas exigências são muito maiores e mais sérias do que se imagina.

Para enriquecer esse debate, Mariano e Carloto (2009) contribuem argumentando que as transferências condicionadas de renda que priorizam a concessão de renda às mulheres acabam envolvendo-as em uma rede de obrigações que impedem outras conquistas e, conseqüentemente, sua autonomia e empoderamento. Ao assumirem o papel de representantes familiares, passam a ser vistas, mais uma vez, em função dos seus papéis femininos, particularmente os que vinculam a figura da mulher ao de mãe e cuidadora. Assim, foi possível notar que, de fato, essas exigências recaem sobre as mulheres, já que segundo os depoimentos, os seus companheiros não comparecem neste sentido. E isso leva a ratificar a hipótese de que o Programa contribui para a feminização dos cuidados. Todavia, e, contraditoriamente, ao perguntar sobre o uso do tempo das mulheres, embora elas tenham reconhecido o cumprimento das condicionalidades como uma tarefa a mais, esta não representa um aumento significativo de sobrecarga, ou seja, são responsabilidades que não as impedem de assumirem outras tarefas.

Percebe-se, por meio do contato que foi estabelecido com os entrevistados, que o Programa, ao contribuir para o processo de autonomia das mulheres, paradoxalmente, incentiva o fortalecimento dos papéis tradicionais da mulher na maternidade e nos cuidados. Além de pensar nestes aspectos, se faz necessário e urgente introduzir a questão de gênero, para assim, ser revisto o papel das mães-mulheres de cuidadoras da família para uma perspectiva de autonomia e emancipação frente às relações de gênero e seus familiares. Esse debate se torna cada vez mais relevante, uma vez que as mulheres ocupam centralidade no PBF e as transformações e conquistas almejadas pelo Programa estão diretamente ligadas não só aos seus preceitos, mas também aos papéis que são desempenhados pelas beneficiárias.

O uso do valor monetário do PBF – gasta com o que e quem gerencia?

Passo agora para outra fase deste estudo, que visa a verificar o uso do benefício recebido e sua relação com a família, bem como a atuação da mulher frente aos investimentos do valor monetário. É muito comum se pensar que o benefício do Programa seria voltado apenas para suprir as necessidades básicas alimentares da família. Este estudo revelou que, na verdade, as famílias pobres – como qualquer outra família – também têm outras necessidades, como artigos de vestuário para as crianças, brinquedos, a aquisição de eletrodomésticos (TV e máquina de lavar), dentre outros. Já as necessidades alimentares podem ser supridas por produtos como carne, leite, iogurte etc. Isso faz remeter ao que Rego e Pinzani (2013) dizem sobre o ser humano ser desejante. Ou seja, o ser humano deseja isso ou aquilo e ele tem o direito de trocar o arroz pelo macarrão, caso queira. E parece que o PBF tem produzido mudanças significativas neste sentido. Os beneficiários, ao contar com uma renda regular, experimentam – talvez pela primeira vez - o poder de escolha.

Ressalte-se ainda que o Programa não pode ser visto sob uma única ótica. Priorizei alguns itens de consumo adquiridos pelas mulheres beneficiárias através do PBF que me chamaram mais atenção: compra de artigos de higiene e de beleza, vestuário para elas e filhos, alimentação. No Cafubá, região na qual realizo a pesquisa, percebi que o valor monetário recebido pelas mulheres movimenta a economia local, visto que algumas trabalham como “sacoleiras” e vendem seus produtos para as beneficiárias do PBF que, por sua vez, utilizam parte do valor recebido como pagamento.

De qualquer maneira, essas experiências vivenciadas pelas mulheres beneficiárias minimamente as proporcionam uma ruptura com a “sina” de estarem atadas aos seus companheiros, podendo elas, no final do mês, decidirem o que comprar com o pagamento. Rego e Pinzani (2013) contribuem mais uma vez argumentando que “a renda liberta a pessoa de relações privadas opressoras e de controles pessoais de sua intimidade, pois a conforma em uma função social determinada, permitindo-lhe mais movimentação e, portanto, novas experiências” (2013: 191). Neste sentido, ao romper com as tradições de submissão ou independência, as mulheres podem descobrir novas possibilidades de vida e potencialidades liberatórias para si.

Quando foi perguntado sobre o que elas achavam da titularidade do cartão estar no nome da mulher, as quatro entrevistadas responderam achar positivo, visto que

algumas relataram que se fosse o contrário, os companheiros poderiam “gastar com bebida no bar” e elas não teriam acesso ao dinheiro. Já o entrevistado de número quatro respondeu não considerar necessariamente a titularidade ser apenas da mulher e sim “de quem precisar do benefício”. Foi perguntado sobre a utilização e definição do benefício, a primeira entrevistada respondeu:

É. O meu mais velho até falou assim: “Mãe, o que você faz com o nosso dinheiro do Bolsa Família?” E às vezes eu fico mal... porque quando eu tava trabalhando eu dava dinheiro pra eles e agora não tem como dar. Aí ele: “Poxa mãe, o dinheiro é nosso.” Tudo bem, até dói a consciência, mas o que eu vou fazer? Não posso deixar faltar nada pra eles.

A mãe acima relatou pesarosa. Informou que durante o tempo que trabalhou, o benefício recebido era voltado para atender somente as necessidades de seus filhos, como roupas, alimentação e brinquedos. O fato de não estar mais trabalhando fora do lar faz com que essa renda seja revertida para a família, como o pagamento do aluguel. Ao falar sobre quem define o emprego do benefício, ela argumentou:

Nós dois juntos porque a gente tem que ver porque a gente conta com esse dinheiro. Quando não sai a gente fica desesperada, né? Esse mês mesmo a gente meio que desesperado porque ele não tava trabalhando, tava chovendo, tinha até serviço pra fazer, mas chovendo...

Ao ser questionada sobre a possibilidade de não mais receber o benefício, ela disse:

Nem sei. Nem pensei nisso. Imagina agora eu sem trabalhar. Eu acho que quando eu tava trabalhando ainda não, mas... eu sempre trabalhei, sempre deu pra pagar as coisas. Agora, eu sem trabalhar não consigo nem imaginar porque eu fico assim esperando chegar a data pra poder comprar as coisas, entendeu? Meu filho agora mesmo, o mais velho, ele tá com treze anos, tá calçando quarenta e dois. Os calçados, assim, foi botar os calçados no pé... não dá, nenhum. Quarenta. Não dá. Aí tem que esperar o Bolsa Família sair e com isso eu compro um tenizinho pra ele, entendeu? Porque tá sem calçado.

Sobre as mudanças produzidas na família, a entrevistada relatou:

É...mudou na questão financeira, né? De você comer melhor, dar alguma coisa melhor para as crianças, assim, ah, tu pode (...) como agora, meu filho quer o tênis, eu vou poder comprar o tenizinho pra ele, vou ter que tirar, porque tipo assim, dói na minha consciência porque é um dinheiro deles e eu também né... e meu marido agora essa semana já trabalhou, ele vai pegar os biquinhos dele, então a gente já vai ficar folgado e ainda com o Bolsa Família

já vai folgar um pouco, vou poder tirar pra poder comprar o tênis pra ele. Mas só até cem reais. Mais que isso não dá.

Os depoimentos dessa entrevistada mostram o quanto o sentimento de maternidade está entrelaçado nessa relação familiar, ou seja, a mãe se sentindo culpabilizada por utilizar o benefício (que segundo ela, é de direito dos filhos) para pagar o aluguel ou outras despesas da casa. Essa identidade centrada na figura materna é um dos preceitos do Programa, ou melhor, o Programa parece reforçar essa questão à medida que coloca a mulher na posição de cuidadora da família e dos filhos, o que pode ser confirmado pelos depoimentos das entrevistadas, já que todas compreendem o emprego do benefício voltado para as suas crianças.

A segunda entrevistada trouxe algumas questões interessantes que devem ser explanadas. Ao ser questionada sobre o valor recebido pelo Programa, informou que somado à sua renda (quando estava trabalhando) percebia que seu companheiro acomodava e não queria trabalhar.

Porque tá trabalhando... por exemplo, no caso, a mulher tá trabalhando e tem o Bolsa Família, aí fala assim: “já que ela tá suprindo com a casa, não vou nem trabalhar mais”.

Já percebi. Que quando tá assim... “ah, eu tenho um serviço pra dois dias” (imitando fala do marido). Ele acaba não indo lá tratar (...) quer dizer, então ele não foi porque não quis, entendeu, porque se aparece serviço de dois dias, aí como ele acha que foi pouco... ou então diz que não vai, entendeu? Não vai.

O depoimento acima apresenta uma fala preconceituosa bastante comum de que o PBF atuaria como um “desestimulante” para o trabalho. A própria beneficiária afirma essa versão quando se refere ao seu marido. No entanto, essa foi uma fala isolada. A maioria das mulheres refere exatamente ao pouco valor recebido – o que de forma alguma desestimularia a procura de um trabalho e, portanto, uma renda melhor.

Ao falar sobre a gestão do benefício recebido, perguntada sobre o que a família faz quando o dinheiro acaba, ela respondeu:

Não, mas aí o que é que eu faço... como eu sei que o dinheiro é pouco, mas aí, eu quando recebo, antes de eu receber, eu já faço tipo uma lista, né, uma lista das minhas compras que vai dar até quando eu receber, então eu já faço um esquema, entendeu?

Como se pode observar nesse caso em questão, o recebimento de uma renda regular monetária permitiu a essa mulher organizar todas as suas despesas mensais e, ainda, poupar para as situações de emergência: “porque aí quando sobra eu já guardo pra quando faltar, entendeu?”, contou. Sobre as mudanças trazidas pelo PBF à sua família, argumentou:

A mudança, por exemplo, se não fosse a Bolsa Família, não ia ter como pagar minha luz, comprar meu gás, porque muitas vezes eu ficava cinco, seis dias sem gás. Então pra mim mudou muito. Porque agora minha filha a semana que vem minha geladeira vai encher de carne, então me ajudou e muito, entendeu, fez muita diferença. Como amanhã mesmo por exemplo, então eu tenho que trabalhar, é a única renda que eu tenho. E se não fosse a Bolsa Família? Teria nada.

A entrevistada ressaltou o caráter de complementaridade de renda do Programa, alertando não ter parado de procurar trabalho pelo fato de receber o benefício “lógico que esse dinheiro não acomoda, não porque eu acho que a Bolsa Família dá um complemento por isso (...) tanto que eu tô procurando emprego, entendeu?”. Finalizou argumentando sobre a importância do benefício nas horas em que está sem trabalho “mas é só um complemento”. Lembrou também que essa renda fixa a trouxe mais segurança e autonomia e a encorajou a se aperfeiçoar por meio de cursos profissionalizantes, de marcenaria e pizzaiolo: “eu tinha muita vergonha”, “agora tenho três profissões” contou. É interessante destacar os cursos profissionalizantes que essa entrevistada realizou, pois tratam-se de profissões que não são tipicamente femininas.

Isso pode conformar um caminho a uma maior liberdade pessoal, o que parece ser uma situação adversa daquela que essa mulher e várias outras se encontravam – excluídas dessa esfera. A renda percebida por meio do PBF, ainda que em termos absolutos seja pequena - quando comparado às rendas das famílias das classes A e B -, em termos relativos tem uma representatividade significativa em relação à renda das famílias beneficiárias. Ampliar o olhar neste sentido significa poder refletir acerca dos efeitos do Programa na vida das mulheres beneficiárias. A partir do acesso a essa renda, as mulheres se apoderam, em algum sentido, de liberdade de escolha, fortalecendo sua identidade como sujeitos sociais.

Pode-se perceber no caso da terceira entrevistada a mesma capacidade de gestão do valor recebido pelo PBF:

Geralmente eu não sou uma pessoa que eu gasto muito. Eu guardo, por exemplo, até o próximo chegar ainda tenho um pouquinho guardado porque sempre pode ter uma emergência e nem sempre a gente gosta de ficar pedindo pro marido, então eu sabendo que as crianças tem esse dinheirinho eu... se eu puder eu vou lá e compro e nem falo pra ele nada.

A realidade dessa entrevistada se mostra um pouco diferente da anterior. Como o seu companheiro possui uma renda fixa e ele é responsável pelo provimento da família, as necessidades supridas pelo Programa apresentadas por ela são:

É para as crianças, quando falta um sapato, uma roupa, uma calcinha, uma meia, aí eu guardo pra eles, entendeu? Qualquer coisa que precisar de emergência, tá faltando isso, aquilo, eu vou lá e uso esse dinheiro pra comprar pra eles.

Sobre a definição do uso desta renda, ela informou ser de sua responsabilidade sacar o valor monetário e gastá-lo conforme as necessidades das crianças. O companheiro não opina sobre essa utilização. Foi possível observar a noção de gestão financeiro/familiar que algumas entrevistadas revelaram. Elas conseguem utilizar uma parte do benefício em prol das necessidades dos filhos e, “guardar” o restante para uma possível emergência.

Ainda neste sentido, o quarto entrevistado argumenta que cabe a ele apenas sacar o benefício, sendo a avó quem vai decidir com o que gastar. Contou que o valor monetário recebido é destinado para as despesas gerais da família, mas principalmente para suprir as necessidades alimentícias do primo. É interessante o relato deste entrevistado, ele traz elementos para se pensar na atuação da mulher no Programa. O fato de ele ser titular do Programa não garante a ele a autonomia de utilizar o benefício da forma que ele deseja, até porque, para ele, a figura materna da avó está fortemente ligada à família. Isso parece revelar mais uma vez a associação das políticas sociais em geral para as questões do maternalismo, do cuidado e do zelo que a mulher deve ter para com a sua família, sobretudo para com as suas crianças.

Desse modo, volto à discussão feita nos primeiros capítulos. O PBF – como qualquer outra política familista, como sugere Sunkel (2006), restringe e enfraquece, em consequência, a atuação do homem neste papel. Deste modo, analisando alguns de nossos costumes no âmbito dos cuidados, é possível localizar a noção de invenção das tradições como presente nessa experiência. O Programa prevê uma ação feminina repetida e continuidades de valores, presentes em ações diversas ligadas aos cuidados, numa recorrente invenção de tradições, conforme indica Hobsbawm (1997).

Voltando para a análise, identifico com a quinta entrevistada uma outra necessidade sanada pelo benefício recebido:

Com o dinheiro do Bolsa Família e Renda Melhor, eu pago o material de escola das criança, pago a van deles. Pó me ajuda muito..é tudo pra eles...era eu decido, tudo pras crianças.

Com esse depoimento também fica claro que falar de famílias para essa população significa falar de crianças. A centralidade ocupada pela criança (sacramentada no ideário da família moderna como o elemento fundamental das relações familiares) aparece quase em todos os relatos. Família seria um espaço para se cuidar das crianças – e essa é uma atividade “naturalmente” vinculada às mulheres. Por isso, são tidas como as representantes preferenciais desse benefício, assim como são as mulheres (assistentes sociais, psicólogas) as principais responsáveis pela implementação e monitoramento do benefício.

Diante dos relatos e depoimentos dos entrevistados, pode-se perceber que o acesso ao valor monetário traz um elemento fundamental para essas mulheres: a dignidade da pessoa humana. Algumas até disseram ter comprado “roupas e artigos de beleza” de outras vendedoras mulheres do bairro. Ou seja, essa experiência de uma renda regular possibilitou uma certa confiabilidade nos espaços que elas circulam. Além do sentimento que daí ressurge de “eu posso comprar, eu posso decidir”, que definitivamente é muito significativo. É claro que o Programa não retirou essas mulheres da condição de pobreza ou extrema pobreza, somente pelo fato de elas terem acesso a esse rendimento. Todavia, essa segurança ou tranquilidade mínimas, além de permitirem a garantia de alimentação, material e transporte escolares, gás – elas mostraram transformar o pouco que elas recebem em algo muito maior -, dentre outros aspectos, traz ainda um impacto também psicológico. E isso pode apontar para uma possível emancipação feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Termino este trabalho ressaltando que jamais se esgota um estudo acerca de um tema tão amplo, que analisa as repercussões de um Programa – tão significativo dentro do nosso Sistema Brasileiro de Proteção Social – nas relações familiares e de gênero da vida das mulheres beneficiárias. Todavia, entendo que, com este estudo, posso deixar minha contribuição para os profissionais de Serviço Social ou áreas afins que lidam diretamente com as famílias, sobretudo as mulheres beneficiárias do PBF; e uma possível reflexão acerca da operacionalização, gestão e preceitos do Programa.

Acredito que problematizar o papel da mulher no Programa e na família, junto ao aporte teórico-metodológico estudado/escolhido, trouxe para mim e, possivelmente, para as entrevistadas enquanto sujeitos sociais (durante ou após as entrevistas, no momento de reflexão), um outro significado: o de dar visibilidade às vozes delas. Ainda assim, não posso deixar de destacar aqui as dificuldades encontradas durante a elaboração desta pesquisa. Como já mencionado anteriormente, um grande dificultador foi a interface entre a minha condição de pesquisadora com a minha atuação de assistente social no GEPAR. E soma-se a isso o fato de algumas mulheres terem tomado conhecimento da minha atuação no Núcleo de Benefícios de Niterói, conhecido por elas como Bolsa Família. Em vários momentos da entrevista fui interrompida para esclarecer sobre o cadastramento, o cancelamento ou o bloqueio do benefício.

O Programa Bolsa Família não foi desenhado para lidar com as diversas questões que permeiam as relações de gênero – tanto no âmbito doméstico/familiar quanto no âmbito público. Pode-se perceber a ausência dessa preocupação ao pensarmos na centralidade na mulher nos termos que instituem a PNAS, conforme mencionado anteriormente. Ou seja, parece que a tendência dessas políticas é nomear as mulheres (CORGOZINHO, 2013) para serem as mediadoras das suas famílias com as políticas de assistência social, pois “são essas mesmas concepções que subjazem as políticas públicas destinadas às famílias” (BARROS, 2012:115).

No entanto, o estudo evidenciou uma conscientização por parte das entrevistadas no que diz respeito a essas representações sociais. Ainda que algumas beneficiárias reproduzam esse papel maternalista que lhes foi colocado, elas não deixaram de expressar de forma lúcida e racional o desejo de que seu companheiro seja um colaborador na realização das tarefas domésticas e de cuidados com os filhos. E essa centralidade na figura da maternidade foi manifestada durante as entrevistas. Apesar

disso, pode-se dizer que os valores patriarcais socialmente construídos ainda persistem no interior das famílias, o que é revelado quando muitas delas demonstram uma certa resignação nos papéis que lhe são conferidos.

Um aspecto que chamou muito a atenção e que é importante destacar, dentro da noção de modos de vida, é a forma como essas mulheres “driblam” a situação de pobreza. Antes de utilizar o valor monetário recebido pelo PBF, elas avaliam o que é mais urgente e necessário suprir para ainda economizar “guardando” um pouco para o suprimento de possíveis emergências. Os seus relatos revelaram um significado que o Programa exerce para elas: o de suprir, principalmente, as necessidades dos filhos, reafirmando a permanência dessas preocupações maternas e a centralidade da criança na família. Para essas beneficiárias, o mais importante é utilizar o dinheiro com a prole, o que Barros (2012) também confirmou com o seu estudo. A preocupação delas se refere ao bem estar dos filhos e netos, mas em algumas situações “o fato da mulher receber o benefício funciona como um meio pelo qual seu companheiro possa se ausentar de suas responsabilidades financeiras, reforçando ainda mais a responsabilidade da mulher no lar” (NADU *et al.* s/d: 10).

No que tange ao sentimento de família, foi possível perceber que o modelo de pai, mãe e filhos culturalmente é presente no imaginário delas, principalmente a associação do homem que provê e da mulher responsável pela casa. Pude notar na fala de uma beneficiária a obrigação dela de estar em dia com os cuidados da família, uma vez que o marido já provê todo o sustento familiar. Já o beneficiário entrevistado flexibiliza essa relação ao demonstrar uma certa “obrigação” em ajudar a avó nos cuidados da casa e da família, visto que ela representa um papel de matriarca da família.

Neste sentido, partindo de uma perspectiva qualitativa, o estudo buscou ainda encontrar dados acerca da autonomia das mulheres. Evidenciou-se, por meio dos relatos, que todas as entrevistadas são quem gerenciam o benefício recebido, cabendo a elas a escolha do investimento. E isso, à primeira vista, é significativo. Porém, como dito anteriormente, esses gastos investidos são voltados basicamente para as necessidades da prole; exceto uma família, cuja situação socioeconômica é mais precária. E o beneficiário entrevistado, por sua vez, embora seja o titular do Programa, repassa o valor monetário mensalmente recebido para a sua avó. Segundo o seu relato, o dinheiro é voltado para atender as necessidades da família, principalmente as do sobrinho e podemos questionar, as necessidades da família continuam sendo algo da esfera das

mulheres? Por isso são elas as responsáveis por não apenas fazerem essa mediação, mas definir o modo de utilização?.

Todas as mulheres entrevistadas revelaram que os papéis que desempenhavam antes de receberem o benefício do PBF quase não alteraram: eles continuam atrelados às atividades de cuidados da prole e da casa. Dessa forma, pode-se afirmar que o benefício recebido via Programa não permitiu, neste sentido e para esse universo estudado, mudanças significativas nas relações de gênero (que na verdade não se constitui num objetivo para o programa). Como ressaltaram Mariano e Carloto (2009), as transferências de renda para as mulheres vieram atreladas a uma rede de obrigações, as quais reforçam o papel da mulher na sociedade. Entretanto, não se pode deixar de lembrar e destacar mais uma vez a experiência da segunda entrevistada, quando contou que o fato de receber uma renda fixa a encorajou em buscar cursos profissionalizantes, em acessar as mercearias e mercados da comunidade.

Busquei valorizar o olhar das mulheres e do homem entrevistado no que diz respeito ao Programa. Ouvir suas vozes, entender suas várias questões e histórias de vida foi primordial para explorar ao máximo o momento das entrevistas, respeitando os limites de cada um para, assim, evitar de “supor um efeito homogêneo de alguma coisa que atue sobre as pessoas, na sua imensa diversidade, principalmente sobre os pobres e, em especial, entre as mulheres pobres, não passa de preconceito e estereótipo elitista” (REGO e PINZANI, 2013).

Ainda neste sentido, destaco o perfil dos entrevistados e de suas famílias, que revelou ser bastante diversificado. Das mulheres entrevistadas, a maioria é negra e sem ocupação remunerada. Já o homem se declarou pardo. É importante ressaltar que, dado a delimitação do objeto desta pesquisa, não foi possível aprofundar nas dimensões de raça/cor, apesar de reconhecermos a importância desta categoria de análise para este estudo. O trabalho revelou ainda a prevalência das famílias nucleares existentes no GEPAR. Das famílias monoparentais, deparei-me com a inexistência de monoparentalidade masculina. Sobre a renda familiar, como apenas uma entrevistada possui trabalho fixo, as demais não conseguiram precisar a renda dos companheiros, já que a maioria deles encontra-se na informalidade.

Os pressupostos levantados em torno da feminização dos cuidados foram confirmados por meio dos relatos das entrevistas. O PBF, ao centralizar a mulher em suas ações, contribui (mais uma vez) para o aprofundamento das desigualdades de gênero. E isso foi confirmado quando todas as entrevistadas (exceto o homem

entrevistado) relataram serem as responsáveis pelos cuidados dos filhos e da casa, da mesma maneira que eram antes de receber o benefício. Esses cuidados (levar os filhos ao médico, levar ou buscar os filhos na escola) historicamente lhes foram atribuídos, segundo os seus depoimentos. Neste sentido, cabe lembrar mais uma vez o que Hobsbawm e Ranger (1997) chama de invenção das tradições, ou seja, uma ação repetida ou uma continuidade de valores, que, em matéria deste estudo, são recorrentes e presentes em atividades voltadas para o cuidado. Por isso, cabe a reflexão: o PBF atua na reinvencão de antigas tradições ou, ao contrário, atualiza tradições femininas voltadas aos cuidados e aos maternalismos?

Uma questão muito apontada por elas foi sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, o que ainda tem se revelado como o espaço da subalternidade, apesar de Oliveira (2003) já ter chamado a atenção para a resignificação deste lugar. A pesquisa apontou uma pequena mudança neste aspecto, ou seja, uma pontual participação dos homens nas funções domésticas. Dos companheiros que colaboram, suas ações estão muito ligadas às atividades fora da casa, como passear com os filhos na praça, fazer comprar no mercado ou acompanhar os netos em consultas médicas. Apenas uma entrevistada revelou situação diferente: neste caso, o companheiro a ajuda (esporadicamente) nos afazeres do lar. Já o entrevistado informou ajudar e ter obrigações (em sua opinião, como qualquer outro membro da casa) domésticas.

Observa-se nos depoimentos dos entrevistados o anseio em conciliar a difícil e árdua jornada de trabalho. Mesmo aquelas que trabalham (ou trabalharam) fora, ainda cabem a elas desempenhar as funções domésticas e de cuidados. Contraditoriamente, elas reconhecem o peso desta conciliação, porém, expressaram uma certa naturalização deste papel que assumem, considerado por algumas uma obrigação.

Cabe aqui assinalar alguns desafios que acho necessários para o Programa Bolsa Família e para as políticas sociais em geral:

- É preciso rever o papel da mulher nas relações de gênero e na família;
- Levar em consideração lutas femininas que conformaram um novo lugar da mulher na sociedade;
- Construir um olhar de gênero na hora da formulação e implementação das políticas;
- Aprofundar o conhecimento sobre as famílias e as mudanças nos seus arranjos;
- Rever o critério de renda, ou seja, levar em consideração a multidimensionalidade do fenômeno pobreza;

- Fortalecer a ação intersetorial;
- Chamar os homens para as políticas de assistência social, de modo a contemplá-los no processo de proteção social.

Quando os Poderes Legislativo e Executivo junto à sociedade civil ampliarem o entendimento sobre os aspectos levantados acima, assim caminharemos rumo a uma sociedade mais justa e igualitária, colocando as mulheres no lugar de cidadãs e sujeitos de direitos e protagonistas de suas histórias de vida.

Um outro ponto que devo chamar a atenção é para as condicionalidades do Programa. De um modo geral, os entrevistados assinalaram algumas dificuldades em relação ao cumprimento das contrapartidas, mas no sentido da precariedade dos serviços públicos. Relataram experiências com a escola do filho que, temporariamente, ficou sem a presença de um professor. E isso prejudicou o rendimento escolar do mesmo. De chegarem à Unidade de Saúde e não ter profissional para atendê-las. Enfim, são problemas enfrentados por elas e que resultam em bloqueio ou até mesmo em um cancelamento do benefício.

Finalizando, embora o Programa Bolsa Família ocupe atualmente centralidade no Sistema Brasileiro de Proteção Social e seja relevante na vida das mulheres – e de muitas famílias –, como foi demonstrado neste trabalho, ele ainda não consegue contribuir de fato para a autonomia e emancipação delas. Há de ressignificá-lo, ou ele continuará atualizando tradições e reforçando o chamado maternalismo clássico. Posso citar vários exemplos neste sentido, como o uso do valor monetário em prol das necessidades dos filhos, os cuidados das crianças e o cumprimento das condicionalidades sendo da mulher, dentre outros.

Posso dizer que a realização deste trabalho proporcionou-me mais sabedoria, conhecimento e o contato com a realidade destes beneficiários trouxe-me um olhar mais apurado e crítico a respeito do Programa. Os resultados apontaram que muito ainda tem que se fazer, principalmente a incorporação da questão de gênero nas ações do Programa para, assim, ser revisto o papel da mulher não só na família, mas também nas políticas públicas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVARES, L. de C. JOSÉ FILHO, M. *O serviço social e o trabalho com famílias*. In: Revista Serviço Social e Realidade, Franca, v.17, n.2, p.9-26, 2008.
- ARENDRT, H. *A condição humana. Forense Universitária / Editora Universidade de São Paulo*. São Paulo, 1981.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1980.
- BARBOSA, D. de O. *Masculinidades, gênero e pobreza: o lugar dos homens na proteção social básica de Niterói – RJ*. Dissertação de mestrado (2013). Disponível em: http://www.btd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5851 Acesso em 21 de julho de 2014.
- BARROS, L.C.D. *Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres beneficiárias do Badu – Niterói*. Dissertação de mestrado (2012). Disponível em: http://www.btd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5007 Acesso em 20 de maio de 2014.
- BICHIR, R. M. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. IN: Novos Estudos 87. Julho, 2010.
- BOCK, G. *Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950)*. In: THÉBAUD, Françoise (Org.). História das mulheres no ocidente: o século XX. Coleção organizada por Georges Duby e Michèle Perrot. Porto: Edições Afrontamento, 1992. p. 435-477. (História das mulheres no ocidente).
- BOFF, L. *Ressonâncias do cuidado*. In: Saber cuidar. Ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis, RJ:1999.
- BOSCHETTI, I. *Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira*. In: Revista Psicologia e Sociedade: 15 (1): 57-96: jan./jun.2003.
- _____. *A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus*. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p.754-803, out./dez. 2012.
- _____. *Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. 2. ed – Brasília: 2003
- BOURDIEU, P. *A ilusão biográfica*. In: Usos e abusos da história oral. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRITO, F. dos S. *Famílias monoparentais, políticas públicas, socialização e demandas contemporâneas*. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto de 2007.
- CARLOTO, C. M. e PROCÓPIO, M. R. *Mulheres e manutenção das famílias pobres: uma questão de sobrevivência*. In Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social, Ano 1, n. 1, outubro de 2004 – ISSN – 1807-698X. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br> Acesso em 24 de novembro de 2013.
- CARLOTO, C.M & MARIANO, S.A. *No meio do caminho entre o público e o privado: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2010000200009&script=sci_arttext
- _____. *A família e o foco nas mulheres na Política de Assistência Social*. In: Sociedade em Debate, Pelotas, 14(2): 153-168, jul.-dez./2008.
- _____. *Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família*. In: Estudos feministas, Florianópolis, 17(3), setembro-dezembro/2009.

- CARLOTO, C.M. *Condicionalidades no Programa de Transferência de Renda e autonomia das mulheres*. In: Sociedade em Debate, Pelotas, 18(2): 121-130, jul.-dez./2012.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica ao salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica ao salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CISNE, M. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- COLARES, Mônica Socorro Pereira. *Programa de transferência de renda no Brasil e seus desafios futuros*. S/D. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/monicacolaresPROGRAMTRANSFE OFINCOMEINBRAZILANDITSFUTURECHALLENGES.pdf> Acesso em 02 de junho de 2013.
- CORGOZINHO, K.D.S. *Gênero e a Política de Assistência Social: a mulher como mediadora*. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. Disponível em http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/INDICE_AUTOR.htm. Acesso em 22 de novembro de 2013
- _____. *Reflexões sobre o Programa Bolsa Família: Contradições, limites e efetividade*. In: IV Seminário de Política Social no Mercosul. Disponível em: <http://www.ucpel.tche.br/mps/sepome/trabalhos.php>. Acesso em 06 de novembro de 2013.
- COSTA, J. S.; et al. *A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil*. In: Textos para discussão n. 1137. Brasília, novembro de 2005. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf Acesso em 03 de dezembro de 2013.
- COSTA, S.G. *Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva*. Florianópolis: *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 2, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acessado em 23/01/2013
- _____. *Um (ainda) obscuro signo da cultura profissional: a proteção social*. In: *Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- CUNHA, Rosani. *A garantia do direito à renda no Brasil: a experiência do Programa Bolsa-Família*. S/D. Disponível em: http://www.ipcundp.org/doc_africa_brazil/Webpage/missao/Artigos/ARTIGO_ROSAN ICUNHA.pdf acesso em 02 de junho de 2013.
- FIGUEIREDO, M.F. & FIGUEIREDO, A. M. C. *Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica*. *Análise & Conjuntura*, v. 1, n. 3, Belo Horizonte, set./dez. 1986.
- FLEURY, S. *A seguridade social inconclusa*. Disponível em <http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/Seguridade.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2013.
- _____. *Dilemas da coesão social*. Disponível em http://www.nuso.org/upload/articulos/p8-1_1.pdf acesso em 05 de janeiro de 2014.
- FONTOURA, N; et al.. *Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal*. *Revista Econômica*, Rio de Janeiro, v 12, 2010.

FREIRE, M.M. de L. *Ser mãe é uma ciência: mulheres, médicos, e a construção da maternidade científica na década de 1920*. Revista História, Ciências e Saúde. Vol. 15 supl., Rio de Janeiro: Manguinhos, 2008.

_____. *Mulheres, mães e médicos, um discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FREITAS, R. de C. S; BARROS. N.V; BRAGA, C.D; MESQUITA, A. de A; CANEJO, L. *Política social, família e gênero – temas em discussão*. In: XX Seminário Latinoamericano de escuela de trabajo social. 2012, Córdoba, Argentina.

GODINHO, T. *Democracia e política no cotidiano das mulheres brasileiras*. In: A mulher brasileira nos espaços público e privado. Ed. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2009.

HOBBSBAWM, E & RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção pensamento crítico, v. 55).

HUNT, L. *Revolução Francesa e Vida Privada*. In: História da vida privada. Vol.4. Ed. Schwarcz: São Paulo, 2009.

LAVINAS, L. & VERSANO, R. *Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza*. Texto para discussão nº 534. Rio de Janeiro: 1997. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0534.pdf Acesso em 21 de novembro de 2013.

LAVINAS, L. *As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro*. In Revista Estudos Feministas, Vol. 4, n. 2/96. IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 1998.

LOBATO, L. V.C. *Avaliação de Políticas Sociais: nota sobre alguns limites e possíveis desafios*. In: Trabalho, Educação e Saúde, 2(1): 239-265, 2004. Disponível em <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r63.pdf>. Acesso em 11 de fevereiro de 2014.

LOURO, Guacira Lopes. *Nas redes do conceito de gênero*. Gênero & Saúde (org.: Marta Júlio M Lopes et all), Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LYRA, J; MEDRADO, B. *Homens também cuidam*. Diálogos sobre direitos, saúde sexual e reprodutiva, paternidade e relações de cuidado. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/homenstambemcuidam.pdf> Acesso em 19 de julho de 2014.

MARIANO, S.A; CARLOTO, C.M . *Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família*. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 17(3): 312, setembro-dezembro/2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v17n3/v17n3a18.pdf> acesso em 16 de janeiro de 2014.

MARX, C. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Expressão Popular, São Paulo: 2009.

MARX, C. *O Capital I*. Volume 1. Editora Civilização Brasileira: 1988.

MATOS, M.I. & BORELLI, A. *Espaço feminino no mercado produtivo*. In: PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria (org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

MEDEIROS, M; BRITTO, T. & SOARES, F. Transferência de renda no Brasil. In: *Revista Novos Estudos*, n 79, 2007

MELO, H.P. *Gênero e pobreza no Brasil*. Relatório final do Projeto Governabilidade de Género en America Latina y El Caribe. CEPAL/SPM, Brasília, 2005. Disponível em http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0B9B4B1EBA/GENERO_Pobreza_Brasil04.pdf

MESQUITA A. & FREITAS, R. de C. S. Texto apresentado no *II SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS*, realizado nos dias 18 e 19 de agosto de 2011 no Campus da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina.

_____. *Programas de transferência de renda e centralização nas famílias: prioridades do sistema de proteção social não contributivo brasileiro em questão*. In: O Social em questão – Ano XVII – n. 30 – 2013. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Mesquita_Freitas_10.pdf Acesso em 18 de julho de 2014.

MONNERAT, G.L. et al. *Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família*. IN: Ciência e Saúde Coletiva, 12(6):1453-1462, 2007.

MONNERAT, G.L. *Transferência condicionada de renda, saúde e intersetorialidade: lições do Programa Bolsa Família*. Tese de doutorado (2009). Disponível em http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2540/1/ENSP_Tese_Monnerat_Giselle_Lavin_s.pdf Acesso em 13 de novembro de 2013.

MONTENEGRO, T. *Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres*. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 11 (2): 360, julho-dezembro/2003.

NADU, A. do C. A; SIMÃO, A.B & FONSECA, M. do C. *Empoderamento feminino e relações de gênero no contexto do Programa Bolsa Família em Contagem: Breves reflexões*. In: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Disponível em <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/EMPODERAMENTO%20FEMININO%20E%20RELA%C3%87%C3%95ES%20DE%20G%C3%8ANERO%20NO%20CONTEXTO%20DO%20PROGRAMA%20BOLSA%20FAM%C3%8DLIA%20EM%20CONTAGEM%20BREVES%20REFLEX%C3%95ES.pdf> Acesso em 21 de julho de 2014.

NOGUEIRA, C.M. *As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução*. In: Aurora, ano IV, n.6. Agosto de 2010. Disponível em <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/6%20NOGUEIRA,%20Claudia%20Mazzei.pdf> Acesso em 14 de janeiro de 2014.

OLIVEIRA, R.D. De. *Reengenharia do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

PEDRO, J.M. *Traduzindo o debate: o uso da categoria na pesquisa histórica*. História, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005).

PEIXOTO, S.L.F. *Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres: um estudo na comunidade Morro da Vitória*. Dissertação de mestrado. Disponível em: http://www.uece.br/politicasuece/index.php/arquivos/doc_view/104socorroletical?tmpl=component&format=raw. Acesso em 11 de maio de 2014.

PEREIRA, P.A P. *Política Social-temas e questões*. 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

PERROT, M. F. *A História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: ensaio de historiografia*”. Niterói/RJ: Revista Gênero, v.2, n.1. 2º semestre de 2001.

_____. *História da vida privada 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Ed. Paz e Terra, 6ª reimpressão. São Paulo, 2010.

_____. *Sair*. In: História das Mulheres no Ocidente, (org.: Michelle Perrot e Georges Duby), Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1999.

PERUCCHI, J & BEIRÃO, A.M. *Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família*. Rio de Janeiro, 2007.

PETRINI, J. C. *Políticas sociais dirigidas à família*, 2008. In: BORGES, A; CASTRO, M.G. (orgs). *Família, gênero e gerações*. Desafios para as políticas sociais. São Paulo: Paulinas, 2007.

PINSKY, C.B & PEDRO, J.M. (org). *Nova História das Mulheres*. Ed. Contexto, São Paulo: 2012.

PORTELLI, A. *Ensaio da história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PRADO, A. *Bagagem*. Imago Ed. Rio de Janeiro: 1976.

RAGO, M. *Ser mulher no século XXI ou carta de alforria*. In: A mulher brasileira nos espaços público e privado. Ed. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2009.

REGO, W.L. & PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família*. Autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?* 3.ed. – Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

RODRIGUES, A. Lugar de mulher é na política: um desafio para o século XXI. Brasília/DF, 2004.

RODRIGUES, G. de C. *Os dilemas da maternidade*. São Paulo: Annablume, 2008.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou Da Educação*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. 2ª Edição. São Paulo. Martins Fontes. 1999

SAFFIOTI, H. *Gênero e Patriarcado, violência contra mulheres*. In: A mulher brasileira nos espaços público e privado. Ed. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2009.

_____. *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. 3 ed. Expressão popular: São Paulo, 2013.

_____. “Rearticulando gênero e classe social”. *Uma questão de gênero* (org: Albertina de Costa e Cristina Bruschini), Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. *Gênero e patriarcado: violência contra as mulheres*. In: A mulher brasileira nos espaços público e privado. Gustavo Venturini, Marisol Recamán e Suely de Oliveira, organizadores. – 1 ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANCHES, S. *Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente*. In: Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil. Brasília: 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_facesdadesigualdade.pdf Acesso em 14 de janeiro de 2014.

SANTOS, W.G. Dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. 3ed. Rio de Janeiro, 1994.

SILVA, M.O. da S. e (Coord.). *O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da Pobreza no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Avaliando o Bolsa Família – unificação, focalização e impactos*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Et al. A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda*. 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

SORJ, B. *Trabalho remunerado e trabalho não remunerado*. In: A mulher brasileira nos espaços público e privado. Ed. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2009.

SUNKEL, G. *El papel de La familia em La protección social em América Latina*. Série CEPAL 120. Santiago de Chile, 2006.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIANNA, M. L.T.W. *Em torno do conceito de política social: notas introdutórias*. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMariaLucia1.pdf>. Acesso em 06 de janeiro de 2014.

YAZBEK, M.C. *Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento*. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

Legislações

Política Nacional de Assistência Social. Edição e publicação Cortez Editora. São Paulo: 2008.

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS:

Lei n. 8.742 disponível em <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/legislacao/legislacao-federal/LOAS.pdf> Acesso em 19 de julho de 2014.

Projeto de Lei Renda Mínima de n. 2561/1992 http://www.senado.gov.br/senadores/Senador/esuplicy/Programa/projeto_lei.asp Acesso em 22 de janeiro de 2014.

Caderno de orientações e Legislação do Programa Bolsa Família e Cadastro Único. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania-senarc/cadernos/caderno-de-orientacoes-e-legislacao-do-programa-bolsa-familia-e-cadastro-unico/caderno-de-orientacoes-e-legislacao-do-programa-bolsa-familia-e-cadastro-unico> Acesso em 22 de janeiro de 2014.

Portais e pesquisas

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=02/05/2014> Acesso em 30 de maio de 2014.

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/informes/informegestores/Informe,P20411,P20Reajuste,P20Bolsa.pdf.pagespeed.ce.mVVYjLSYKj.pdf> acesso em 30 de maio de 2014.

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf. Acesso em 02 de fevereiro de 2014.

http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/mulheres-representarm-93-da-titularidade-do-bolsa-familia/@nitf_galleria Acesso em 02 de fevereiro de 2014.

http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/avaliacao_impacto_programa_bolsa_familia.pdf Acesso em 10 de junho de 2014.

<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/> Acesso em 04 de janeiro de 2014

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/10/1359120-bolsa-familia-so-da-autonomia-a-uma-parte-das-mulheres-inscritas-diz-pesquisador.shtml> Acesso em 06 de fevereiro de 2014.

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades> Acesso em 21 de julho de 2014.

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico> Acesso em 05 de maio de 2014.

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2240&id_pagina=1 Acesso em 15 de fevereiro de 2013

www.ibge.com.br acesso em 05 de abril de 2013.

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=330330&search=rio-de-janeiro%7Cniteroi%7Cinfogr%EFicos:-dados-gerais-do-munic%EDpio> acesso em 30 de maio de 2014.

<http://oglobo.globo.com/economia/niteroi-lidera-lista-da-riqueza-segundo-fgv-2757154>. Acesso em 22 de junho de 2014.

<http://forumdemulheres.com/o-longo-caminho-rumo-a-igualdade-de-genero/> Acesso em 16 de fevereiro de 2014.

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico> Acesso em 12 de janeiro de 2014.

<http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=1519686> Acesso em 19 de julho de 2014.

http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/. Acesso em 19 de julho de 2014.

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015471711102013171529343967.pdf> Acesso em 05 de dezembro de 2013.

<http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=459324> Acesso em 19 de julho de 2014.

http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/tabulador_cecad.php?p_forma=1#tabela_link Acesso em 04 de abril de 2014.

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/extratorDomilio.php> Acesso em 04 de abril de 2014.

http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/extratorDomilio.php#tabela_link acesso em 04 de abril de 2014.

ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2013/SIS_2013.pdf Acesso em 05 de dezembro de 2013.

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/beneficio-de-prestacao-continuada-bpc> Acesso em 19 de julho de 2014

<http://www.brasilemmiseria.gov.br/apresentacao> Acesso em 12 de maio de 2014.

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> Acesso em 25 de maio de 2014.

http://www.pt.org.br/artigos/view/artigo_bolsa_familia_nove_anos_depois_por_tereza_campello acesso em 04 de junho de 2013.

<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/boatos-sobre-fim-do-bolsa-familia-caixa-volta-atras-e-admite-antecipacao-dos-pagamentos> Acesso em 05 de fevereiro de 2014.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. *As características do trabalho doméstico remunerado nos mercados de trabalho metropolitanos*. Sistema PED, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>.

Blogs visitados:

<http://culturaniteroi.com.br/blog/?id=343>. Acesso em 04 de junho de 2014.

<http://blogs.estadao.com.br/roldao-arruda/bolsa-familia-deu-mais-liberdade-aos-pobres-diz-pesquisadora/> acesso em 04 de janeiro de 2014.

<http://forumdemulheres.com/o-longo-caminho-rumo-a-igualdade-de-genero/> acesso em 14 de janeiro de 2014

APÊNDICES

Apêndice 1



Universidade Federal Fluminense
Programa de Estudos Pós-Graduados
Mestrado em Política Social

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DE CAMPO

Eu, _____ CPF _____

depois de entender os benefícios que a pesquisa intitulada “**A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: REINVENÇÃO DAS TRADIÇÕES?**” poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da pesquisa de dados das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e usuárias dos serviços do GEPAR – Grupo Espírita Paz, Amor e Renovação, CNPJ _____, com sede no endereço _____ na cidade de Niterói/RJ, **AUTORIZO**, por meio deste termo, a pesquisadora Kamila Delfino Santos Corgozinho a realizar sua pesquisa de Mestrado em Política Social nesta instituição sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora acima citada com as seguintes responsabilidades:

1. poderá ter acesso às pastas das famílias usuárias dos serviços do Gepar e atendidas pelo Serviço Social desta instituição;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
3. a identificação das mulheres e homens entrevistados e pesquisados não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. serão selecionadas 3 mulheres e um homem (todos beneficiários do Programa Bolsa Família) para as entrevistas.
5. as entrevistas serão realizadas após a leitura e as assinaturas de todos os envolvidos nos respectivos termos de autorização de gravação de voz.

Niterói, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do responsável GEPAR

Assinatura da pesquisadora responsável

Apêndice 2



Universidade Federal Fluminense
Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____
depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada “**A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: REINVENÇÃO DAS TRADIÇÕES?**” poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, **AUTORIZO**, por meio deste termo, a pesquisadora Kamila Delfino Santos Corgozinho a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora acima citada em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão guardados por 2 anos, sob a responsabilidade da pesquisadora da pesquisa Kamila Delfino Santos Corgozinho, e após esse período, serão destruídos e,
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Niterói, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora responsável

Apêndice 3



Universidade Federal Fluminense Programa de Estudos Pós-Graduados Mestrado em Política Social

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DE CAMPO

Eu, _____ CPF _____,
Coordenadora do Núcleo de Benefícios de Niterói, com sede na Rua Coronel Gomes Machado, _____ 257, _____ Centro, _____ Niterói, depois de entender os benefícios que a pesquisa intitulada “**A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: REINVENÇÃO DAS TRADIÇÕES?**” poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, **AUTORIZO**, por meio deste termo, a pesquisadora Kamila Delfino Santos Corgozinho a consultar e extrair dados dos sistemas de gestão do Programa Bolsa Família: CADÚNICO, CECAD e SIBEC sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora acima citada com as seguintes responsabilidades:

3. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
2. a identificação dos (as) beneficiários (as) não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;

Niterói, _____ de _____ de 2014.

Assinatura da Coordenação

Assinatura da pesquisadora responsável

Apêndice 4

Roteiro de entrevista

1- Identificação

Idade

Cor/raça

Religião

Estado civil

Profissão / atividade

Filhos, idades

2 – Há quanto tempo vive no Cafubá? Possui familiares? E os vínculos?

3 - Há quanto tempo vive com o seu atual companheiro/marido? Possui quantos filhos (idades)?

4 – Você trabalha? Como você divide o seu tempo, com atividades domésticas e com os seus próprios cuidados?

5 – Quem paga as maiores despesas da casa? Quem ganha mais? Como é feita a divisão das despesas da casa?

6 – Como você vê o homem no Programa Bolsa Família? Você acha que ele contribui para o cumprimento das condicionalidades (saúde, educação e atualização de dados)? Acha que o programa reforça o cuidado como atribuição feminina? Ou como responsabilidade das mulheres?

7 – Como você concilia o trabalho fora de casa e o trabalho doméstico? (Mulheres que trabalham).

8 – Existe uma divisão das atividades domésticas? O seu marido contribui?

9 – Quais são as tarefas desenvolvidas pelo seu marido? É só nos finais de semana? Quem é responsável pelas compras de supermercado, passear com os filhos, atividades ou reuniões na escola?

10 – Você vê o espaço doméstico sendo da mulher? Você tem alguma resistência quando o seu marido/companheiro te ajuda?

12 – Na sua família existe situação de ajuda mútua entre as mulheres (mães, irmãs, filhas, avós)? E no seu bairro?

13 – Você conta com ajuda no cuidado do (s) seu (s) filho (s)?

14 – Qual é o valor monetário recebido pelo PBF? Como este é utilizado? Quem define essa utilização? Quando ele acaba? Como seria sem ele? Você avalia que houve modificações? Quais?